



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MIRTES NAYANNE FREITAS COSTA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL:** uma análise acerca das  
lutas, alianças, desafios e o combate à precarização da assistência estudantil

SOUSA – PB

2017

MIRTES NAYANNE FREITAS COSTA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL:** uma análise acerca das lutas, alianças, desafios e o combate à precarização da assistência estudantil

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Clariça Ribeiro Guimarães.

SOUSA – PB

2017

MIRTES NAYANNE FREITAS COSTA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL:** uma análise acerca das lutas, alianças, desafios e o combate à precarização da assistência estudantil

Trabalho de conclusão do curso apresentado à Coordenação do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profa. Ma. Maria Clariça Ribeiro Guimarães  
Orientadora

---

Profa. Ma. Glauca Maria de Oliveira Carvalho  
Examinadora

---

Profa. Ma. Tatiana Raulino de Sousa  
Examinadora

Dedico este labor teórico, primeiramente, a Deus que ao ser amor por excelência sempre olhou para a insignificância de seus filhos/as, aos meus pais, Severino e Mércia pelo zelo e carinho prestados, a todos/as os/as professores/as de Serviço Social, que estiveram permanentemente ativos nesse processo de formação profissional.

Aos militantes do MESS/CCJS que vislumbram na luta o desejo por tempos melhores, a vocês o meu orgulho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, que ao ser Senhor por excelência em sua glória e plenitude divina, me concedeu a sabedoria de caminhar por entre tormentas com a graça de ser sóbria e valente, para cotidianamente vencer todas as dificuldades que permutam a minha inconstante estadia na terra. Ao Senhor, toda síntese do meu infinito amor, gratidão, paz, e esperança de um dia poder olhar para um futuro promissor, vivido na sua fecunda misericórdia.

Aos meus pais, Severino Urtiga da Costa e Maria Mércia Freitas Costa, pelo empenho exercido durante esses 28 anos; pela paciência despendida em meu favor, pelas longas noites em que me encontrava adoecida; por quando já na calada da madrugada, esgotada das cobranças e fardos dos estudos, me compreenderam e me afagaram quando cogitei a possibilidade de desistir desse sonho, que hoje realizo com tanto apreço. De todo meu coração, não conseguiria idealizar casal mais fantástico para manifestar o meu afeto e a minha gratidão pela educação de família, de valores e preceitos humanos e morais que vocês me proporcionaram, amo muito o SENHOR e a SENHORA!

Ao meu irmão, Abraham Freitas Costa, pelos conselhos, companheirismo e estímulos, me explicando como era árduo trilhar uma formação acadêmica. Mesmo morando tão distante sempre foi e sempre será um exemplo de pessoa e profissional na minha vida. Obrigada também por ter me presenteado com meus dois sóis, que irradiam todos os meus amanheceres, as minhas lindas sobrinhas, Sther e Sarah.

A minha tia, Rosélia Gomes, por ter estado ao meu lado com seus conselhos, cuidando de todo nós, quando por força maior, minha mãe teve que estar ausente. A sua presença é uma honra e seus cuidados um elemento raro, no qual não desejo me apartar. És para mim uma grande amiga!

Ao meu noivo, Stenio Ramos da Silva Guedes, pessoa humilde de coração, que há tantos anos invadiu minha vida com seu jeito contagiante e simples de ser, e de viver, agradeço pelo seu incentivo e encorajamento, pelo afago de seus braços e a sua escuta atenciosa nos momentos de desabafo. Obrigada por não ter permitido a minha desistência e está sempre me lembrando que a caminhada não terminou, pois tenho que continuar a jornada. Nunca esquecerei de suas palavras de força e

cobrança de mais empenho. A você agradeço com um singelo gesto de doação, te doo meu coração!

Ao meu eterno sogro, Felizardo Guedes de Souto (*in memoriam*), por seu exemplo de coragem, de guerreiro, de uma pessoa que não se prostra por medo de errar, mas que via nas possibilidades de queda a oportunidade de alçar voos mais altos. Não poderia alcançar esse sonho sem me lembrar das inúmeras vezes que te ouvi falar “*como é bom ter estudo*”. Aonde estiveres meu sogro, saiba de uma única coisa, inteligente era você, pois sem estudos tão avançados conseguiu dentro de virtuosos 50 anos deixar saudades tão profundas, de um amigo, pai, sogro e símbolo de amor e serenidade de espírito. Um maravilhoso ser que completou sua jornada, mas que estará sempre vivo no meu coração. OBRIGADA!

A minha sogra Rosângela Ramos da Silva Guedes, pelos conselhos de vida e lembretes inflexivos de que a felicidade não está nos bens materiais que a vida pode proporcionar, mas a verdadeira essência da felicidade esta dispersa sobre as formas mais simples de se viver, pois o que importa é termos um amor fiel e companheiro para dividir a nossa vida.

Aos meus cunhados Rafael, Diego e Bruno, pelas brincadeiras, zelo e paciência. Ainda que não saibam, muito me ajudaram, pois foi a partir de vocês que descobri que é possível estender um laço fraterno de irmandade.

As amigas confidentes que a vida me presenteou, Priscilla Almeida e Ayane Nascimento, pelas inúmeras vezes que me estenderam a mão, para que nela me apoiasse, sem medo de cair; por todas as palavras de conforto, por terem junto a mim dividido lágrimas e sorrisos, por terem tantas vezes me lembrado o que era preciso fazer e do que era preciso se desfazer, para que assim eu pudesse viver melhor e ter um coração mais leve. Vocês são minhas grandes companheiras de vida, o que me faz ter certeza de que ainda existe amigas/irmãs de verdade.

As amigas que o curso de Serviço Social me presenteou, Ana Karoline, Vannessa Karla, Rafaela Bandeira, Liliane Abrantes, Fernanda Valentim e Sonaly Nunes, à todas vocês, agradeço o companheirismo, as teimas, as brincadeiras, as discussões emblemáticas e por muitas vezes inusitadas, bem como os encontros nas encruzilhadas dos corredores. Em suma, todo o conjunto de emoções e sentimentos que só seres esplêndidos como vocês podem manifestar. Juntas ganhamos maturidade intelectual, suporte teórico-metodológico, aporte ideopolítico de uma específica formação profissional. Mas, para além disso, aprendemos a partir de

experiências práticas que as relações construídas na universidade transcendem o espaço institucional e lançam raízes fecundas em nossas vidas. Com vocês cresci quatro anos ininterruptíveis, e desejo que esse crescimento seja eterno, já que as levarei para sempre em meu coração.

A minha amiga Francisca Daniele, que no meu ingresso a universidade foi receptível, esclarecedora e muito eficiente no quesito emprestar material didático, risos! Obrigada Dani, por esse seu jeito simples e risonho de ser, por nesse momento de produção de Trabalho de Conclusão de Curso ter sido tão atenciosa, me dispondo de tantos materiais fundamentais às categorias que contemplam meu objeto de estudo. Nunca esquecerei que todos os dias ao chegar no Centro de Vivência da UFCG-CCJS, o primeiro lindo e largo sorriso que encontrávamos era o seu.

Agradeço ao meu supervisor de campo de estágio, Sebastião Rodrigues Marques, que por ser um profissional crítico, comprometido e responsabilmente ético, sempre buscou efetivar suas competências à luz do Projeto Ético-Político do Serviço Social, estando em luta constante pelas liberdades democráticas, defendendo os direitos sociais e resistindo aos ditames burocráticos envolta das atuais políticas sociais, em especial, aqueles inerentes ao espaço socioinstitucional em que atua. Fostes um dos responsáveis pela escolha das categorias tratadas neste labor, simplesmente porque és um espelho do conjunto profissional que quero vir a ser um dia.

A minha orientadora, Maria Clariça Ribeiro Guimarães, pelos livros dados, ou melhor dizendo, emprestados – risos! –, pelo dispêndio intelectual, pelo cuidado e zelo em me guiar por leituras que fizessem desse trabalho um verdadeiro arcabouço teórico-metodológico válido e extremamente rico, não só nesse momento de conclusão de curso, mas que me proporcionará longevidade teórica de grande valor ético-político. Agradeço a sua paciência ao ter lido e corrigido todas as versões enviadas até o trabalho final com tanto carinho, cumplicidade e empenho. A você, minha eterna gratidão por ter permanecido comigo nessa caminhada e sido peça fundamental à concretude do meu sonho.

Aos docentes Cibelly Michalane, Antônio Marcelo Cavalcante, Luan Gomes, Reginaldo Júnior, Conceição Félix, Mara Jales, Palloma Jácome, Gláucia Maria, André Menezes, Tatiana Raulino, Juliana Oliveira, Eliane Leite, Aparecida Nunes, Helmara Wanderley, Larissa Sousa, Alison Halen, Wescley e Voster, que atuaram unidos num único propósito, formar mentes profissionais capacitados e

comprometidos com seu público alvo. Agradeço a rica contribuição de cada um de vocês no processo ensino-aprendizagem, pois de um jeito simples, cada professor se fez ímpar por demonstrarem tantos esforços na nossa formação profissional. Serei sempre grata pelos laços de amizade e companheirismo construídos na sala de aula e levados a sério para toda a vida.

Agradeço a todos/as os/as militantes do Movimento Estudantil de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, que enquanto sujeitos partícipes dessa pesquisa teceram grandes contributos à edificação desse trabalho.



*“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.*

*Karl Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte.*

## RESUMO

A produção teórica em tela tem como escopo a discussão acerca da organização política dos/as estudantes do curso de Serviço Social (MESS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Sousa, buscando a identificação das frentes de luta desse sujeito coletivo; as alianças travadas no seu cenário de combatividade, os desafios desses sujeitos dentro do *lócus* de atuação; as percepções dos/as mesmo/as em torno dos serviços de apoio aos estudantes operacionalizados naquela instituição de ensino, e o exercício de militância desses no combate aos processos de precarização da assistência estudantil. A construção desse trabalho é fundamentalmente, qualitativo, tendo como subsídio o materialismo histórico dialético, principalmente, por este método problematizar as dificuldades que rodeiam a compreensão da realidade concreta, propondo uma análise da realidade a partir das perspectivas de totalidade, mudança e contradição. Nessa direção, disponibilizamos de pesquisas de revisão bibliográfica acerca de autores renomados que discutem as temáticas abordadas, bem como realizamos uma pesquisa documental a fim de identificarmos aspectos que contribuíssem a exploração dos núcleos pesquisados. Para tanto, realizamos entrevistas que articulavam perguntas abertas e fechadas, a cinco (05) estudantes em pleno exercício de militância, tanto da base do MESS, quanto da direção. Os entrevistados/as não foram escolhidos de forma aleatória, tendo em vista que foram angariados militantes que estivessem na condição de usuário/a dos serviços de assistência estudantil operacionalizados na UFCG/SOUSA. Os resultados da pesquisa permitiram a identificação das bandeiras de lutas desse sujeito coletivo; bem como as alianças, as estratégias e articulações; os desafios enfrentados no trabalho de militância e de formação de militantes; as análises dos sujeitos em torno dos serviços de assistência estudantil e os processos de combatividade a retração dos direitos e sucateamento centralizados na assistência estudantil daquele campus.

**Palavras-chave:** Movimento Social. Movimento Estudantil. Política de Assistência Estudantil.

## ABSTRACT

The theoretical production on screen is aimed at the discussion about the political organization of the students of the Social Service course (MESS), Federal University of Campina Grande (UFCG), Sousa campus, seeking the identification of the fronts of struggle of this collective subject; The alliances locked in their scenario of combativeness, the challenges of these subjects within the locus of action; The perceptions of the same ones around the services of support to the students operationalized in that educational institution, and the exercise of militancy of these in the fight against the processes of precarization of the student assistance. The construction of this work is fundamentally qualitative, having as a subsidy the dialectical historical materialism, mainly by this method problematize the difficulties that surround the understanding of the concrete reality, proposing an analysis of reality from the perspectives of totality, change and contradiction. In this direction, we offer bibliographic review research on renowned authors that discuss the topics addressed, as well as perform a documentary research in order to identify aspects that contribute to the exploration of the nuclei researched. To do so, we conducted interviews that articulated open and closed questions to five (05) students in full exercise of militancy, both from the MESS base, and from the direction. The interviewees were not chosen in a random way, since militants who were in the condition of user of the student assistance services operationalized at UFCG/SOUSA were raised. The results of the research allowed the identification of the flags of struggles of this collective subject; As well as alliances, strategies and articulations; The challenges faced in the work of militancy and formation of militants; The analyzes of the subjects around the student assistance services and the processes of combativeness the retraction of the rights and scrapings centralized in the student assistance of that campus.

**Keywords:** Social Movement. Student Movement. Student Assistance Policy.

## LISTA DE GRÁFICOS

**GRÁFICO 01:** Faixa etária dos/as entrevistados/as.

**GRÁFICO 02:** Cidade e estado de origem dos/as entrevistados/as.

**GRÁFICO 03:** Sexo dos/as entrevistados/as.

**GRÁFICO 04:** Orientação sexual dos/as entrevistados/as.

**GRÁFICO 05:** Tempo de militância dos/as entrevistados/as.

**GRÁFICO 06:** Especificidade sobre militância.

**GRÁFICO 07:** Inserção dos/as entrevistados/as em grupo ou campo político do MESS/CCJS.

**GRÁFICO 08:** Inserção dos/as entrevistados/as em outros Movimentos Sociais.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
AP – Ação Popular  
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
BM – Banco Mundial  
BNCC – Base Nacional Comum Curricular  
CA – Centro Acadêmico  
CAE – Coordenação de Apoio Estudantil  
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais  
CEF – Conselho Federal de Educação  
CN – Coordenação Nacional  
CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social  
CORESS – Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social  
CRs – Coordenações Regionais  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DA – Diretório Acadêmico  
DAE – Departamento de Assistência ao Estudante  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
DEE – Diretório estadual de Estudantes  
DNE – Diretório Nacional dos Estudantes  
EAD – Ensino à Distância  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes  
ENESS – Encontro Nacional dos/as Estudantes de Serviço Social  
ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social  
ERESS – Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis  
GT – Grupo de Trabalho  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior  
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior  
INEP – Instituto Nacional de Pedagogia  
JUC – Juventude Universitária Católica  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado  
MEC – Ministério da Educação  
MS – Movimentos Sociais  
NMS – Novos Movimentos Sociais  
ONG's – Organizações Não Governamentais  
PEC – Proposta de Emenda Constitucional  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPP – Parceria Público-Privada  
PRAC – Pró Reitoria de Assuntos Comunitários  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
RBEP – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos  
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
RU – Restaurante Universitário  
RUN – Residência Universitária  
SESSUNE – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE  
SESU – Secretaria de Educação Superior  
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SINAPES – Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior  
SRFPMESS – Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social  
TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação  
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNESCO – União da Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura  
UNICEF – Fundo das nações Unidas para a Infância

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2. A FORÇA ESTÁ NAS MÃOS DOS QUE LUTAM:</b> o Movimento Estudantil no contexto dos Movimentos Sociais .....	<b>26</b>
2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: um panorama da construção sócio-histórica e dos elementos constitutivos .....	26
2.2 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS (“NMS”): sob as perspectivas europeias e as interpretações brasileiras .....	37
2.3 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS/AS ENTREVISTADOS/AS .....	47
<b>3. A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS):</b> uma análise das refrações neoliberais, e as particularidades do MESS/CCJS.....	<b>59</b>
3.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS INTERFACES DA OFENSIVA NEOLIBERAL: impactos para a organização estudantil e a educação superior ....	59
3.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA, BANDEIRAS DE LUTAS, ALIANÇAS E DESAFIOS DO MESS: tecendo análises a partir da concepção dos/as militantes do CCJS ...	84
<b>4. PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) SOB A MILITÂNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS) DA UFCG/CCJS:</b> o combate a precarização a partir da ação política estudantil .....	<b>102</b>
4.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: das protoformas ao PNAES ...	102
4.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFCG/CAMPUS SOUSA: identificação, análise dos serviços e as contribuições do MESS frente a precarização dos programas ativos no CCJS .....	113
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>140</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>146</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, propõe uma discussão acerca da organização política dos/as estudantes do curso de Serviço Social (MESS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), campus Sousa, buscando a identificação das bandeiras de lutas, alianças, os desafios, estratégias de luta, a percepção dos/as mesmo/as, acerca dos serviços de apoio aos estudantes, operacionalizados naquela instituição de ensino, bem como analisa o coletivo dos/as estudantes no combate aos processos de precarização da assistência estudantil.

Para tanto, partimos da ótica de que a juventude tem cada vez mais, participado diretamente de expressões políticas, especialmente, no movimento estudantil, bem como tem realizado significativa intervenção em debates no âmbito nacional, colaborando assiduamente nas discussões de temas socialmente relevantes, como: conjuntura nacional, educação, ampliação de direitos sociais etc. Realizando, articuladamente com outros movimentos sociais, o exercício da militância junto à sociedade, em ações que contestam a ordem social vigente, como as reordenações demarcadas dentro de uma sociedade, eminentemente capitalista.

Ancorado nessa ótica, o Movimento Estudantil (ME) expressa a forma mais evidente de aglutinação dos/as estudantes que se unem em força política para discutirem determinados projetos de universidade. Projetos democráticos, de inclusão de ensino público gratuito e qualificado, bem como caminha na direção da construção um específico projeto societário, compreendendo que esse segmento social é dotado de poder de barganha, e de inúmeros substratos, que possibilitam conhecer de forma esclarecedora as estratégias governamentais que escamoteiam os direitos sociais fundamentais de desenvolvimento humano digno, que passa diretamente pela dimensão da educação.

A educação que deveria se consolidar como mecanismo emancipatório que fomenta o exercício da cidadania, atualmente, tem sido ultrajada pelos governos de inclinação neoliberal, que metamorfoseiam os princípios emancipadores, obstruindo as mentes pensantes que a educação possibilitaria, isso, para incentivar um projeto de supervalorização do capital.

Sob a lógica neoliberal, a formação profissional se expressa como uma necessidade de mecanismo aguerrido para aprofundar as premissas capitalistas, que se concretizam numa formação aligeirada, asséptica e instrumentalizada, visto, o anseio por profissionais pragmáticos, que disponham de atitudes imediatas e funcionais<sup>1</sup> (GUIMARÃES, 2014)

As inquietações que motivaram a iniciativa de versar sobre o tema, emergiu a partir de motivações acadêmicas e pessoais. A primeira surgiu mediante a experiência obtida no estágio supervisionado – uma vez, que o estágio supervisionado compreende um momento imprescindível no processo de formação profissional, eleito como elemento preponderante inscrito nas Diretrizes Curriculares de 1996, aprovada em 2000 pelo MEC<sup>2</sup> – realizado no Centro de Ciências e Tecnologias Agroalimentar (CCTA), campus Pombal/PB, na Divisão de Serviço Social, acompanhando os processos seletivos dos serviços da assistência estudantil.

Para além das motivações acadêmicas, é possível sinalizar motivações pessoais, que por sua vez, concerne ao fato de durante o processo de formação profissional dentro da instituição UFCG, campus Sousa, confrontar, ainda que de forma muito principiante, com diversos atos de mobilização do coletivo dos/as estudantes de Serviço Social, em protestos que angariavam melhores condições para a educação; melhores prestações de serviços no âmbito da assistência, como também contestavam os cortes orçamentários na assistência estudantil que ameaçavam interromper a operacionalização de serviços de atendimento a esse público, tornando-as cada vez mais sucateados e parcos.

A relevância acadêmica dessa pesquisa, pode ser creditada ao fato da categoria profissional de Serviço Social, nem nos substratos de sua prática, nem nos arcabouços teórico-metodológicos a que se vinculam, são assépticos às lutas coletivas dos sujeitos dentro do atual contexto histórico, demarcado por um grande acúmulo de recessão de direitos sociais e aprofundamento das desigualdades sociais, sejam elas de gêneros, de classe, étnicos etc.

---

<sup>1</sup> Funcionais pelo fato de adotarem perfis profissionais que capacitados para o manuseio de um conjunto de técnicas- instrumentais, fazendo uso dos mesmos em total acordo com o projeto de ampliação do sistema capitalista, não englobando aspectos crítico-reflexivos em torno dos complexos sociais inerentes a esse modo de sociabilidade, bem como não integravam em seu fazer profissional qualquer estratégia sinalizando a superação do status quo.

<sup>2</sup> Vale salientar que as Diretrizes Curriculares de 1996, aprovadas pelo MEC, não está em consonância com a proposta construída pela categoria sob a direção da ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

Segundo Lopes (1999), o marco inicial de problematização da relação Serviço Social e Movimentos Sociais, se deu a partir do processo que direcionou a crítica à prática profissional e aos embates políticos dos profissionais na América Latina, num movimento que ficou conhecido como, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social<sup>3</sup>.

No Brasil, a discussão específica da relação de Serviço social e MS, é explicitada, com maior ênfase, na década de 1980, influenciado pelo III CBAS, conhecido como “Congresso da Virada”<sup>4</sup>. Ademais, a atuação dos/as assistentes sociais no desenvolvimento dos processos de mobilização das parcelas sociais populares, apontam para a possibilidade de a profissão contribuir para o arrefecimento do projeto ético político profissional da categoria.

É válido ainda matizar, que o Serviço Social é uma profissão que se inscreve na divisão sócio-técnica do trabalho, atuando na produção e reprodução das relações dicotômicas advindas da relação capital-trabalho. A prática do assistente social, como implementador oficial de políticas sociais e de serviços na esfera social, permeada pelas contradições marcadas entre os polos: capital e o trabalho, consubstancia uma expressão especializada da prática social<sup>5</sup>.

A profissão de Serviço Social é contraditória, pois participa, simultaneamente, do processo de manutenção da ordem, pois se configura como classe trabalhadora, que ao estar a serviço do aparelho do Estado, precisa vender sua única mercadoria, a força do trabalho, para obtenção da satisfação de suas necessidades humanas, bem como participa do processo de negação ao sistema vigente, na luta pela construção de uma sociabilidade alternativa a capitalista (IAMAMOTO, 2014). Nessa direção, entender a relação do Serviço Social para com os movimentos sociais significa:

---

<sup>3</sup> Um movimento que se instaurou na categoria profissional em meados da década de 1960, que trazia fecundas críticas ao conservadorismo teórico-metodológico e ideopolítico enraizado no seio profissional.

<sup>4</sup> O III CBAS (“Congresso da Virada”) foi realizado na cidade de São Paulo em 1979, se tornou emblemático porque inovou quando alguns momentos antes do início do evento, a mesa de abertura composta por nomes de oficiais da ditadura foi destituída, sendo prontamente substituídos por representantes da classe trabalhadora. Além disso, fora naquele momento que os profissionais de Serviço Social puderam contatar com o pluralismo político e iniciou-se a concretização do posicionamento político da profissão – a favor da classe trabalhadora.

<sup>5</sup> As políticas sociais, ou a institucionalização da assistência têm, historicamente, particularizado a profissão, distinguindo-a na divisão sócio-técnica do trabalho, sem essa peculiaridade, o Serviço Social deixaria de ser a profissão que é, e passaria a conformar qualquer outro ramo profissional (SPOSATI, 2010).

[...] analisar como o assistente social, *como trabalhador assalariado e considerando a própria natureza contraditória de sua intervenção profissional*, pode atuar no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvos de suas intervenções (ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014, p. 183, grifo das autoras).

Consonante a isso, enquanto classe trabalhadora, a plataforma dos movimentos sociais conforma o espaço instituído para o levante político da voz desses trabalhadores, que ao perquirir o rol das contradições marcadas pela relação capital-trabalho, tem no desenvolvimento de sua prática as dificuldades pertinentes a efetivação dos direitos trabalhistas e sociais, vislumbrando o campo da organização política, a esfera privilegiada para a sua luta.

Para além disso, algumas normativas preveem a relação interventiva do Serviço Social com os processos de mobilizações e lutas sociais, sendo elas: a Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social (nº 8.662/93) que presume como competência do/a assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos, e sociais de coletividade” (ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014, p. 188).

A outra concerne ao Código de Ética do/a assistente social (BARROCO, 2012), presumidas em seus princípios, bem como em alguns de seus artigos, entre eles o art. 12º que defende o apoio e a participação dos/as profissionais nos movimentos sociais.

Também é relevante assinalar que, a relação do Serviço Social com os movimentos, lutas e organizações políticas é fundamental, tendo em vista, que esses profissionais muito podem contribuir para o processo de conscientização do potencial político/transformativo dos segmentos sociais, que estão subjacentes aos moldes de ser da sociabilidade capitalista, fazendo com que essas parcelas sociais adentrem os espaços de ampliação da democracia, bem como exijam uma melhor cobertura de direitos sociais. Por essa razão, o tema pesquisado interessa ao Serviço Social, tanto como profissão, quanto como área de conhecimento.

Contudo, é imprescindível compreendermos que ao adentrar o conjunto das necessidades e as organizações de resistências que permutam o nosso cotidiano, projetamos perfis profissionais que transcendem a cultura de estarmos fadados a eleger enquanto prioridade prática-operativa as ações práticas demandadas pelas instituições sócio-ocupacionais em que atuamos.

Essa pesquisa também detém importante relevância social, no sentido de sensibilizar os/as estudantes, que se debruçarem a contemplar essa elaboração teórica. No sentido de conhecer o poder de luta do segmento estudantil para então questionarem as novas configurações da Política de Assistência Estudantil, pleiteando atos políticos expressivos para ampliação dos seus direitos sociais fundamentais, bem como protagonizar com voz partícipe contra os processos de precarização dos programas assistenciais existentes dentro das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Ademais, faz despertar nos/as discentes, o anseio por uma reflexão crítica das situações impostas pelas reformas operacionalizadas no cerne da educação em pleno desenvolvimento no país; instigando lutas por melhores condições de instalações de instituições de ensino superior, dentre outras frentes que podem surgir no decorrer das fecundas discussões dos/as representantes da ação política dos/as estudantes.

A construção desse trabalho está referendada no método crítico dialético de Marx, em especial, por sua particularidade específica, o de problematizar as dificuldades pertinentes à realidade social, partindo de suas determinações objetivas, onde o real é perquirido por situações concretas. Nesse sentido, compreendemos que a realidade é composta por complexos sociais que são munidos de aspectos suscetíveis de apreensão, e que estão para além da manifestação fenomênica, mas que não podem ser observadas no plano imediato, o que resultaria numa visão minimalista e reducionista.

Assim, o desvelar dessa realidade se dá na perspectiva de totalidade “concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é ‘simples’ – o que as distingue é o seu grau de complexidade [...]” (NETTO, 2009, p. 27). Sabido que para este método, o modo de produção da vida material é o determinante fulcral da vida social, política e espiritual. Assim sendo, o mesmo permite uma análise para além do aparente, do imediato, considerando as dimensões da contradição e da mediação.

Entretanto, para Marx, o método não concerne num acervo formal de regras que são cotados para uma determinada investigação, nem tão pouco, pode ser comparado a um conjunto de regras que um pesquisador escolhe para tecer um recorte sobre algo que deseja analisar de forma mais complexa. Para este filósofo, o método compreende, “[...] uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que

pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2009, p. 25, grifo do autor).

Dessa forma, só podemos analisar algo partindo da produção do movimento real do objeto que deseja ser pesquisado, o que implica considerarmos que é a estrutura e a dinâmica do objeto pesquisado que determinam a metodologia a ser utilizada pelo pesquisador, visto que o método dialético “é um método de interpretação, e não um receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica em esquemas abstratos preestabelecidos” (PRADO JR, 2000, p. 39).

Ancorados nessa perspectiva, o processo de tessitura desse trabalho articula a abordagem qualitativa. A preferência da utilização dessa abordagem se deu em consideração à sua característica peculiar, essa abordagem responde a perquisições particulares, pois atende aos ensejos do pesquisador de trabalhar os significados que permutam a realidade pesquisada, dando-lhes possibilidades concretas no tocante a apreensão da produção humana, que não está limitada e nem podem ser descritos, unilateralmente, por números e indicadores quantitativos. Assim, para Minayo, Deslandes e Gomes, (2010) a pesquisa qualitativa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2010, p. 21).

Essa pesquisa, além de qualitativa, tem um caráter exploratório. Conquanto, mediante revisão bibliográfica, foram angariados nomes renomados que discutissem as categorias: Movimentos Sociais, Movimento Estudantil, e Política de Assistência Estudantil, todos pertinentes aos temas debatidos nessa produção teórica. Dessa forma, foram priorizados autores, como: Montañó e Duriguetto (2011), Guimarães (2011), Scheren-Warren (1987), Gohn (2007), Marques (2014), Silveira (2012) e Lima (2007), entre outros teóricos que também referenciam as demais discussões que inter cruzam o proposto tema.

Simultaneamente à pesquisa bibliográfica, intencionando identificar os aspectos específicos em torno do MESS, bem como de outros pontos que permeiam a pesquisa em sua totalidade, efetivamos uma pesquisa documental, alçando contributos normativos que tratam de temas abordados nesse trabalho. Assim, foram analisados: notas públicas, estatutos, resoluções, deliberações, decretos e normativas constitucionais que nos permitissem, num carácter complementar, enriquecer as discussões propostas.

Ao que diz respeito à pesquisa de campo, esta foi realizada em dois momentos, de forma sequencial. A princípio, foram aplicados questionários aos sujeitos da pesquisa, pois assim como assevera Richardson (2014, p. 189): “[...] os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social”. Tendo como base essa análise, ensejamos por meio desse instrumento, levantar características específicas, e as vezes semelhantes, entre os/as militantes da organização política do curso de Serviço Social, da UFCG, campus Sousa. Vale ressaltar, que para evitar uma inclinação um tanto empírica, a análise desses dados articula indicações quantitativas e insumos teóricos levantados a partir das questões proferidas.

Logo após a aplicação dos questionários, no intuito de identificar a organização política do MESS na UFCG, campus Sousa, como também suas alianças, lutas e as contribuições do MESS para o combate à precarização e melhoria dos serviços de assistência estudantil, realizamos as entrevistas, na modalidade semiestruturada, combinando perguntas abertas e fechadas, gravadas com alguns representantes do MESS, tanto da base quanto da direção. Decidimos por esse instrumento, por considerarmos que a entrevista nos propicia uma maior interação com os sujeitos da pesquisa, de forma a conseguir compreender com maior rigor os processos que se obscurecem no limiar dos questionários.

A melhor situação para participar na mente de outro é a interação face a face, pois tem o carácter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos. Esse tipo de interação entre as pessoas é um elemento fundamental [...] que não é obtido satisfatoriamente, como já foi visto, no caso da aplicação de questionários (RICHARDSON, 2014, p. 207).

Nesse ínterim, as respectivas perguntas ensejavam informações particulares acerca da organização política dos/as estudantes, de suas estratégias, campos de discussões dentro da instituição, as avaliações dos/as militantes no tocante aos serviços de assistência estudantil e como esse sujeito coletivo combate os processos de precarização e luta pela viabilização dos serviços de apoio estudantil.

Dessa forma, foram realizadas 5 (cinco) entrevistas com os/as militantes do MESS, que eram beneficiários dos serviços e auxílios do Programa Nacional de Assistência Estudantil, operacionalizados na UFCG/CCJS. O que indica que a escolha por esses sujeitos não se deu de forma aleatória, já que ensejávamos simpatizantes que estivessem no pleno exercício da militância e detivesse vínculo com a assistência estudantil dessa instituição de ensino.

As entrevistas foram realizadas no mês de junho de 2017, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), mais especificamente no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, campus Sousa. A opção do local para a realização das entrevistas, se deu em detrimento de sua localização, por esse ser o local privilegiado da atuação desses sujeitos políticos, bem como pelo fato dos sujeitos da pesquisa também comporem o corpo discente daquele espaço institucional.

Na perspectiva de elucidar aos leitores uma aproximação mais íntima com os apontamentos traçados até aqui, esse Trabalho de Conclusão de Curso foi organizado em três partes. De modo que os conteúdos apurados na realização das entrevistas, como resultados da pesquisa, estão dispersos no decorrer das discussões elencadas nos capítulos dessa produção teórica.

O primeiro capítulo, partindo da compreensão de que o movimento estudantil, não está deslocado dos movimentos sociais, tecemos um horizonte sócio-histórico e elencamos os principais elementos que constituíram os movimentos sociais de forma mais ampla, seguidos de um aporte teórico acerca das reflexões em torno dos “Novos Movimentos Sociais”, partindo das perspectivas europeias e interpretações brasileiras, como meio de explanar as influências que a pluralidade política organizativa da sociedade brasileira obtiveram, e, logo após, analisamos o perfil dos/as entrevistados/a.

No segundo capítulo, centramos na análise da construção do Movimento Estudantil no Brasil, tendo como eixo central a trajetória histórica da União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937. Após isso, traçamos as peculiaridades históricas da conjuntura político-econômica e social, demarcadas pelas estratégias



neoliberal, que se incidiu de forma contundente na organização política dos/as estudantes, deliberando efeitos nocivos à organização política desse segmento social, que se alastram até a contemporaneidade.

Após isso, esboçamos os apontamentos em torno da política de educação superior brasileira, calcada por governos que seguiam os ditames de órgãos internacionais, eminentemente neoliberais. Por fim, adentramos a discussão da constituição histórica do MESS, trazendo ao conhecimento do público a organização desses sujeitos políticos, como suas lutas, desafios, estratégias e contribuições no combate aos processos de precarização dos serviços de assistência a esse segmento social dentro da UFCG/CCJS.

No terceiro capítulo, fizemos um recorte histórico no que concerne à política de assistência estudantil, desde suas primeiras formas de assistência, até a instituição do decreto nº 7.234/ 2010, que conforma o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Posteriormente, como meio de analisar as configurações do programa de assistência ao público estudantil da UFCG, campus Sousa, tecemos a identificação dos serviços assistenciais presentes na instituição, articulada com as análises dos/as usuários que na condição de militante, projetam contribuições no enfrentamento a precarização da assistência estudantil no âmbito de UFCG.

Por fim, tecemos as considerações finais partindo da convicção que nenhuma realidade é imutável ou está isenta de modificações. Assim, esta seção é o ponto de afirmação de que os caminhos das pedras, percorrido durante toda a edificação do trabalho obteve confirmação dos pressupostos que subsidiaram o tema. O Campus de formação CCJS, dispõe de uma representatividade assídua, por parte dos/as discentes de Serviço Social, que entoam frentes de lutas consolidadas e de grande compromisso social e acadêmico. Bem como, contribuem de forma contundente, para a melhoria dos serviços de apoio estudantil, o que traduz o posicionamento de luta contra os processos de precarização da assistência estudantil.

## 2. A FORÇA ESTÁ NAS MÃOS DOS QUE LUTAM: o Movimento Estudantil no contexto dos Movimentos Sociais

### 2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: um panorama da construção sócio-histórica e dos elementos constitutivos

Para compreendermos os movimentos sociais enquanto organização política da sociedade civil de forma geral, ou nas particularidades de alguns agrupamentos sociais, faz-se necessário tecermos um breve caminho em torno das concepções de sociedade civil, bem como acerca do termo política.

O termo sociedade civil, tem sido ao longo dos tempos, centro de debates para diversos estudiosos, detendo definições que perpassam a teoria liberal clássica, na qual os jusnaturalistas<sup>6</sup>, como: Hobbes e Locke que definiam a sociedade civil através das “relações de troca entre indivíduos livres e iguais, proprietários de suas próprias capacidades e do que adquiriam mediante a prática dessas capacidades” (DURIGUETTO, 2007, p. 34-35), sendo que a liberdade e as potencialidades dos indivíduos seriam determinadas mediante quantitativo de posses, ou de bens que o/a mesmo/a tivessem. Já em Marx, a sociedade civil é definida como a esfera da produção e reprodução de toda vida material, sendo a sociedade civil equiparada à estrutura econômica.

Ainda é válido ressaltar a concepção de sociedade civil defendida por Duriguetto (2007), vinculado ao referencial marxista, especialmente gramsciano, vislumbrando-a enquanto uma esfera onde se engendram e desenvolvem processos políticos que ensejam organizar os interesses de classe, projetando-os como ação hegemônica para edificação de um novo projeto societário, pressupondo um substrato organizativo, uma práxis política das classes subalternas, coletiva e consciente.

*Para Gramsci [...] o elemento essencial que determina a especificidade e a novidade do seu conceito de sociedade civil está na sua contribuição para o enriquecimento teórico-analítico do modo como a esfera econômica determina a produção e reprodução da superestrutura no contexto histórico*

---

<sup>6</sup>Advém das teorias contratualistas que advogam o direito natural (DURIGUETTO, 2007).

*em que se operou uma maior complexificação do Estado* (DURIGUETTO, 2007, p. 54, grifo da autora).

Partindo desse conceito, Gramsci enriquece as reflexões marxistas acerca do Estado, já que ao conferir uma conceituação à sociedade civil, como um campo onde se articulam os interesses das classes para alcançarem a inclusão econômica, mediações socioinstitucionais, ideológicas e políticas, o filósofo centra-se na questão, ou na problematização do Estado.

No entanto, Gramsci inova a concepção de sociedade civil, a partir da visão de que esta expressa um espaço propício para a articulação e dinamicidade dos interesses das classes. Assim sendo, seu pensamento rema na contramão da visão minimalista de sociedade civil como mero espaço funcional ao projeto burguês.

Atentando-se a esta concepção, a sociedade civil passa a congrega não mais uma esfera subjugada ao marasmo político organizativo, mas passa a compor um “pluralismo de organismos coletivos ditos ‘privados’ (associações e organizações, sindicatos, partidos, atividades culturais, meios de comunicação etc.), é a nova configuração da dinâmica social” (DURIGUETTO, 2007, p. 55), fazendo-se imperativamente necessário pensar novos meios de se pensar e fazer política.

Para Marx e Engels, o movimento histórico em sua totalidade só pode ser compreendido se nos atentarmos, enquanto eixo central, na concepção de que a história da sociedade é a história das lutas de classes<sup>7</sup>, não existindo política apartada da economia, assim, “toda luta de classes é antes de tudo uma luta política” (GUIMARÃES, 2011, p. 132).

Seguindo este caminho, Marx compreende que a política está para além do Estado, ela adentra o processo de lutas de classe e considera os substratos ontológicos e sócio-históricos da humanidade. Ademais, como fora dito noutra hora, a política está condicionada às relações econômicas da sociedade, relações que incidem nas diversas esferas da vida social.

---

<sup>7</sup> Uma luta que deve ser entendida como uma luta real, tanto no que diz respeito à esfera material quanto à esfera das ideias: “Como Marx o diz em forma lapidar: as ideias da classe dominante ‘são ideias de seu domínio’. Longe de afirmar o caráter meramente reflexo das ideias, isso significa que a luta de classes é tanto uma luta no plano material quanto uma luta no plano das ideias. É certo que as ideias daqueles que não dispõem dos meios de produção intelectual ficam sujeitas à classe dominante’ (WEFFORT, 2006, p. 241).

Na edificação de sua teoria, Marx reserva um espaço profícuo para ideia de revolução, não só no plano abstrato, mas na realidade objetiva, o que implicaria “tratar todo problema cotidiano particular em ligação com a totalidade histórico-social, considerá-las como momentos de emancipação do proletariado” (WEFFORT, 2006, p. 230-231)<sup>8</sup>.

Não obstante, o compromisso desse autor com a revolução não se restringe ao seu exercício de militância, mas se alonga na sua capacidade de abstrair o processo que configura o estopim revolucionário – tornando-se um dos eixos centrais da teoria marxista –, entendendo que a racionalidade do processo revolucionário é intrínseca ao próprio sistema econômico capitalista.

Das pesquisas de Marx resultou que a sociedade burguesa não é uma organização social “natural”, destinada a constituir o ponto final da evolução humana; resultou, antes, que é uma forma de organização social *histórica, transitória*, que contém no seu próprio interior contradições e tendências que possibilitam a sua superação, dando lugar a outro tipo de sociedade - precisamente a *sociedade comunista*, que também não marca o “fim da história”, apenas o ponto inicial de uma nova história, aquela a ser construída pela humanidade *emancipada* (NETTO e BRAZ, 2009, p. 24, grifo dos autores).

A partir desse paradigma, depreende-se que os processos de sujeição e exploração só acabariam com a eliminação de toda a lógica do sistema capitalista. Entretanto, apesar da superação do sistema capitalista ser algo defendido no pensamento marxista, já que as condições de sua existência e desenvolvimento marcham na mesma direção das condições de sua superação, apontando para uma emancipação social do proletariado, isso não pode ser colocado com um imperativo, tendo em vista que não podemos prever essa supressão, nem se de fato ela acontecerá. O que podemos apregoar é que as condições de existência do sistema capitalista também forjam os determinantes que possibilitaria sua superação.

Marx sinaliza ainda dois apontamentos interessantes em torno da emancipação. Primeiramente, que a emancipação política é uma falácia que está

---

<sup>8</sup> Para este trabalho não corra o risco de decorrer no ecletismo teórico, registra-se que esse autor apesar de esboçar algumas idéias pertinentes a construção do pensamento de Marx, ele não traz em seu pensamento o compartilhamento da perspectiva revolucionária, pois o mesmo tem uma concepção diferenciada sobre a emancipação humana, e não manifesta nenhuma forma de se atingi-la, já que como fora dito, o mesmo não advoga a teoria revolucionária.

aprisionada na ilusão da liberdade e igualdade prometido aos homens na efervescência do movimento do proletariado, isso porque a emancipação política só viria a cabo mediante a emancipação social que, por sua vez, é nutrida pela massiva revolução proletária (WEFFORT, 2006).

A emancipação social supera a emancipação política, uma vez que, na emancipação política somente uma parte da sociedade se emancipa, especificamente a classe detentora dos meios de produção, a burguesia. Enquanto que a classe proletária, fica à mercê da dominação burguesa.

Porém, para de fato acontecer uma emancipação social do proletariado, se faz necessário engendrar uma “*emancipação (geral e universal) do homem*” (WEFFORT, 2006, p. 240, grifo nosso); onde esse homem se reconheça enquanto sujeito histórico, capaz de construir seu futuro e mudar seu presente, um homem cuja luta esteja pautada na igualdade que não estivesse legada ao esquecimento, mas que tomasse corpo e forma, e fosse concretizada.

Assim sendo, para a corrente marxista, a política é definida pela formação econômica da sociedade, compreendendo que esta perpassa pelas diversas dimensões da vida social, conformando-se como espaço instigador para a realização do exercício revolucionário da classe operária, fazendo uso de diferentes meios políticos-organizativos, intentando a construção de um projeto de emancipação humana.

Embebida por esta perspectiva, Guimarães (2011) chega à conclusão de que os Movimentos Sociais (MS) são compostos por sujeitos coletivos que incorporam a perspectiva da classe trabalhadora, atuantes na cena política e detentores de potencial de mobilização e articulação, pleiteando uma luta em favor da construção de um projeto societário anticapitalista.

É bem verdade que inúmeros sujeitos coletivos integram em suas bandeiras de luta o questionamento ao projeto societário hegemônico que transcorre, bem como caminha na construção de um projeto societário alternativo ao capitalista. Todavia, isso não predomina enquanto um imperativo categórico, sabido que algumas iniciativas, politicamente organizadas pautam “*suas ações sócio-políticas às estruturas institucionais de poder e ao sistema político em geral*” (DURIGUETTO, 2007, p. 162, grifo nosso). Ou seja, existem movimentos sociais de envergaduras conservadoras, que advogam a manutenção do *status quo*, e, por muitas vezes, incitam valores tendenciosamente burgueses, os quais incidem nas esferas

socioeconômica e ideopolíticas, dando perpetuação ao ranço cultural da lógica capitalista.

Um nítido exemplo desses movimentos sociais conservadores é o Movimento Brasil Livre<sup>9</sup> (MBL), criado em 2015 e co-financiado por grandes imperialistas. Este, por sua vez, é emblemático por imprimir anseios por um mercado livre como resposta viável para a superação dos embates legados ao cenário nacional, decorrentes e transmitidos pela crise internacional que incidem diretamente no Brasil, assim como em grande parte de países numa escala planetária.

Ademais, esse movimento dissemina um discurso falacioso de anticorrupção, mas para que essa autoafirmação fosse condizente, deveriam se posicionar “*contra os ataques aos trabalhadores e ao povo pobre que o Estado impõe, mas o objetivo do Movimento Brasil Livre é justamente tentar garantir os ataques contra os trabalhadores*” (SOARES, 2016, p. 02, grifo nosso), primando pelos valores neoliberais<sup>10</sup>.

Para a Sociologia Acadêmica, o termo “movimentos sociais”, surgiu por volta dos anos de 1840, com Lorenz Stein, este defendia a criação de um ramo na ciência da sociedade, que se debruçasse a abstração dos movimentos sociais existentes naquela época, como: comunismo, movimento proletário da França e o socialismo emergente (SCHERER-WARREN, 1987).

Para esta corrente, os movimentos sociais se referiam a grupos mais ou menos organizados, unidos pelo conjunto de planos, programas e objetivos em comum, agindo sob a liderança, ou não, de um líder, ancorados sempre numa mesma doutrina, princípios e ideologia, ensejando uma mudança social ou um fim específico.

Entretanto, essa perspectiva subjaz preceitos um tanto quanto weberianos, que vislumbram moldes ideais dos Movimentos Sociais, uma visão enviesada, já que nem sempre é possível identificar de forma bem definida a ideologia, os objetivos, os princípios, e os anseios que motivam o aglutinamento social, já que todos esses aspectos se entrecruzam.

---

<sup>9</sup> Para maiores explicações acerca do movimento, bem como de seus princípios e carta de propostas, é só acessar o site: <https://mbl.org.br/>.

<sup>10</sup> Em sua página online está expressa uma carta de proposta particular do movimento, na qual tecem apoio as reformas educacionais, juntamente com ideias que fomenta a privatização desse setor; associam-se à reforma previdenciária do governo atual (Michel Temer) dentre outras incidências. Considerações impregnadas de uma ideologia genuinamente capitalista e neoliberal.

A Sociologia Marxista, do final do século XIX e início do século XX, atuavam sob os movimentos dos segmentos sociais numa perspectiva de análise distinta, fazendo uso de critérios análogos. Deste modo, os movimentos sociais se engendraram em detrimento da:

[...] necessidade de organização e da comunidade de interesses de classe; a exigência de uma vanguarda para o movimento; o desenvolvimento de uma consciência de classe e de uma ideologia autônoma; uma proposta ou um programa de transformação social (SCHERER-WARREN, 1987, p. 12-13).

A partir da década de 1950, a Sociologia Acadêmica passa a apreciar de forma mais contundente as influências do marxismo no tocante à análise dos movimentos sociais. No entanto, em detrimento dessa incorporação a “*caracterização sistemática ou tipológica dos movimentos sociais dá lugar a uma análise da dinâmica propriamente dita dos movimentos [...]*” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 13, grifo nosso). Em suma, a Sociologia Acadêmica incorpora a análise dinâmica dos movimentos sociais, na tentativa de desvelar as contribuições destes na produção e reprodução transformadora da esfera social.

Estes agrupamentos sociais, ou movimentos sociais, agiam sob uma liderança ou não, mas, era inegável que sempre compartilhavam programas, planos e objetivos em comum, estando ancorados nos mesmos valores e princípios, ansiando quase sempre a superação de um sistema opressor e a construção de uma sociedade justa.

No cenário acadêmico, as discussões teóricas elaboradas em torno dos movimentos sociais ganharam maior expressividade a partir dos anos de 1960, sendo depurados a partir de inúmeras abordagens teórico-metodológicas, que por muitas vezes, impeliu um entendimento embaraçoso a toda e qualquer ação coletiva, empunhando-os interesses e rotulando-as como um MS.

Scherer-Warren (1987) assinala os elementos fundamentais para compreendermos a dinâmica dos movimentos sociais, a partir de sua natureza – práxis –, suas propostas de transformações – projetos –, os valores que direcionam sua proposta – ideologia –e, por fim, mas não menos importante, os condutores do movimento – direção e organização.

A práxis, no senso comum designa prático, utilitário, dentre outros. Entretanto, esse termo descende do grego e segundo Vázquez *apud* Scherer-Warren (1987, p. 14), significa “uma ação que tem seu fim em si mesma e que não cria ou produz um objeto alheio”. Partindo das concepções de Marx, Vázquez passa a definir práxis como toda atividade humana material, que transforma simultaneamente o homem e o mundo, sendo essa atividade sincronizada entre as dimensões subjetiva, consciente e ideal.

Nessa direção, Scherer-Warren chega à conclusão de que toda ação humana que transforma o social e envolve um certo grau de consciência crítica é considerada práxis, e esta só terá esse sentido, quando for apreendida a partir das dimensões conceituais de projeto, consciência e ideologia.

O projeto corresponde à realidade social em que um grupo ou movimento social aspira alterar, podendo este ser uma utopia, intenção ou anseio de mudar uma situação que se faz presente, bem como pode refletir a busca pela realização de objetivos imediatos do grupo ou movimento, corriqueiros em seu cotidiano.

A ideologia, apesar de não ter nenhuma conceituação afixada em comum acordo pelos estudiosos, se refere, no âmbito dos movimentos sociais ao conjunto de princípios, valores, manifestações culturais e representações classistas que orientam as atividades do grupo e a elaboração do projeto.

No que diz respeito à direção e organização, estas imprimem um sentido de liderança, estando situada em dois marcos: “basismo” e “vanguardismo” (SCHERER-WARREN, 1987). O basismo defende a participação equivalente de todos que compõe o grupo e luta pela diminuição de lideranças de caráter intelectual, política, ou de qualquer outra forma, posto que estas decorreriam em formas de autoritarismo e elitismo.

Já o vanguardismo imputa a necessidade de uma liderança de vícios intelectual ou política, que direcionassem o movimento e desenvolvessem um papel fundamental no processo de conscientização dos membros do grupo. No entanto, as supervalorizações dessas tendências podem decorrer em alguns riscos:

[...] um deles o de reduzir tudo ao espontaneísmo, supervalorizando ações espontâneas, sem uma institucionalização adequada, o que muitas vezes leva ao irracionalismo. Em contraposição a este, há o da direção que pretenda o puro cientificismo, supervalorizando a teoria sem uma prática



adequada, o que leva ao vanguardismo e ao intelectualismo (SCHERER-WARREN, 1987, p. 19).

Conquanto, a autora assevera que a forma de organização, a ideologia e o projeto dos movimentos sociais conformam um conjunto sintético na configuração dos movimentos, ou seja, da práxis social do movimento propriamente dito. Assim, Scherer-Warren (1987, p. 20) define movimentos sociais como:

[...] uma ação grupal para a transformação (a práxis), voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização mais diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

Montaño e Duriguetto (2011) asseguram que para nos debruçarmos analiticamente sobre os movimentos sociais, faz-se necessário, antecipadamente, esclarecer algumas distinções, principalmente no tocante à Movimento e mobilização sociais; e Movimento Social e Organizações não-governamentais (ONG).

Movimentos sociais e mobilizações sociais não estão centrados numa mesma ordem conceitual, posto que o primeiro se caracteriza como uma organização, relativamente formal e estabilizada, que não pode ser assimilada a uma mera atividade ou mobilização. A mobilização social se refere a uma atividade que têm seu fim em si mesma, assim que é concluída, podendo esta ser considerada como uma possibilidade de instrumento do movimento, bem como, uma mobilização pode se desdobrar até se concretizar num movimento, mas, ela não precisa, necessariamente, ter uma organização ou afixar-se um movimento social.

Já o Movimento Social e ONG, apesar destes por vezes serem equiparados, os dois sinalizam certas peculiaridades. O Movimento Social (MS) é formado por sujeitos que portam entre si identidade, necessidade e reivindicação, compartilham de um mesmo sentimento de pertencimento de classe e se articulam por respostas, ou para refutarem questões comuns.

A ONG é composta por agentes, que atuam de forma voluntária ou mediado por alguma forma de pagamento, estes, por sua vez, se mobilizam para gestarem

respostas às necessidades, interesses ou reivindicações de terceiros, nunca os próprios.

Dessa forma:

Entendemos que os movimentos sociais são expressões orgânicas do processo de construção de projetos coletivos a partir de uma consciência política. Referem-se à organização de um sujeito coletivo construído por um grupo que compartilha identidades [...] (GUIMARÃES, 2011, p. 136).

Além do mais, Montaño e Duriguetto (2011) se dedicaram a organizar o debate teórico dos “Novos Movimentos Sociais” (“NMS”) da América Latina, ou como Antunes (2009) chamava de “movimentos autônomos”. Estes, por sua vez, surgiram principalmente em meados do século XX, “ora como *complemento*, ora como *alternativa* aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda, inspirados em diversos processos revolucionários e em variadas revoltas” (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2011, p. 264, grifo do autor).

Nada obstante, o intento por alternativas às lutas sindicais culminou no surgimento das ditaduras militares e no Maio Francês de 1968<sup>11</sup>, que se desenvolveram entre as décadas de 1960 e 1970, imprimindo ações de resistência e inúmeras ofensivas trabalhistas, por melhores salários, como ações que refutavam a divisão hierárquica do trabalho, bem como outras iniciativas que contestavam o controle do capital em detrimento do controle social de produção.

Como instrumento de afirmação:

É nesse período e nesse contexto que eclodiu o aparecimento dos chamados Novos Movimentos Sociais, como o movimento mundial de protesto contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã, o maio de 1968, os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, dos homossexuais, pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 265).

---

<sup>11</sup> O ano de 1968 foi enfático devido o desdobramento de onda de conflitos em diversos países. Esse ano demarca a entrada da força do movimento estudantil, como outros grupos sociais, protagonizando um leque de mobilizações na Europa, França, Estados Unidos e na América Latina. Essas mobilizações foram unificadas pelas lutas de intervenções dos ataques dos países norte-americanos ao Vietnã, mas foi na França que este protagonismo teve maior expressividade, justamente pelas alianças entre estudantes e trabalhadores que acabou por desenvolver enormes atividades grevistas, esses como tantos outros fenômenos surgiram a partir do maio francês. Mas para maiores informações ver Montaño e Duriguetto (2011).

Todavia, Montaño e Duriguetto (2011), tanto quanto Antunes (2009), e Duriguetto (2007) advogam a inconsistência e os limites desses movimentos, visto que seus objetivos, temáticas e problemas não confluíam para além do espaço imediato do trabalho, nem da produção e, principalmente, por estes deterem uma relação de indiferença com as organizações clássicas de mediação do movimento operário, o que acabou lhes conferindo lutas de caráter disperso e fragmentário, ou seja, “a contestação do poder do capital sobre o trabalho não se estendeu ao poder fora do trabalho’, não conseguindo articular-se com os chamados ‘novos movimentos sociais’ então emergentes” (ANTUNES, 2009, p. 46).

Assim sendo, embora esses “movimentos autônomos” dos operários, ou os “NMS” tenham contestado o poder capitalista em todo seu processo de trabalho e de produção, esses não questionaram as formas de ser da sociabilidade capitalista e as inflexões destas na totalidade das relações sociais. Não traduziam, nem tão pouco revestiam sua força política organizativa de perspectivas políticas-ideológicas que ultrapassassem o ideário capitalista e suas reordenações sociais.

Aos “NMS”, Bihl (1998) sinaliza duas características preponderantes. A primeira acerca do campo de mobilização e sobre os questionamentos de suas lutas, asseverando que as mesmas se situavam geralmente fora da dimensão direta da labuta e da produção, na qual seus protagonistas imprimem uma relação de indiferença e/ou hostilidade no tocante às formas organizacionais e aos referenciais ideopolíticos do movimento proletário. A segunda característica é que esses novos movimentos incorporam uma postura “antiEstado” e “antipartidos políticos”.

No Brasil, a expansão dos movimentos sociais foi perquirida por grandes transformações na economia juntamente com a expulsão dos cidadãos que conformava as camadas subalternas dos processos de tomada de decisões na esfera política. Nesse sentido, torna-se imprescindível considerar os períodos de transição do capitalismo competitivo ao monopolista, visto que neles repousam as particularidades da formação sócio-histórica brasileira.

Os limites do modelo de desenvolvimento econômico-social impellido pela autocracia burguesa, principalmente, a partir do golpe militar de 1964, acabaram sendo direcionadas segundo os interesses do capital monopolista, legando para o país um desenvolvimento econômico-social associado, dependente e subordinado ao capitalismo internacional, instaurando um desenvolvimento econômico-social elitista e antipopular.

A projeção histórico-societária de que deveria encarregar-se o Estado ditatorial estava inscrita, como necessário desenvolvimento da sua programática econômico-política, já, na implementação da continuidade do padrão de desenvolvimento dependente e associado – tratava-se de operar para a criação, no espaço nacional, das condições ótimas, nas circunstâncias brasileiras, para a consolidação do processo de concentração e centralização de capital que vinha se efetivando desde antes. [...] a política econômica estatal, em todos os seus níveis (dos dispositivos tributários, creditícios e financeiros à alocação de capitais diretamente para a produção), deveria voltar-se para acelerar o processo de concentração e centralização. Isto equivale a determinar que no Brasil, o Estado autocrático burguês não pode ser visto somente como tendo em sua gênese um processo de concentração e centralização prévio; em si mesmo, ele se constituiu para *induzir* esta concentração e esta centralização. (NETTO, 2011, p. 30-31, grifo do autor).

Os anos conhecidos como “milagre econômico”, efetivaram um período de expansão do capitalismo no Brasil, uma expansão marcada pelo endividamento externo, advindas de instituições financeiras privadas e internacionais.

Na primeira década de 1970<sup>12</sup>, a “crise do milagre econômico” – expressão restrita ao setor nacional, da recessão do capitalismo internacional – estreou um novo cenário para os trabalhadores, abalizado no arrocho salarial, aumentos de desemprego e aprofundamento das expressões da questão social<sup>13</sup>, ainda podendo se somar outro agravante, a insatisfação da sociedade com a economia e com o sistema político ditatorial.

As imposições da acelerada modernização capitalista, característica do período ditatorial, contemplou a transformação do Brasil num país urbano e industrial complexo, o que conspirou para a criação de uma gama de pressupostos para ativação de uma organização de interesses através de vínculos associativos. Esse processo de industrialização, concentrado nos polos industriais de produção de bens indelévels, alterou substancialmente a configuração da classe trabalhadora. Nesse itinerário, Montaño e Duriguetto (2011, p. 269) esclarece que:

---

<sup>12</sup> Essa conjuntura receberá atenção especial, ainda dentro desta discussão.

<sup>13</sup> Aqui a questão social não pode ser entendida de forma simplista, posto que a questão social é constituída por duas dimensões: o conjunto de problemáticas de cunho político, social, cultural, econômico que acometem os segmentos sociais mais fragilizados socialmente - legando a maior parcela da sociedade brasileira a uma pauperização absoluta -, como também, é o conceito dado a mobilização da classe operária na luta pela sua inserção no cenário político. Todavia, até 1930, segundo lamamoto (2013), os movimentos operários – agrupamentos da classe trabalhadora que refutava as condições de vida e a ausência de condições de satisfação de suas necessidades –que aspiravam uma conquista da cidadania social, eram criminalizadas e estavam à mercê do trato junto ao aparelho repressivo do Estado, numa atividade policialesca.

Entre 1970 e 1980, o proletariado brasileiro duplicou de aproximadamente 7,7 milhões para 14,3 milhões. Em 1950 era de ordem de 2,8 milhões e quase 70% dos operários estavam concentrados nos grandes centros industriais da região sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No campo, a expansão do assalariado rural foi acompanhada do crescimento dos trabalhadores temporários conhecidos como ‘boias-frias’. O processo de assalariamento no setor industrial urbano e na área rural, estendendo-se também em relação às classes médias, particularmente no setor de serviços.

Nos setores rurais, ou seja, no campo, um dos maiores impactos esteve centrado no processo de aglutinação de pessoas nos grandes centros industriais, impulsionado pela tecnificação agrícola que fomentou a imigração dos moradores das zonas rurais para as áreas urbanas, fato que corroborou para a elevação da concentração de terra nas mãos de poucos, bem como angariou investimentos estrangeiros.

A política do arrocho salarial, os salários pairados em valores irrisórios, juntamente com a perda da qualidade de vida de uma boa parcela da população – provenientes do abandono dos cumprimentos das provisões sociais, por parte do Estado – contribuiu para a formação dos grandes espaços periféricos e irregulares, ou melhor, as grandes favelas, unidas as que já existiam, dilatou o conjunto de problemas já existentes, como: os referentes à transporte público, sistema de atendimento público de saúde, ausência de esgotamento sanitário, estruturas escolares etc.

As modificações processadas no seio da sociedade, bem como as transformações que se operaram no cerne da classe trabalho após os anos de 1964, consubstanciaram um estopim para o ressurgimento do proletariado urbano e dos demais movimentos sociais. Apesar disso, as formas de desenvolvimento do país refletiram diretamente nas formas como a sociedade brasileira se organizava.

No prosseguimento do presente trabalho, serão expostas algumas bases teóricas de apreensão dos movimentos sociais, tendo por referência, três linhas analíticas diferenciadas.

## 2.2 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS (“NMS”): sob as perspectivas europeias e as interpretações brasileiras

No intento de imprimir esclarecimentos fecundos acerca dos “Novos Movimentos Sociais” (“NMS”), Montaño e Duriguetto (2011) reconstruem, a priori, o caminho das correntes teórico-políticas europeias, os aspectos constitutivos das mesmas, englobando as mobilizações perquiridas na América Latina, assim como as do Brasil.

No ponto de vista europeu, três grupos teóricos foram os responsáveis pelas caracterizações dos chamados “Novos Movimentos Sociais”, o acionalista, o grupo pós-moderno e o grupo marxista.

As análises elaboradas pelos autores acionalistas – tiveram como marco referencial o “Maio Francês” dentre outros acontecimentos que historicizaram esse fenômeno – rejeitavam tanto os processos relacionados ao bloco capitalista, quanto os socialistas, e defendiam uma mudança a partir de ações locais, distantes do Estado, dos partidos políticos, bem como das contradições advindas da relação capital-trabalho, mas, “cujas abordagens enfatizavam os novos movimentos sociais organizados em torno das questões da *esfera da produção*, como os da cultura e da identidade [...]” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 312, grifo do autor).

Os seguidores dessa corrente são de vinculações sociológicas e corroboram com as contribuições weberianas da “ação social”, de cariz fenomenológico. A sociologia da ação defendida nessa corrente, se opõe as teorias marxistas para tentarem explicar as mudanças sociais que se processavam no decorrer dos anos de 1960 a 1970, visto que, pelos mesmos, as mudanças do meio social não eram apreendidas a partir de interpretações críticas acerca do caldo cultural das determinações capitalistas, inoculada na totalidade da vida social.

Deste modo, um ponto frágil dessa corrente está centrado na concepção de ação social um tanto quanto weberiana, de deter-se as ações elegendo como ponto de partida sempre a autodeterminação do sujeito, como se este fosse autossuficiente e não estivesse suscetível aos limites sociais impostos ao sujeito da ação, como por exemplo, a alienação e a ideologia, categorias fundamentais que impelem a construção de um pensamento crítico da forma de agir e, principalmente, da realidade apresentada (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Dois autores representativos dessa inclinação teórica são trazidos a cabo nessa oportunidade: Alain Touraine e Tilman Evers.

Touraine – França, 1925 – estabeleceu três elementos constitutivos dos movimentos sociais: o ator, o adversário e o tema de conflito, centrando suas análises

no autor e no tema de conflito específico. Este não se distanciava da existência imediata do adversário, mas, as estruturas e as contradições sistêmicas não são vislumbradas como elementos determinantes – como na visão marxista –, já que no ideário de Touraine, existem inúmeros conflitos sociais que não perpassam as relações capital-trabalho, não estando organizadas em sindicatos ou partidos.

[...] para Touraine, os novos movimentos sociais não centrariam o foco conflitivo nas contradições capital/trabalho nem no fim das lutas de classes, mas na defesa da 'coletividade' contra a organização tecnocrática social. [...] os "NMS" [...] dificilmente poderiam desenvolver ações articuladas, pois não reconheceriam o que os uniriam em termos de campos de ação (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 315).

A teoria elencada por Touraine, explica a ação coletiva dos fenômenos numa inclinação subjetivista, fenomênica e menospreza a dinâmica dos complexos sociais subjacentes à relação contraditória capital-trabalho, conseqüentemente, o mesmo obscurece as inflexões sociais que emanam dessa relação.

Para Tilman Evers – Alemanha, 1946 –, os novos movimentos sociais não gestariam transformações diretas na dimensão do poder, pois o mesmo acreditava que a novidade desses novos movimentos sociais, estava circunscrita na criação de curtos espaços para prática social, onde o poder não era elementar.

Evers apreendia os "NMS" como representações de organizações autônomas e espontâneas. Autônomas, por não conformarem uma forma de organização política tradicional, expressos nos partidos e sindicatos, sendo eles responsáveis pelas suas próprias experiências sociais e inaugurando, concomitantemente, nos agentes políticos, novas ações políticas e novas formas de se fazer política. Assim sendo, a capacidade de inovação e de transformação dos "NMS" não está pontuada no seu potencial político e sim no seu potencial cultural.

Para compreender as reflexões teórico-políticas pós-modernas<sup>14</sup> é preciso, antecipadamente, considerar o contexto econômico e político, marcados pelo

---

<sup>14</sup> Esse pensamento surgiu como uma estratégia ideológica de resposta à crise do capital que emergiu num contexto de grandes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, e enaltece uma apreensão teórica-analítica superficial e funcional a ordem vigente. É uma abordagem que se opõe à teoria social crítica de Marx e resgata alguns princípios positivista. A título de informação, ainda pode-se destacar que essa corrente ideocultural influenciou e influencia até os dias atuais, a profissão de

esgotamento do padrão de organização de produção fordista e das políticas Keynesianas<sup>15</sup> – o Estado de Bem Estar Social –, consubstanciadas na crise estrutural do capital.

Segundo Montañó e Duriguetto (2011), o pensamento pós-moderno incorpora um leque diversificado de matrizes e perfis ideopolíticos, que contemplam perspectivas neoconservadoras e estão centradas em dois aspectos: a defesa da crise da razão moderna, rejeitando os conhecimentos vinculados às correntes totalizantes e a contraposição a qualquer projeto societário que pressuponha subversão aos moldes de ser da sociedade capitalista.

Visto que para os ideais pós-modernos, a sociedade capitalista é o máximo de avanço que a sociedade pode ter, podendo apenas aprimorá-la, mas, nunca a ultrapassar – esta visão é um tanto simplista, estratégica e almeja inebriar as mentes pensantes no que concerne às possibilidades de emergência de uma nova forma de sociabilidade alternativa à posta.

Enquanto representante dessa perspectiva, Boaventura dos Santos Sousa – Portugal, 1940 – se atenta aos movimentos sociais, diferenciando as bases sociais dos movimentos, tanto nos países centrais, quanto nos países subdesenvolvidos. Nos países centrais, os “NMS” se conformam a partir da exponencial evolução da nova classe média, se expressando em movimentos ecológicos, feministas etc. Já nos países subdesenvolvidos, os “NMS” surgiram como movimentos populares, tendo como base social as comunidades eclesiais, o novo sindicalismo urbano, o movimento sem-terra e sem-teto, dentre tantos outros.

Para Santos, o isolamento político do movimento operário é que estimula o surgimento de novos agentes sociais e de novas mobilizações. O estudioso, enfatiza as respectivas diferenciações entre os “velhos” e os “novos” movimentos sociais. Assim:

[...] os primeiros [...] seriam de reivindicação ‘materialista’, de embate ao Estado e pela democracia representativa; os segundos (“NMS”) seriam de reivindicação ‘pós-materialista’ e culturais, pela democracia participativa, e

---

Serviço Social em muitos aspectos. Para maiores conhecimentos acerca dessa relação ver Santos (2007).

<sup>15</sup> O padrão de organização estava dinamizado com políticas para atender as demandas trabalhistas, na tentativa de gerar um estado de bem-estar social, no uso articulados de produção e assistência – políticas sociais –, uma assistência não de caráter universal, mas presentes para os indivíduos devidamente formalizados nos espaços de trabalho.



com uma 'lógica' diferente do anterior [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 320).

Nessa linha, Boaventura de Sousa Santos define que a novidade inaugurada nos "NMS" é que eles consubstanciam uma crítica à regulação capitalista, bem como estipula uma crítica à emancipação social da corrente socialista. A tudo isso, ainda pode se somar, que os "NMS" tecem denúncias em torno dos excessos da regulação dos tempos modernos.

O debate dos "NMS" na ótica da leitura marxista perpassa uma conjuntura histórica, entre os anos de 1960 e 1970<sup>16</sup>, semelhante à dos acionista. As diferenças atreladas à corrente marxista, estão nas formas em que esse contexto é apreendido e interpretado. Deste modo,

[...] a crise capitalista, os novos centros de conflito e suas novas formas de organização e expressão sociais nada mais são, nessa ótica, do que novas e diversas maneiras de manifestações da fundante contradição capital/trabalho, fundamento da chamada 'questão social', que se expressa das mais variadas formas, e as quais os sujeitos enfrentam com um infindável leque de possibilidades. Antes de negar a contradição capital/trabalho, como categoria fundante da sociedade capitalista, esses fenômenos a *configuram* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 323-324, grifos do autor).

O pensamento marxista centraliza as esferas econômicas e da produção como elementos fundantes da "questão social" e de suas expressões, não as desprezando, ainda com as mudanças inexoráveis do capitalismo contemporâneo. Além de que, a realidade social tem como parte constitutiva as esferas do Estado, mercado e sociedade civil, todas suscetíveis à conflitos e embates.

Tanto os movimentos sociais, quanto as ações sociais podem se organizar nas imediações de demandas pontuais, ou se desenrolarem em espaços localizados. No entanto, isso não subtrai a relação dessas com os moldes de produção capitalista e a distribuição da riqueza social. Assim, os movimentos sociais não podem ser compreendidos apartados dos complexos e instâncias estatais envolvidos no sistema de produção capitalista.

---

<sup>16</sup> O marco do maio Francês de 1968, o exaurimento do padrão de organização da produção fordista, das estratégias de regulação welferianas, o exaurimento da garantia das altas taxas de lucros capitalista, etc.

Montaño e Duriguetto (2011) sinalizam Manuel Castelles (Espanha, 1942) e Jean Lojkine (França, 1939) como grandes representantes da perspectiva marxista.

Manuel Castelles analisa o surgimento dos movimentos sociais a partir do conceito de “contradições urbanas”, apregoando que estas decorrem da inabilidade do sistema capitalista, mais especificamente, da produção, distribuição e gestão dos bens de consumo coletivo imprescindíveis à perpetuação da força de trabalho, pontuando ainda que para amenizar essa disparidade calcada na reprodução da força de trabalho, se fazia necessário uma intervenção mais firme do âmbito estatal.

Não obstante, para Castelles:

[...] residirá aí a localização dos movimentos sociais urbanos, uma vez que, a intervenção estatal resultaria de um processo político amplamente determinado pelos conflitos políticos nas demandas e na gestão dos meios coletivos de consumo. A potencialidade política dos movimentos urbanos seria a de serem capazes de produzir mudanças qualitativas no sistema urbano, nas instituições públicas e na gestão democrática da cidade (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 325).

Segundo Montaño e Duriguetto (2011), nas elaborações de Jean Lojkine é possível perceber o influxo das referências de Gramsci e Lênin, principalmente, quando o autor se detém ao caráter das lutas das classes sociais – os movimentos sociais são reflexos das lutas de classe, como a necessidade de formação de uma contra-hegemonia por parte das classes economicamente desfavorecidas –, acrescentando alguns substratos à dinâmica dos movimentos sociais urbanos e as lutas de classe.

Para este seguidor da perspectiva marxista, as análises acerca do Estado, das políticas sociais, dos movimentos sociais, como também das questões urbanas deveriam ser apreendidas a partir da superação de dois panoramas: a perspectiva estruturalista – visto que esta não comporta, nem edifica uma teoria da mudança – e a perspectiva subjetivista ou acionalista – já que o mesmo pretere o poder estrutural do Estado. Em suma, não são consideradas por Lojkine “*uma teoria que imobilize o sujeito, considerado escravo das estruturas, nem uma teoria que, menosprezando as estruturas sociais, hiperdimensione o poder dos sujeitos*” (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2011, p. 326, grifo nosso).

Por conseguinte, Jean Lojkin vislumbra como movimentos sociais urbanos as expressões organizativas públicas para além das delimitações das lutas atreladas à defesa dos bens de consumo coletivo, e que acabam rompendo com os conteúdos ideopolíticos relacionados ao poder do Estado.

Nessa direção, para Lojkin, tanto as ações quanto as análises do Movimento Social Urbano deveriam ser desenvolvidas em articulação como os 'movimentos sociais ligados à produção' e suas formas clássicas de organização [...] são essas articulações que podem conferir ao Movimento Social Urbano um horizonte de luta que evoque diretamente a questão do poder político. O alcance histórico real de um movimento se constituiria, em última instância, por sua capacidade de transformar o sistema socioeconômico no qual surgiu. Seu impacto político está na articulação das contradições do urbano com as das relações de produção (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 327).

Opondo-se às correntes que examinam o Estado numa relação de exterioridade em detrimento da estrutura social, Lojkin, propõe uma nova abordagem, onde o político se reveste em instância de luta de classes, e o Estado se expressa como um momento, ou uma manifestação no cenário da contradição entre a socialização do processo de trabalho e a apropriação privada, tanto dos meios de produção quanto da riqueza socialmente produzida.

Como fora dito anteriormente, as abordagens europeias se tornaram referências para as abstrações dos "NMS" aqui no Brasil, que só se iniciaram a partir do segundo lastro de 1980. No entanto, estas foram revestidas por novos nomes: abordagens culturalista – que se assimilam as vertentes acionalista e pós-moderna – e a marxista.

A abordagem culturalista trouxe em sua essência as reflexões dos acionalistas – Evers e Touraine – e dos pensadores pós-modernos – Boaventura Sousa Santos -, complementadas ainda com os contributos da obra de Habermas, valorizando os saberes, os valores e as visões de mundo criado pelos sujeitos partícipes dos movimentos sociais.

O desempenho dos movimentos se dá em detrimento da afirmação e constituição de identidade, da liberdade de organização, das ações que imprimem práticas democráticas e participativas, matizando como valor maior o respeito à diversidade e a individualidade, bem como a amizade, a solidariedade e outros.

Para essa abordagem, a emergência dos movimentos de bases sociais tão plurais, como: ecologistas, homossexual, negro, feministas, estudantis etc.; expressa a heterogeneidade dos movimentos, tanto quanto a realidade das reivindicações coletivas diferenciadas, unidas/os sob identidades plurais, restaurando padrões socioculturais.

Na abordagem marxista dos “NMS” temos Lúcio Kowarick (1979), que partindo das contribuições de Castelles, especialmente de seu conceito de contradições urbanas – usado nas abstrações dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo – elaborou o conceito de espoliação urbana, que caracterizava o processo de pauperização e dilapidação da força viva de trabalho pertinentes ao modo de produção capitalista, e as formas desiguais de distribuição dos serviços urbanos que dele emanam.

Kowarick considera os movimentos sociais brasileiros como movimentos antiespoliação, ensejando o enaltecimento e reconhecimento dos direitos inscritos na dimensão do consumo coletivo. Os conflitos de classes, estes já não se dirigiam ao Estado, mas contra ele, manifestando o conteúdo transformador dos Movimentos Sociais Urbanos, bem como a bagagem crítica desse autor.

A este propulsor da teoria marxista, Montaño e Duriguetto (2001) denotam algumas críticas, podendo ser destacadas duas, uma que toca a consistência das reivindicações em torno de um único objetivo: a reivindicação por bens de consumo coletivo. E as suas interpretações em torno dos movimentos sociais, visão que conferiam a estes movimentos um papel transformador, no sentido de que as demandas desses movimentos estavam, basicamente, ancoradas na defesa dos direitos de cidadania, não pleiteavam a superação radical do sistema.

Nesse meio tempo, o que se manifesta relevante é que:

O grande diferencial do paradigma marxista na análise dos movimentos sociais consiste em ir para além do aspecto imediato dos fenômenos. Há, nessa teoria, uma preocupação frequente em também subsidiar a ação política desses movimentos numa perspectiva de contribuir para a práxis revolucionária (GUIMARÃES, 2011, p. 137).

Para além disso, Gohn (2007) afirma categoricamente que as contribuições teóricas marxistas acerca dos MS não se afastaram da problemática organizada em

torno das classes sociais, muito pelo contrário, elas se debruçaram a investigar a origem dos seus participantes, os interesses que se disseminam nos movimentos, bem como as estruturas ideológicas que amparam as ações dos agentes dos movimentos.

O que se evidencia nos contributos marxistas contemporâneos é que “[...] os movimentos não surgiram espontaneamente” (GOHN, 2007 p. 174), eles surgiram, principalmente, a partir da luta da classe trabalhadora pelo seu reconhecimento político<sup>17</sup>. À vista disso, os movimentos ou agrupamentos sociais politicamente organizados, não existem de forma imediata, estes foram construídos e se desenvolveram a partir da práxis humana ao longo da história, e sua compreensão pressupõe uma racionalidade crítica, devido a existência de fenômenos obscurecidos pelo conjunto das relações sociais numa sociedade à luz dos pressupostos capitalistas.

Com base nisso, interessa-nos centrar nossa atenção no Movimento Estudantil (ME), dando particularidade à organização política dos/as estudantes de Serviço Social. Trata-se, no nosso entendimento, de um movimento de envergadura crítica/analítica, subsidiada por uma perspectiva emancipatória ancorado na teoria social marxista, defendendo, simultaneamente, uma formação crítica, e uma educação ancorada em quatro nucleações: gratuita, pública, laica e de qualidade. Um movimento combativo, e em defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora e opositoristas a todas as formas de dominação e exploração.

Dentro da abordagem marxista dos “NMS”, as organizações políticas da sociedade civil estavam parametradas sob os interesses da conquista dos direitos sobre os bens de consumo coletivo, contestando a espoliação ultrajada pelos ditames capitalistas. Isso conferiam aos movimentos sociais uma tendenciosa limitação de suas lutas, estando estas demarcadas nas conquistas de direitos de cidadania, sem ultrapassar a “pseudoconcreticidade”<sup>18</sup> dos processos sociais responsáveis pela espoliação dos homens nas relações sociais, e muito menos, corroborando para o

---

<sup>17</sup> Em suma, a questão social foi a força geradora dos movimentos sociais, que é marcado pela mobilização da classe operária na luta pela sua inserção no cenário político.

<sup>18</sup> A pseudoconcreticidade não é, pois, senão a ilusória percepção de que os fenômenos sociais existem por si mesmos, desvinculados de qualquer essência, isto é, de qualquer coisa que seria o fundamento e objeto de sua manifestação. Ora, a realidade fenomênica é aquela que percebemos imediatamente. [...] essência é aquilo que está sob o fenômeno, é sua estrutura interna, é o que se manifesta pelo e no fenômeno, do qual é causa. Logo segundo Kosik, ‘a realidade é a unidade do fenômeno e da essência’ (LIMA, 2011, p. 38-39).

exaurimento do projeto societário defendido pelo capital. Afora, que dentro dessa perspectiva:

*As interpretações que outorgavam aos movimentos um papel societário transformador, passaram a ser questionadas na medida em que as demandas dos movimentos voltavam-se, basicamente, para a defesa dos direitos de cidadania, e não para a mudança radical do sistema [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.336, grifo nosso).*

Na presente proposta de produção teórica, o movimento estudantil, se apresenta como um coletivo de agentes ávidos por transformações, partindo da ótica de sujeitos políticos que apesar de estarem, a princípio, em luta pelo conjunto de interesses de todo o segmento estudantil, voltadas à educação, à formação e ao projeto de universidade, e por isso, o lócus de sua atuação ser, a priori, a universidade, esses não restringem sua luta a conquista de direitos de cidadania.

O levante das bandeiras de luta e defesa desse movimento, estão para além das barreiras físicas de seu local de atuação. Assim, o movimento estudantil sonda intervenções sobre o combate a todas as formas de opressão, discutindo os processos de desenvolvimento conjuntural, inclusive os efeitos deletérios dessas no meio social, comprometidos com as lutas das classes subalternas. Imprimindo assim, uma luta que caminha no horizonte da construção de um projeto societário livre de todas as formas de arbitrariedade e dominação social, um projeto que traduz a aversão ao projeto societário hegemônico, travejado pelas investidas capitalistas.

Nesse limiar, pode se considerar que o papel do movimento estudantil está para além da defesa dos interesses particulares desse segmento social, mas se estende à defesa dos direitos sociais pertinentes à classe trabalhadora, atuando articuladamente com outros movimentos sociais que compartilhem as mesmas lutas, no intuito de, dentro de um processo de conscientização da sociedade, trilharem juntos o caminho da supressão dos moldes capitalistas de ser.

Após as discussões acerca dos aportes teóricos em torno dos MS, bem como a sinalização do movimento que centralizou a construção desse trabalho, passaremos a caracterizar o perfil dos/as entrevistados/as da pesquisa em tela, partindo da compreensão de que esse trabalho condensou o conjunto de informações obtidos via entrevista, no decorrer do segundo e do terceiro capítulo da presente produção.

### 2.3 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS/AS ENTREVISTADOS/AS

A presente pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Sousa. Sendo submetidos/as as entrevistas, cinco (05) membros do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), tanto militantes da direção, quanto da base, que também estivessem na condição de usuários dos serviços e programas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Assim, todos/as militantes entrevistados/as estão inseridos/as no curso de Serviço Social.

Em decorrência do curso de Serviço Social estar disponível, na UFCG, unicamente na modalidade matutina, todos os sujeitos da pesquisa estudam no turno da manhã. Quanto ao período lecionado, os sujeitos da pesquisa estão dispersos a essa colocação: três (3) estão cursando o quinto período (5º), um (1) está inserido no sétimo período (7º), e um (1) segue cursando o oitavo período (8º).

No que se refere a idade dos/as entrevistados/as, os registros indicam que dois (2) estão numa faixa etária entre quinze e vinte anos (15-20 anos), três (3) dos sujeitos tem entre vinte e um e vinte e cinco anos (21-25 anos), já as opções entre vinte e seis e trinta anos (26-30 anos) e mais de trinta anos (mais de 30 anos) não apresentaram nenhum registro.

**GRÁFICO 01:** Faixa etária dos/as entrevistados/as.



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em junho de 2017.

Com base no gráfico podemos perceber que no curso de Serviço Social a inserção de estudantes que compreende uma faixa etária dos quinze (15) anos aos vinte e cinco (25) anos, detém uma certa predominância, o que nos leva a concluir que a população que opta por estudar esse curso é um público muito jovem.

Porém, a amostragem realizada nesse trabalho não anula a existência de pessoas com idade superior a trinta (30) anos, tendo em vista que a entrevista realizada na efetivação desse trabalho não foi aplicada à comunidade acadêmica em geral. Entretanto, é inegável afirmar que a quantidade de discentes jovens supera o quantitativo de discentes de idade mais avançada.

Em 2014, entre os estudantes dessa faixa etária, 58,5% frequentavam o ensino superior, enquanto, em 2004, somente 32,9% desses estudantes estavam no nível de ensino recomendado para a sua faixa etária [...] enquanto a proporção de estudantes de 18 a 24 anos que frequentavam o ensino superior ficavam acima da média nacional nas Regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste, apenas 40,2% e 45,5% dos jovens estudantes das Regiões Norte e Nordeste, respectivamente, cursavam esse nível em 2014 (IBGE, 2015, p. 50).

Atentando-se aos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível identificar que no decorrer dos anos tem havido, gradativamente, um aumento da inserção de jovens nas instituições de ensino superior brasileiras, o que poderia ser considerado um avanço para a educação no Brasil. Entretanto, ainda é possível identificar as disparidades regionais na escala da educação brasileira, principalmente nas regiões norte e nordeste, onde estão concentrados os mais altos índices de analfabetismo do país, devido as carências financeiras vivenciadas por uma grande parte dessa população.

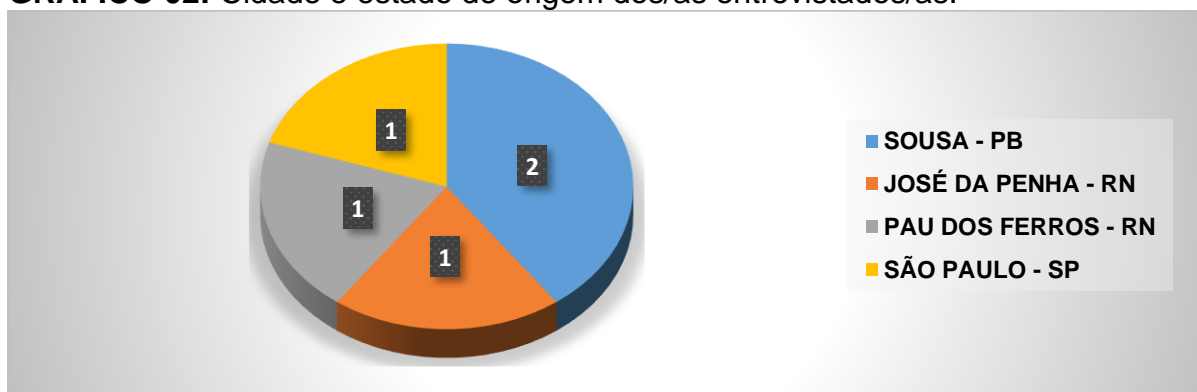
Isso sem contar que a expansão do ensino superior, não significa, simultaneamente, uma expansão de um ensino prioritariamente crítico e de qualidade, compreendendo que o aumento de estudantes jovens no ensino superior está, tendenciosamente, ligado à expansão de faculdades de ensino superior não presenciais, como de modalidade de ensino à distância.

Nesta modalidade de ensino, a formação desses jovens se torna fragmentada, precarizada e destituída de conteúdos críticos, visto que as EAD's como uma instituição que prima uma qualificação aligeirada, ancorada na perspectiva de certificação em massa é voltada a uma forma técnico-instrumental, desvelando o caráter operativo do ensino superior privilegiado pelos governos brasileiros de matriz neoliberal.



Quanto a procedência dos/as entrevistados, dois (2) residem na cidade de Sousa no Estado da Paraíba; dois (2) são oriundos do Estado Rio Grande do Norte, um (1) é da cidade de José da Penha, um (1) é da cidade de Pau dos Ferros; e um (1) é natural da capital São Paulo – SP.

**GRÁFICO 02:** Cidade e estado de origem dos/as entrevistados/as.



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em junho de 2017.

Observando o gráfico acima, vislumbramos que a maior parte do curso de Serviço Social recebe discentes da própria cidade onde está sediada. No entanto, é preciso considerar a diversidade de localidades de origem que este curso abarca, demonstrando que os/as discentes nem sempre tem a disponibilidade de uma universidade na sua cidade ou estado onde residem, e quando tem nem sempre dispõe do curso desejado. Assim, os/as estudantes são obrigados a se ausentarem do seu seio familiar para alcançar o sonho da formação profissional.

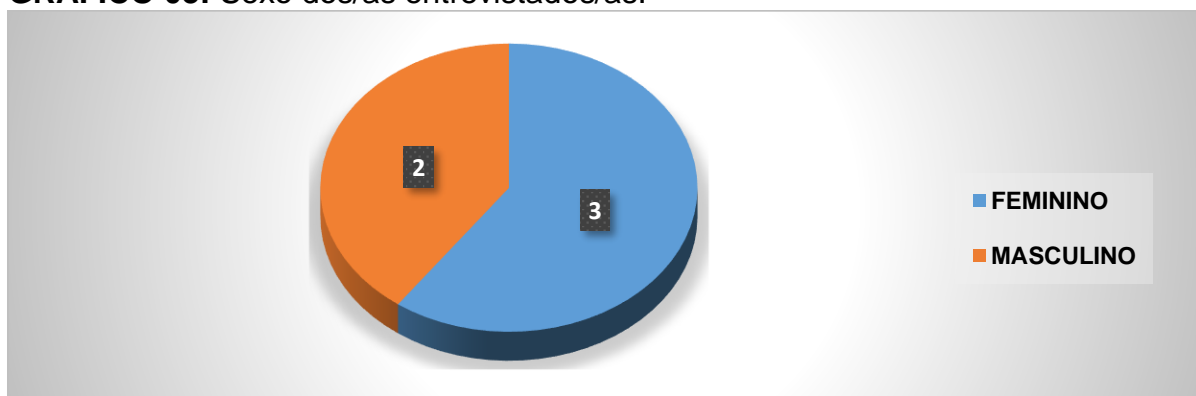
Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo 'uma vitória', a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso. Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade [...] (ZAGO, 2006, p. 233).

Através dessa análise depreendemos o quanto é relevante a legitimação de uma política de assistência a comunidade estudantil, que na sua efetivação possa dar apoio pedagógico, estrutural, alimentício, recursal, dentre outras modalidades, para que, por sua vez, os/as discentes possam realmente dispor de condições dignas de uma formação profissional crítica, pública, gratuita, laica e de qualidade, corroborando

com medidas que diminuem a evasão universitária, quase sempre relacionada à carência econômica.

Com relação ao sexo dos/as entrevistados/as, três (3) são do sexo feminino, já dois (2) são do sexo masculino. Como mostra o gráfico a seguir.

**GRÁFICO 03:** Sexo dos/as entrevistados/as.



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em junho de 2017.

A predominância do sexo feminino no curso de Serviço Social é histórica e data das protoformas dessa profissão, uma vez que as primeiras ações ligadas a essa ação prática era realizada pelas damas da caridade. Dentre outros fatores, também podemos sinalizar as determinações do sistema patriarcal que impelia responsabilidades sociais à imagem da mulher, o que também contribuiu para concretização dessa tendência feminina na profissão de Serviço Social

Na sociedade patriarcal capitalista em que vivemos, as mulheres são ensinadas a acolher, cuidar, educar, acalmar e servir, sendo responsabilizadas pelo 'bem-estar' da família e, por extensão, da sociedade. De forma sintética, na divisão social do trabalho cabe às mulheres a reprodução social. Nessa responsabilidade com a reprodução social, todas as características, habilidades e qualidades tidas como naturalmente feminina, tais como bondade, abnegação, espírito de sacrifício, benevolência, capacidade de acolhimento entre outras, são acionadas. Com isso forja-se um terreno favorável para assegurar o controle da questão social e, ao mesmo tempo, desresponsabilizar as estruturas de poder do capital pelas suas expressões (BRETTAS; CISNE; RUSSO, 2008, p. 136-137).

Em comum acordo com as autoras, a imagem social construída em torno da mulher, como um ser vocacionada a fazer o bem, a prestar caridade, por ser um uma figura amável, sensível, dócil no trato com as pessoas e que com muita destreza

desempenha diversas atividades no cotidiano, é comumente uma arma de manipulação do sistema capitalista no trato das expressões e contradições geradas no interior da relação capital-trabalho para conseguir alcançar seus anseios, o controle social.

Para além disso, a mulher ao ser colocada como a pessoa responsável pela reprodução social, a questão social deixa de ser um aspecto a ser tratada no âmbito estatal através da concretização de políticas públicas, retornando a suas protoformas, onde era chamada de desvio social legadas a coerção policial ou a ser tratada por instituições de cunho filantrópico.

Com relação ao questionamento da identidade de gênero, os cinco (05) militantes que foram entrevistados afirmaram ser cisgênero<sup>19</sup>, ou se reconhecem com o sexo o/a qual lhes foi constituído desde seu nascimento.

É de extrema relevância afirmar que numa sociedade, predominantemente patriarcal, calcada de forma muito profunda por uma ranço cultural machista e preconceituoso, regidos por um sistema heterossexual, o mundo dos homens passa a ser submetido a uma ditadura social, sendo imposto por convenções moralistas/sociais que determinam desde a geração no ventre as predeterminações de sexo, que se disseminam e acabam tomando corpo categórico a ser reconhecido e aceito por toda sociedade.

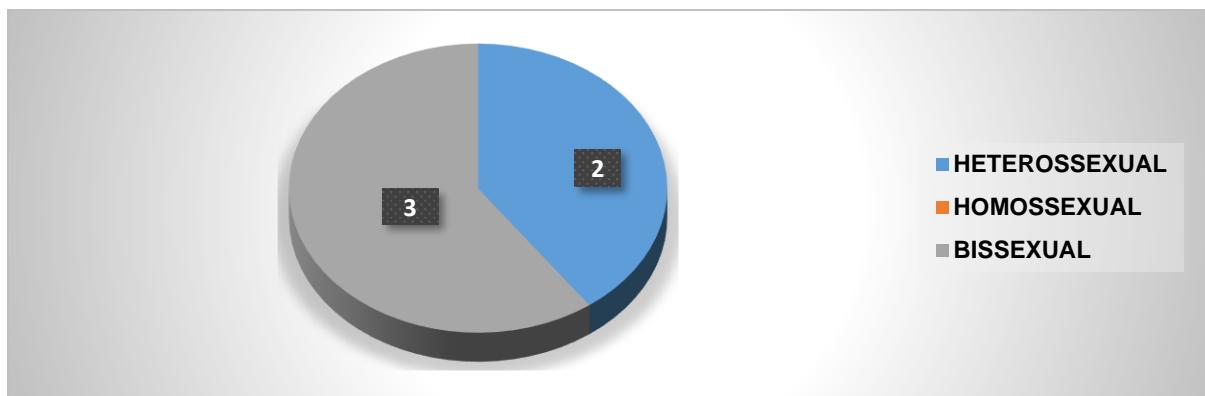
Esse sistema que, tendenciosamente, reprime, explora, exclui e escamoteia a legalidade dos direitos constitucionais resguardados a liberdade de expressão. Daí surge a necessidade da valoração social dos debates e a frente reivindicativa por pluralidade de pensamento, apartadas de ideologias predeterminantes, respeitando e alargando o espaço e os direitos pertinentes as liberdades democráticas

No cerne da questão orientação sexual, assim como expressa a tabela a seguir, três (3) dos/as entrevistados/as são bissexuais, dois (2) são heterossexuais, já a opção homossexual não obteve nenhum registro probabilístico.

#### **GRÁFICO 04:** Orientação sexual dos/as entrevistados/as.

---

<sup>19</sup> Para melhor apreensão sobre o assunto, “chamamos de cisgênero, ou de ‘cis’, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (JESUS, 2012, p. 10).



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em junho de 2017.

Esse aspecto da amostragem de dados possibilita, ainda que de forma muito singela, a averiguação da inserção de não-heterossexuais dentro da universidade. Apesar de não ter obtido registros de homossexualidade, o que não implica dizer a ausências dessa parcela social, o registro de uma queda substancial da heterossexualidade pode ser considerado uma maior inclusão da comunidade LGBT na educação, fazendo ser efetivado seu direito fundamental, independentemente, de sua orientação sexual estar dentro das convenções socialmente determinadas ou não.

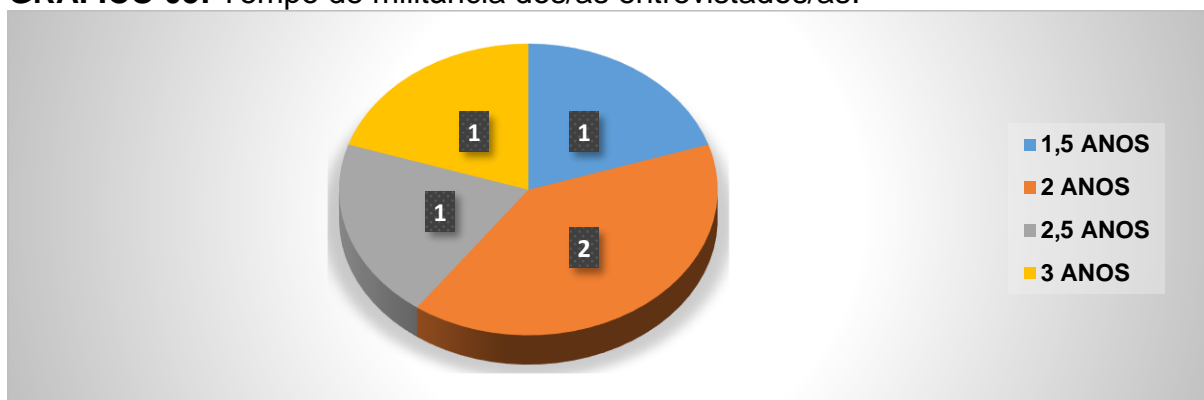
É indubitavelmente importante esclarecer que o Serviço Social, como as entidades representativas dessa profissão, mediante seus princípios éticos-políticos, que previstos no Código de Ética profissional, entona valores democráticos, pluralistas e de equidade estabelecendo um debate muito profícuo no embate das práticas preconceituosas e opressoras, vinculando à suas bandeiras de lutas a defesa pelos direitos sociais e de expressão da comunidade LGBT. Bem como, antipatiza com qualquer ato de preconceito e discriminação, tanto no meio profissional quanto no social. Nesses termos:

No Serviço Social esse debate conquista espaço público quando garante no Código de Ética Profissional (1993) a indicação de princípios ético-políticos alicerçados em valores como liberdade, democracia, pluralismo, equidade e justiça social, incluindo como um de seus princípios o exercício do Serviço Social sem ser discriminado e nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física. E mais ainda, quando em 2006 o CFESS aprova a Resolução 489/2006, que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do Assistente Social (CFESS, 2010, p. 02).

Desse modo, o Serviço Social em sua totalidade, é um espaço que se propõe a abertura de discussões que tragam temas valorosos no cerne da construção de uma sociedade livre de discriminações sociais sob quaisquer aspectos, sejam elas de natureza étnica, de gênero, questões de classe, condições físicas especiais etc.

Quanto ao tempo em que os/as entrevistados estão na militância no MESS, dois (2) responderam que participam a dois (2) anos, um (1) sinalizou estar inserido a um ano e meio (1,5), um (1) estar a dois anos e meio (2,5), e um (1) a três anos (3), como é possível verificar abaixo:

**GRÁFICO 05:** Tempo de militância dos/as entrevistados/as.



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em junho de 2017.

Uma característica própria do Movimento Estudantil é o aspecto da transitoriedade, que por vezes se tornou um contratempo para a averiguação da legitimidade da iniciativa política organizativa desse segmento social, que encontrou dificuldades na caracterização do ME enquanto um Movimento Social, justamente pela natureza transitória dos/as militante nesse movimento.

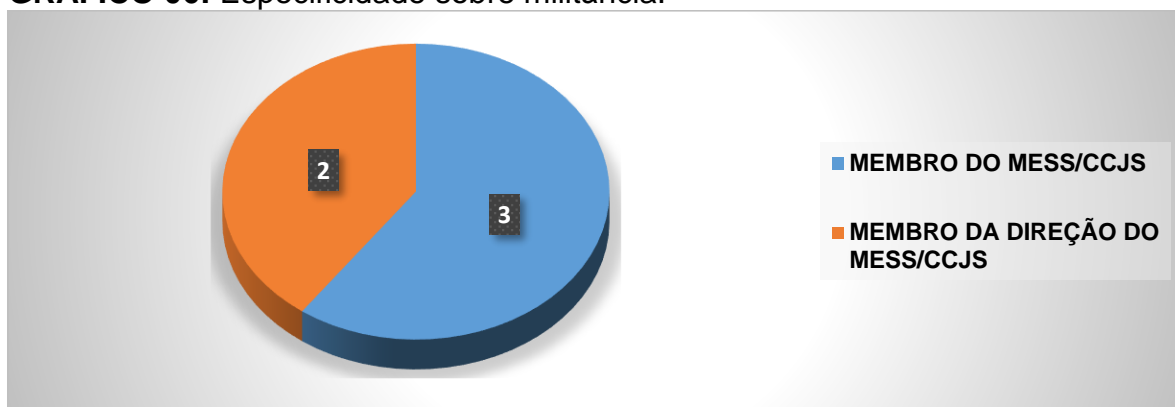
Evidente que o(a) estudante, enquanto sujeito individual, tem diante de si um período temporal bastante limitado para intervenção e articulação no âmbito do movimento estudantil, mas faz-se necessária a capacidade de se reconhecer no outro e perceber a História como a continuação da obra coletiva (GUIMARÃES, 2011, p. 138).

Como podemos perceber o acúmulo e a historicidade desse movimento não podem ser anulados em detrimento do caráter transitório, tendo em vista que a condição de militante pressupõe, de fato, uma individualidade que se estabelece no

tocante à passagem temporal dos/as estudantes no cenário universitário. Mas, é imprescindível vislumbrar no outro, e reconhecer que este detém a capacidade de dar continuidade a história e de todo acúmulo registrado nesse movimento, partindo da ótica de que o ME não é uma construção individual, mas sim a expressão de um sujeito coletivo.

Partindo para especificidade em torno da militância dos/as entrevistados/as, três (3) afirmaram serem membro do MESS/CCJS, enquanto que dois (2) fazem parte da direção do MESS/CCJS.

**GRÁFICO 06:** Especificidade sobre militância.



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em junho de 2017.

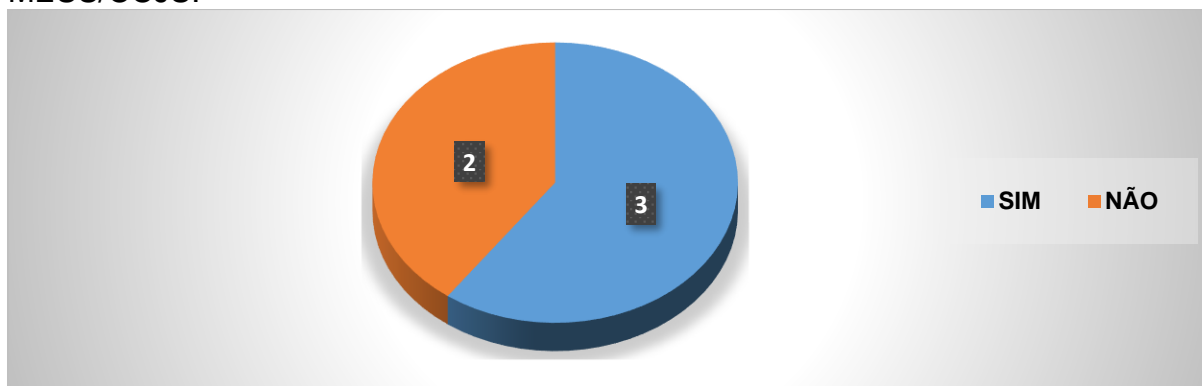
Com base nos dados podemos vislumbrar que, embora o MESS/CCJS seja recente, sabido que o curso de Serviço Social foi criado na UFCG há apenas oito anos, os/as estudantes inseridos no Movimento Estudantil de Serviço Social desempenham um papel substancial, tentando formar uma base estruturada, com uma organização política e combativa muito promissora.

Também é válido ressaltar que tanto os representantes da direção, quanto os membros do MESS/CJSS estão, sempre que possível, envolvidos nos encontros da representação nacional desse movimento, que é a ENESSO, e participando dos encontros deliberativos, nos ERESS, CORESS etc. O que expressa um compromisso ético com a coletividade dos/as estudantes de Serviço Social e com as lutas levantadas por esse coletivo. Tanto que um/a, dos/as participantes da pesquisa relatou compor a Coordenação Regional da ENESSO, bem a Coordenação de Formação Profissional do CASS/CCJS.

No que diz respeito dos/as pesquisados/as estarem congregando algum grupo ou campo político do MESS/CCJS, três (3) responderam que participam sim de grupo

ou campo político do movimento, já dois (2) sinalizaram que não participam de nenhum grupo ou campo político.

**GRÁFICO 07:** Inserção dos/as entrevistados/as em grupo ou campo político do MESS/CCJS.



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em junho de 2017.

Os/as militantes que sinalizaram participar de grupo ou campo político do MESS/CCJS, são militantes que estão envolvidos no Campo Popular. No caso do MESS/CCJS, estes dispõem de um fio condutor com o Campo Popular da ENESSO, que trabalham no processo de politização dos/as estudantes para o movimento estudantil em tela.

É possível afirmar que os/as estudantes que atuam em um grupo ou campo político sobressaem os demais, justamente por terem uma articulação maior com as lutas do MESS “[...] tendo, muitas vezes, papel de protagonistas na proposição, articulação e implementação das estratégias de ação defendidas pelo movimento” (GUIMARÃES, 2011, p. 84). Dessa forma, podemos considerar os campos e grupos políticos como um espaço fecundo para a construção política, a organização, bem como contribui valorosamente para a aperfeiçoamento das ações desenvolvidas no MESS, corroborando para o fortalecimento do poder político-organizativo desse segmento estudantil.

No que concerne a participação dos/as militantes em algum partido político, unanimemente, todos/as os entrevistados/as sinalizaram não ter nenhuma relação com partidos políticos, o que implica dizer que os/as cinco (5) militantes responderam não.

Não há como negar a relação que o ME tem com os partidos políticos, pois tanto esse movimento, quanto o Movimento Sindical são priorizados pelos partidos políticos de esquerda, tendo em vista a capacidade desses movimentos se

constituírem enquanto espaço propício para a organização das parcelas mais jovens da sociedade, como também da classe trabalhadora (GUIMARÃES, 2011).

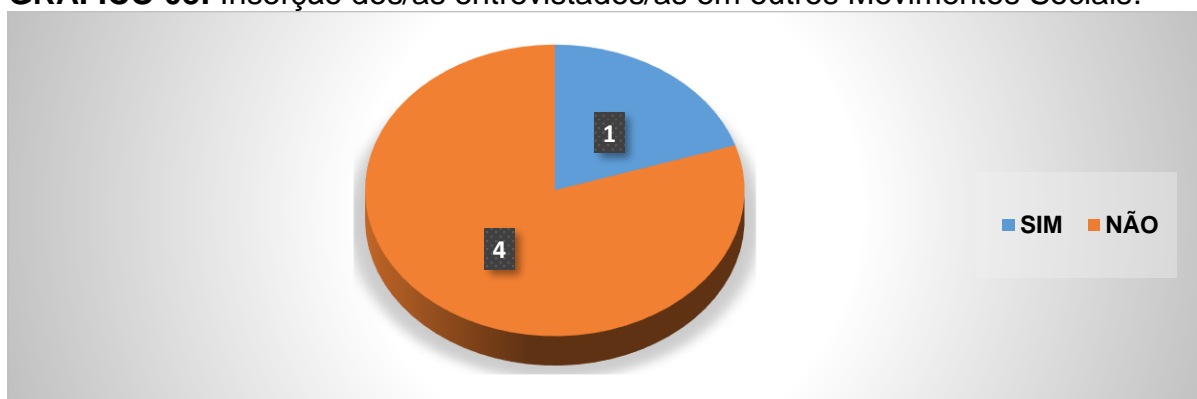
Dentro do Serviço Social, mais respectivamente na representatividade do segmento estudantil, por organização política, essa relação divide opiniões e formam debates que perpassam a mesma arena, dividindo os/as militantes que defendem cordialmente a relação movimento estudantil e partido político, e militantes que satanizam essa relação.

Alguns estudantes corroboram com a ideia de que a experiência da formação política na militância partidária propõe ao militante do MESS uma intervenção mais eficaz se comparados a outros que não participam de nenhum partido. Enquanto outros negam qualquer possibilidade de relação entre o MESS e os partidos políticos, como se essa relação fosse isenta de contribuições para a organicidade e formação política dos/as militantes do MESS (GUIMARÃES, 2011).

Essa resistência, um tanto negativa, se deve ao fato da crise de confiança e representatividade em que os partidos políticos brasileiros estão passando, sabido a contradição de seus simpatizantes, sejam em seus discursos como em suas ações, que, tendenciosamente, tem caminhado por trilhas antidemocráticas e de princípios individualista. Partidos que ao invés de se pintar de povo, tem contrariado os interesses sociais em detrimento do corporativismo político.

No que toca a participação dos/as militantes em outros Movimentos Sociais, apenas um (1) respondeu que militava em outra organização política, enquanto que quatro (4) sinalizaram nenhuma participação.

**GRÁFICO 08:** Inserção dos/as entrevistados/as em outros Movimentos Sociais.



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em junho de 2017.

Como podemos vislumbrar, a articulação, bem como a inserção dos/as militantes do MESS/CCJS ainda é muito exíguo, sabido que uma parte muito pequena está militando para além do coletivo político dos/as estudantes de Serviço Social. O/a



entrevistado/a que afirmou militar em outro Movimento Social, apontou o campo político do Feminismo.

Resta-nos matizar que o MESS enquanto um espaço político que atua no combate às manifestações e práticas de opressões, sejam elas verbais ou físicas, tem por excelência que adentrar os espaços de luta onde estão inseridos o público alvo que endossam essas discussões.

Posicionar-se a favor e em defesa de uma luta, não pode estar fadado ao plano teórico, deve integrar as ações práticas do movimento que se torna favorável ao levante dessa bandeira. Então, urge a necessidade do MESS/CCJS ampliar os horizontes de sua luta, e arrefecer as organizações de estratégias em consonância com seus aportes legais deliberativos, no sentido de trazer essas bandeiras não só no campo abstrato, mas planejar ações, fóruns de discussão junto à comunidade feminina, negro/a, LGBT, dentre outras que sofrem investidas que oprimem e exploram (ENESSO, 2014).

Quanto à militância no MESS/CCJS ser a primeira experiência de organização política, de forma categórica, todos/as os/as entrevistados/as responderam que o coletivo estudantil do Serviço Social, no CCJS, é a primeira experiência de militância, o que significa que os/as cinco (5) militantes responderam sim. Como pode ser verificado abaixo.

Apesar desta ser a primeira experiência dos/as militantes do MESS/CCJS, é inegável os contributos teóricos que essa experiência proporcionará a esses sujeitos políticos, pois a partir da luta, do cotidiano marcado pela combatividade e discussões acerca dos núcleos que perpassam os temas base da categoria profissional de Serviço Social, esse movimento tem se configurado como um fio conector do/a estudante e a profissão, principalmente, no que diz respeito a um processo de formação profissional sedimentado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Partindo dessa experiência, os/as estudantes reconhecem a centralidade do sujeito político na contestação de poderes arbitrários e na alteração da sociedade sob o comando do capital, pois passam a se reconhecer enquanto sujeito histórico, que não só acompanham o desenrolar da sociedade com o passar dos anos, mas que teve e tem papel fundamental nas determinações e construção históricas da mesma.

Para dar continuidade à reflexão proposta nos altos desse primeiro capítulo, faz-se necessário adentrar o debate do ME – e posteriormente, as particularidades da

construção política organizativa dos/as estudantes de Serviço Social. Elucidando a construção do ME, não escapando a sua existência da racionalidade capitalista que impele efeitos nocivos a organização política da sociedade civil em sua totalidade, bem como demanda reordenações organizacionais e geracionais, no tocante à educação superior.

### **3. A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS):** uma análise das refrações neoliberais, e as particularidades do MESS/CCJS

#### **3.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS INTERFACES DA OFENSIVA NEOLIBERAL:** impactos para a organização estudantil e a educação superior

A princípio, alguns aspectos que caracterizam o Movimento Estudantil (ME) podem ser ressaltados. A base social de origem de seus sujeitos é muito diversa, e a compreensão acerca do papel dos/as estudantes organizados/as no centro da luta de classes, só poderiam ser apreendidos a partir da análise da categoria “classe social”. No entanto, essa categoria é um dos elementos fundantes e muito polemizado na teoria marxista, pois como assevera Iasi (2007a):

Quando pegamos um estudo concreto como o *18 brumário*, por exemplo, Marx chega a definir os diferentes grupos atuantes naquela intrigante conjuntura muito mais decisivamente pela ação que desempenham e pelas concepções de mundo que representam, do que mesmo pela sua posição no interior das relações sociais ou diante da propriedade. Não que essa dimensão tenha deixado de atuar, mas que, limitando-se a essa determinação, seria impossível desvendar a trama dos acontecimentos. Isso significa dizer que para Marx a forma com que as classes atuam no campo concreto da história, a consciência que representam em cada momento, são fatores determinadores de seu caráter (p. 108, grifo do autor).

Dessa forma, a direção analítica do conjunto da obra de Marx, sinaliza que a definição de classe perpassa três nucleações: a posição do indivíduo diante da propriedade ou da não propriedade dos meios de produção; a consciência a que este indivíduo se vincula ou se distancia de uma posição de classe, bem como a ação dessa classe frente as lutas que se concretizam no interior de uma formação social (GUIMARÃES, 2011).

Nessa direção, concluímos que a base social que os sujeitos que conformam o ME, assumem dentro das relações sociais na sociedade capitalista não é suficiente para determinar a classe social a que estão associados. Se bem, que a organicidade

representativa do ME, tem demonstrado fortes indícios de sua vinculação com a classe trabalhadora, dado seu forte posicionamento por lutas democráticas.

Outro aspecto relevante é o seu caráter transitório, visto que os estudantes permanecem inseridos no movimento durante o curto período do processo de formação, o que limita a articulação e a intervenção na esfera do movimento estudantil. Todavia, essa peculiaridade não pode negar a historicidade do movimento, nem tão pouco desconsiderar a continuação dessa história enquanto uma obra coletiva e transcendente.

Além disso, dissemina-se no seio da sociedade, inexoravelmente, a ideia de que a juventude detém uma vinculação com as atividades de excitação política e ideológica. Nas acepções de Lênin *apud* Guimarães (2011), esse segmento, além de apoiar a classe operária contra as inflexões capitalistas, pode dispor de elementar contribuição na construção da sociedade comunista, dinamizando sua formação política e o conjunto das lutas sociais.

Registros históricos apontam para a existência de participação política dos estudantes brasileiros desde o Brasil Colônia [...]. Tais registros demonstram que o segmento estudantil teve participação evidente no campo da propagação das idéias revolucionárias dos movimentos brasileiros inclusive anteriores à transição do Império para a República, muito embora neste período ainda sem uma estrutura organizativa e plataforma de lutas constituídas (GUIMARÃES, 2011, p. 36).

A criação da União Nacional dos Estudantes<sup>20</sup> – UNE – em 1937, estabeleceu uma curvatura na militância dos segmentos estudantis, que até então se encontravam fragmentados em detrimento da inexistência de uma organização dirigente estruturada, após a fundação da entidade máxima representativa, o ME teve consolidação e adquiriu aspecto nacional e permanente.

Não obstante, a UNE, a partir da década de 1950 teve participação preponderante nos processos que se tornaram emblemático no cenário político do Brasil, como por exemplo, nas lutas contra o Estado Novo, na campanha pela inserção do país na 2ª Guerra Mundial e intentando a defesa do patrimônio territorial e

---

<sup>20</sup> Entidade máxima de representação dos estudantes universitários brasileiros. Também configura um dos mais antigos Movimentos Sociais e congrega os CA's DA's e DCE's, bem como todas as Uniões Estaduais de Estudantes brasileiros.

econômico do país, movimento conhecido como “*O petróleo é Nosso*” (GUIMARÃES, 2011).

Montaño e Duriguetto (2011) apontam que no decorrer da década de 1960, a UNE incentivou a ampliação das reivindicações por universidades públicas, gratuitas e de qualidade. Para além disso, o ME instigado pela máxima entidade representativa desse segmento, protagonizou importante rechaço aos governos de Quadros – 1961 – e Goulart – 1961 a 1964 –, tanto que no processo de desenvolvimento do Golpe Militar em 1964, rapidamente foi-se tomada a decisão de embate aos posicionamentos ideopolíticos manifestados pela UNE.

Durante a conjuntura do regime militar, inúmeras lideranças da UNE foram presas, bem como foram aprovados meios legais que investiam contra as resistências estudantis. Uma delas ficou conhecida popularmente como a Lei Suplicy de Lacerda, Lei de nº 4.664/64, a qual ensejava controlar o movimento estudantil, legando a esses uma limitada autonomia, dentre outros efeitos nocivos que desarticulava, substancialmente, a organização política até então construída pelos/as estudantes.

Por outro lado, esta normativa instituía legalmente a extinção da UNE, impedia qualquer forma de mobilização de representação estudantil, e estabelecia órgão de fiscalização para as esferas de representação dos/as estudantes universitários, o Diretório Acadêmico (DA), Diretório Central dos Estudantes (DCE), Diretório Estadual de Estudantes (DEE) e Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) – este último, substituía legalmente a UNE (GUIMARÃES, 2011).

As ações repressivas da autocracia burguesa, particularmente no pós-1968, abortaram o processo de mobilização dos estudantes. O 30º Congresso da UNE, realizado em 1968 em Ibiúna (SP), chegou ao conhecimento das autoridades militares e, praticamente, todos os congressistas e líderes do movimento estudantil foram presos [...]. Também como medida repressiva, foi decretada, em 1969, a Lei nº 477, que tratou de estabelecer as infrações disciplinares cometidas por docentes, discentes e funcionários das instituições no país, concebendo greves e mobilizações estudantis como atos infracionais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 288).

Apesar do trato rígido do período reacionário, as frentes estudantis permaneceram no campo da resistência, contrapondo-se a Lei Suplicy, como também, resistindo as tantas outras arbitrariedades forjadas pelo governo ditatorial. Ainda que se mantendo firme, a resistência dos estudantes foi perpassada por inúmeras

dificuldades, como: a impossibilidade de construção de congressos na UNE, que, por sua vez, só puderam ser levadas à realização quase um ano e meio após o golpe militar, e não se desenvolveram de forma pacífica, já que despertou uma conduta reativa dos militares (GUIMARÃES, 2011).

O ano de 1975, foi marcado pelo renascimento político dos segmentos estudantis – em sincronia com outros movimentos sociais–, que deleitaram suas ações nas ocupações das galerias de reitorias, passeatas e greves em defesa das lutas mais gerais, como o retorno do Estado democrático de direito.

No tocante das lutas específicas do ME, podem ser contabilizadas as reivindicações por melhorias nas redes escolares, maior liberdade para organização estudantil, ampliação dos investimentos governamentais para a educação; protestos contra a privatização de ensino; a esses fenômenos, ainda pode ser adicionado à reorganização da UNE, em 1979.

Apesar dos anos condensados entre as décadas de 1970 e 1980 terem sido interpretados, nacionalmente, como os anos de ruptura do Golpe Militar de 1964, e relevante processo de redemocratização da sociedade brasileira, outra intercorrência adentra esse cenário social, projetando rearranjos político-econômicos e sociais, imensuráveis, que condensaria à totalidade das relações sociais efeitos letais, principalmente, no tocante ao exaurimento dos direitos sociais e na desmobilização dos movimentos sociais, incluindo novas configurações e desafios ao ME, bem como planejando um novo formato de atendimento as demandas sociais oriundas das parcelas sociais subalternizadas.

Com grande rendição e consentimento, o capital, contando com grande apoio político, mediante estratégias de proteção dos superlucros implementam o neoliberalismo.

Segundo Harvey (2006), o neoliberalismo se trata de uma teoria sobre as práticas políticas e econômicas, que defendem que o bem-estar humano pode estar atrelado à elevação das liberdades empresariais, inserido num quadro institucional, peculiarizado pelo direito à propriedade privada, liberdade de comércio, de mercado, e liberdade individual.

O Estado teria um papel funcional, restrito às práticas políticas e econômicas, trazendo em primeira instância uma preocupação central com a integridade e qualidade da moeda, bem como deveria gerir e organizar as funções jurídicas, militares, policiais em detrimento da garantia da liberdade de mercado.

O cenário econômico-político mundial da década de 1970 se torna emblemático, pela erosão do rígido padrão de produção do sistema capitalista, o Taylor-fordista, como pela secular queda das taxas de lucro, fazendo com que o Estado, juntamente com o capital se articulassem por vias econômicas e extraeconômicas<sup>21</sup>, ansiando a estagnação ou neutralização da crise estrutural do capital.

Um dos mecanismos promissores, na ótica capitalista, seria a desoneração do regime de acumulação fordista-keynesiano, um regime construído de forma hegemônica nos pós-1945 que articulava mutuamente, interesses capitalistas (uma escala de produção rígido e cumulativo) e coberturas trabalhistas.

Como resposta à sua própria crise, e para tentar retomar o patamar de acumulação anterior, iniciou-se uma ofensiva do capital e do Estado contra o trabalho e os direitos sócio-políticos conquistados, o que se evidenciou no desenvolvimento de um novo padrão de acumulação e no desenvolvimento de um novo projeto, conhecido como *projeto neoliberal* (DURIGUETTO, 2007, p. 81, grifo da autora).

Essa nova estratégia hegemônica do capital, no contexto de mundialização do capital e de uma crise endêmica, estaria sustentada numa tríade basilar: a ofensiva neoliberal contra o trabalho e todas as formas de organização política, e luta dessa classe; a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado.

As modalidades adotadas para a ofensiva contra o trabalho, se desenvolveram na perspectiva de imobilizar a classe trabalhadora, para que esta não conseguisse protagonizar de forma substancial reivindicações e resistências contra as reformas neoliberais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Assim, feriam diretamente as formas de organização e os sindicatos dos trabalhadores, por meio da negação, por parte do Estado e do capital, a negociar com os grevistas; pelas repressões às lutas com forte policiamento e outros meios; pela disseminação de estereótipos às lutas dos trabalhadores, causando um enorme desprestígio, fazendo uso de grandes nomes de jornais e demais meios midiáticos,

---

<sup>21</sup>Os mecanismos neutralizadores – extraeconômicos – são constituídos pelo rompimento do conhecido “pacto keynesiano” e prossegue alicerçado em três caminhos centrais: a criação de setores de superlucros fora da produção e do subconsumo, a extrema centralização do capital, matizando o domínio dos monopólios no mercado e, por último, mas não menos importante, o amortecimento dos custos de produção para o capital – ver MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011.

para estigmatizarem os militantes de “baderneiros”, “desocupados” e etc.; e por último, desregulamentando e precarizando os empregos e o mercado de trabalho, preconizando o aumento do desemprego, subcontratação e terceirização, aumentando a informalidade das relações empregatícias, dentre outros.

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização [sic] contemporânea: destrói-se a força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental ‘sociedade do descartável’, que joga fora tudo o que serviu como ‘embalagem’ para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se e agilizando-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (ANTUNES, 2009, p. 227-228).

Fazendo uso sempre de mecanismos que tendiam à redução salarial, fomentavam o exército de reserva, legando aos indivíduos que ainda estavam inseridos em empregos formais, uma situação de sujeição às instabilidades do mercado. Um completo retrocesso nos direitos trabalhistas, conseguidos historicamente a árduas penas.

A reestruturação produtiva do modo de produção capitalista se trata de uma estratégia político-econômica, visando retomar os elevados níveis de taxas de acumulação e a perpetuação de seu poder, buscando um meio de produção mais flexível e apto as oscilações do mercado mundial, o toyotismo<sup>22</sup>. Este, por sua vez, objetivava, concomitantemente, aglutinar o aumento da produção e a diminuição de emolumentos com o processo produtivo – uma produção a partir da demanda, que detinha especificidades que se distanciava do fordismo, justamente porque esse novo padrão de produção:

- 1) é uma produção mais diretamente vinculada aos fluxos da demanda;
- 2) é variada e bastante heterogênea e diversificada;
- 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade e flexibilidade de funções, na redução das atividades *improdutivas* dentro das

---

<sup>22</sup> A toyotização da indústria não implica o esgotamento do modelo fordista de produção, o que aconteceu de fato foi uma articulada adequação, ou seja, foram injetados alguns aspectos mais flexíveis advindos de inúmeros modelos, todavia isso não de forma idílica, nem linearmente. O toyotismo advinha do modelo de fábrica japonesa, Toyota, no pós-Segunda guerra Mundial MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011.



fábricas e na *ampliação e diversificação das formas de intensificação da exploração do trabalho*;

4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e, funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque, que no toyotismo deve ser mínima. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela *horizontaliza* o processo produtivo transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela (ANTUNES, 2009, p. 226-227, grifo do autor).

Essa estratégia redimensiona a produção, tanto no que diz respeito ao processo real de produção, quanto as relações sociais que conformam o solo produtivo, visto que a fragmentação, a externalização, junto as terceirizações e subcontratações diminuem a segurança do trabalhador no emprego, fragilizando a regulação do vínculo empregatício, deixando o trabalhador numa situação desfavorável, fazendo com que o Estado se exima da regulação capital-trabalho, porque os vínculos empregatícios também acordam numa perspectiva flexível.

Em definitivo, a subcontratação, terceirização, externalização do trabalho, ao retirar o trabalhador da formal (e regulamentada por lei) relação salarial, permite ao capital dispor, quase na sua totalidade, da mão de obra de acordo com suas necessidades (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 199).

A contrarreforma do Estado, fundou-se a partir da necessidade do capital de liberalizar e desregulamentar os mercados, almejando o escamoteamento do leque de direitos trabalhistas e sociais construídos durante o século XIX, tomando a parte, como justificativa para tal contrarreforma, um discurso argucioso de que o Estado tinha decorrido num déficit fiscal devido os altos gastos sociais, ou altos tributos com a esfera social. Desse modo, como afirma Behring (2009, p. 172, grifo da autora) a “*onda longa com tendência à estagnação, coloca a política social no cerne da crise*”, já que os altos custos inflacionários com as demandas sociais centralizava um dos eixos da crise fiscal do Estado.

Consonante a isso, a contrarreforma do Estado perquiriu um rol de ajustes estruturais de vinculação monetarista e neoliberal, tanto aos planos econômicos, sociais, institucionais e burocráticos, intentando flexibilizar o regime de produção,

reformular as ações estatais para desregular o mercado e tolher as conquistas de direitos trabalhistas.

Todavia, esses decorriam de exigências de instituições financeira do cenário internacional, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); premissas que foram legitimadas no Consenso de Washington<sup>23</sup>, sabido que estes serviam como passaporte para a corrida capitalista contemporânea. Nessa ótica, as funções do Estado estavam orientadas a fomentar o mercado, e instigar atrativos para o capital financeiro.

As demandas sociais estavam relegadas a solidariedade da sociedade civil<sup>24</sup>, as ONG's e as iniciativas privadas – decorrente do afastamento do Estado, abrindo oportunidades rentáveis para o capital, consolidando a privatização dos serviços que eram para estar a serviço da população na esfera estatal. Ou seja, um redimensionamento da reforma do Estado que contempla o terceiro setor<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Essa, por sua vez, consistiu numa reunião realizada nos anos de 1989, que tinha como participantes, além de representantes do governo e economistas americanos, os organismos internacionais do ramo financeiro (FMI, BM, BIRD), todos unidos numa ação conjunta para avaliar as reformas econômicas a serem instauradas na América Latina. Desse modo, o consenso de Washington reuni dez determinações específicas: “a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas ‘a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas’; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro [...] observe-se que as cinco primeiras reformas poderiam ser resumidas em uma: promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental. As cinco restantes são formas diferentes de afirmar que o Estado deveria ser fortemente reduzido (Bresser-Pereira, 1991, p. 06, grifo nosso).

<sup>24</sup> “É a defesa da passagem do caráter ‘público’ do Estado para a lógica ‘privada’ do mercado e da sociedade civil. Ou seja, a esfera da sociedade civil – entendida, segundo o conceito liberal, como o que está fora da órbita do Estado – é tomado como espaço para se buscarem soluções para as questões econômicas, políticas e sociais” (Duriguetto, 2007, p. 88, grifo do autor).

<sup>25</sup> “[...] o que é chamado de “terceiro setor”, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda [sic] e da ajuda mútua” (MONTAÑO, 2008, p.186, grifos do autor). Assim, de acordo com esse autor o chamado terceiro setor nasce imbuído no processo de reestruturação do capital, em especial como estratégias teórico-metodológica da reforma do Estado, onde são nutridas alterações significativas na cultura, nos valores sociais, nas configurações do perfil de cidadania, bem como na totalidade das legislações sociais, supondo, como resultante, um novo trato à questão social.

*Nessa perspectiva, a sociedade civil é transformada em meio, em instrumento para a operacionalização da atual estratégia do projeto neoliberal de desresponsabilização do Estado e do capital com resposta à 'questão social', particularmente no que se refere às políticas sociais. E essa estratégia do fortalecimento da lógica da 'sociedade civil' revela-se e vem sendo consolidada na proposta de reforma do Estado, especialmente nas estratégias de descentralização" (DURIGUETTO, 2007, p. 174, grifo da autora).*

Nessa dimensão, o Estado se aparta da responsabilidade da implementação e gestão do conjunto de políticas públicas, que responderiam as refrações da questão social. As necessidades, que por ventura, urge enquanto demandas das parcelas sociais de menor poder aquisitivo, serão direcionadas para a sociedade civil, o que legitima um canal de apoio não só aos processos de descentralização do aparato socioinstitucional, mas corrobora com as investidas do mercado, que no afastamento do Estado passa a concorrer no atendimento às mazelas sociais.

O Estado agora se reveste de uma nova roupagem, o "Estado mix", ou "minimax"<sup>26</sup>. As políticas que ainda são disponibilizadas no aparato estatal se tornam escassa de eficácia, são focalizadas, emergenciais, cerceadoras de direito e muitas vezes identificadas como compensatórias de carência, não englobando como premissa a perspectiva da universalidade. Nessa direção, o conjunto das políticas sociais refletem um:

[...] caráter meramente compensatório da intervenção social presente em suas proposições [...]. Porém, fundamentalmente, o ajuste tem passado pela desregulamentação dos mercados, pela redução do *déficit* fiscal e/ou do gasto público, por uma clara política de privatização, pela capitalização da dívida e um maior espaço para o capital internacional, inclusive como condição para empréstimos. Para a política social, a grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência (BEHRING, 2009, p. 186-187, grifo da autora).

Além dos processos de privatização, da existência de políticas sociais no cerne do Estado numa perspectiva focalista e emergencial/imediatista, outro grande agravante está situado no fato das políticas sociais públicas serem alvejadas por inúmeras ondas de precarização, visto as ínfimas condições de: estruturas físicas,

---

<sup>26</sup> Como advoga Netto (1993) mínimo para os custeios do setor social, ou para os trabalhadores, e máximo para a expansão dos mercados e interesses capitalistas.

quadro de profissionais adequados, subsídios monetários suficientes para gerir os serviços, aparelhagens em boas condições de uso etc.

A realidade sócio-histórica nacional não se difere de todo esse contexto mundial, entretanto, as configurações neoliberais adentraram o Brasil após os anos de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello e se alastrou com maior expressividade no governo de Fernando Henrique Cardoso, durante o segundo lastro da década de 1990, e está em pleno vigor até o governo atual.

Nesse contexto de reformas econômicas – pelas emoldurações da acumulação flexível – e políticas convertidas aos rearranjos das premissas neoliberais, o Brasil também se adequou ao novo modelo de acumulação. Quanto às gestões dos setores sociais, o Estado passou a canalizar emolumentos para a estimulação do processo de desenvolvimento do país, enquanto os seguimentos sociais estavam legados às iniciativas da solidariedade da sociedade civil, ONG's, terceiro setor e iniciativas privadas e algumas políticas ainda centradas no aparato estatal – políticas emergenciais, geralmente de transferência de renda, focalizadoras e privatistas.

Para alguns segmentos da força de trabalho é criado pelo Estado (ou pela filantropia privada) um 'mercado especial de consumo'. Com isto, não se quer privilegiar a economia de mercado, mas destacar a forma particular de tratamento das classes subalternas da nossa realidade (SPOSATI, 2010, p. 73).

Acordada com a perspectiva da autora, as políticas emergenciais e de transferência de renda concerne em verdadeiros espectros do empoderamento econômico, ancoradas numa ideologia de enaltecimento do poder de consumo, a demonstração de que as políticas públicas sociais são instrumentos de fomentação das estruturas econômicas e de compensação das mazelas sociais, ou seja:

A política social dirigida aos agora qualificados como *excluídos* [...] não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência [...] a *pobreza absoluta* (NETTO, 2012, p. 428, grifos do autor).

As inflexões neoliberais não foram aceitas passivamente pelas camadas sociais que sofriam com seus efeitos deletérios. Em diferentes movimentos, as frentes reivindicativas se intensificaram em diversos países, assim como no Brasil<sup>27</sup>. Esse contexto também é atravessado pelos ataques com fins de regressividade aos movimentos sociais sejam eles sindicais, feministas, de orientação sexual, estudantil etc.; protagonizados pelos mais variados segmentos sociais, sabido que boa parte destes sujeitos políticos estão unidos pelo desejo de construção de uma sociedade justa e sem dominação. Porém, estes são alvejados pelas investidas neoliberais na tentativa de fragmentar a capacidade política organizativa dessas parcelas, utilizando de meios para desprestigiar e marginalizar as manifestações.

A esse respeito,

A repressão deixou de ser uma excepcionalidade – vem se tornando um estado de guerra *permanente*, dirigido aos pobres, aos ‘desempregados estruturais’, aos ‘trabalhadores informais’ [...]. E essa *guerra permanente* também se expressa na criminalização aos movimentos e lutas sociais (NETTO, 2012, p. 427, grifo do autor).

A repressão agora legitimada, atenta diretamente contra o processo de desenvolvimento e fortalecimento da pluralidade política organizativa. Mas, o que não se pode perder de vista é que esse enfrentamento denota a continuidade desvelada das estratégias neoliberais de fragmentação do processo político organizativo das parcelas sociais desfavorecidas economicamente, sem falar do retorno do policiamento no trato da questão social, visto que em muitos dos movimentos são defendidos valores humanitários, efetivação de direitos constitucionais e fundamentais para um bom desenvolvimento da vida humana, direitos legais que nem sempre são observados pelo poder que o outorga.

---

<sup>27</sup> Se desenvolveram várias movimentações nos países europeus, no Chile os movimentos estudantis se tornaram mais frutuosos contra os processos de privatizações da educação, na Argentina se rebelaram grandes movimentos de segmentos desempregados, no México os embates zapatistas, no Brasil o retorno dos movimentos grevistas faz alusão a esses fenômenos do cenário internacional de lutas dentre outros. Todavia, há de se esclarecer que essas manifestações ainda não conformam projetos societários alternativo ao da sociabilidade capitalista, posto as tendências corporativistas ou de refutação a sindicatos, reitera o receio de qualquer negociação com o Estado (ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014).

Na década de 1990, diante de uma conjuntura expressiva de políticas neoliberais, o aglutinamento resistente das parcelas estudantis ganhou notoriedade, por terem se posicionado contrário às investidas do governo Collor (1990-1992), contestando a ordem vigente, principalmente, no que concerniu aos desmontes do aparato estatal, o descaso do Poder Público com os setores sociais, sem contar as crescentes ondas de privatizações e enaltecimento das políticas sociais de cariz focalizador.

Nesse período os/as estudantes participaram e instigaram greves, passeatas, e inúmeras mobilizações em desfavor das medidas econômicas e sociais parametrada durante o governo supracitado, tanto que uma das frentes arquitetadas pelos/as estudantes ficou nacionalmente conhecido como “os caras pintadas”<sup>28</sup>. Estes também empunharam protestos a favor do impeachment do então presidente Collor (1992), resguardando o direito de participação nas “Diretas Já”<sup>29</sup>,

Entretanto, pode-se assinalar que as frentes de contestação das ações governamentais, por parte do segmento estudantil, se estenderam pelos governos de Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), principalmente no que se refere as iniciativas neoliberais, já que o “enfrentamento do ME ao neoliberalismo significa, também, se contrapor às ofensivas à universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, bandeiras de luta fundamentais do ME, especialmente deste período até a atualidade” (GUIMARÃES, 2011, p. 40).

A ascensão de Lula ao poder significou para a sociedade brasileira uma renovação do espírito transformador, particularmente das camadas democráticas e populares da sociedade brasileira, já que nato apreciador e defensor das lutas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao chegar ao poder, teoricamente, deveria suprimir os planos governamentais, genuinamente neoliberais, em resolução pelos governos antecessores, principalmente, os projetos de contrarreforma do Estado, as disposições sociais; e as frentes ostensivas a pluralidade da organização política da sociedade civil.

Assim como afirma Singer (2009, p. 101, grifo nosso):

---

<sup>28</sup> Ações dos/as estudantes que se posicionavam a favor do impeachment de Fernando Collor de Melo

<sup>29</sup> As “Diretas Já” consistia em movimentos políticos de cariz popular que defendia o retorno das eleições diretas para o cargo de presidente da República do Brasil. Os atos públicos se deram entre os anos de 1983 a 1984 e reuniu partidos políticos, a UNE, diversos intelectuais, artistas dentre outros representantes da sociedade civil.

*O popular que havia ficado fora de moda, seja pela retórica da modernização, ao centro, seja pelo discurso de classe, à esquerda, está de volta. Diferentemente da experiência peessedebista, o “Real de Lula” veio acompanhado de uma mensagem que faz sentido para os de menor renda: pela primeira vez o Estado brasileiro olha para os mais frágeis e, portanto, se popularizou [...].*

Apesar da institucionalidade dessa esperança por tempos, legitimamente, mais democráticos, os ordenamentos governamentais traçados por Lula revelariam uma conjuntura político-econômica nacional em simetria com as diretivas neoliberais, sustentando os projetos anteriores, somadas a novas medidas mais evasivas ao trato do campo social. Lula em seu governo, acabou fazendo uso de estratégias políticas flutuantes entre os interesses sociais e atendendo, prioritariamente, aos anseios capitalistas. Assim:

Dentre as condições políticas e sociais que estão viabilizando o aprofundamento da política neoliberal [...] destaca-se a quebra de resistência e combatividade de muitos movimentos sociais, por tratar-se da ascensão de um governo supostamente de esquerda [...] (GUIMARÃES, 2011, p. 51).

Segundo Gohn *apud* Guimarães (2011), os momentos de recuo e avanço são características próprias da dinâmica dos MS, o que incute que a crise desses movimentos se refere a diminuição da visibilidade desses no cenário social, que parte do poder de pressão que tinham adquiridos durante os anos de 1980 – período de redemocratização –, compreendendo que os causadores dessa crise congregam aspectos tanto externos, quanto internos. Nessa direção a crise dos MS tinham origem tanto nas políticas neoliberais, quanto nos problemas internos dos MS.

O poder político do ME, calcados por essa correlação de forças partidárias encontra inúmeros desafios para a formação de militantes, bem como para o desenvolvimento e articulação de suas lutas, sabido que estas também estão projetadas e influenciadas pelas relações contraditórias da sociedade. Nesse limiar:

Como rebatimento mais evidente desse processo, na ação política do movimento estudantil, ressalta-se um profundo distanciamento da UNE em relação aos interesses dos(as) estudantes e suas entidades de base, reflexo das intervenções políticas da entidade, atualmente, que tem sido pautadas

numa perspectiva de negociação e consensos com governos e reitorias, negando a luta e o conflito de interesses entre o movimento estudantil e estes setores (GUIMARÃES, 2011, p. 52).

Apesar dessas dificuldades, foram emblemáticas as lutas dos/as estudantes em desfavor de diversas ações governamentais de investidas na educação, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em torno do ensino superior que ativaram inúmeras movimentações por parte dos/as estudantes, que protagonizaram atos por uma educação laica, gratuita, pública e de qualidade, defendendo os projetos democráticos de educação, com vistas a segurança dessa estar à disposição das camadas mais carentes.

Porém, é inegável a tensão no cerne do movimento estudantil, visto que a UNE tinha se tornado favorável às políticas de reformas educacionais, o que legou à entidade uma situação de instabilidade entre seus integrantes.

Nessa direção, depreende-se que a UNE ao assumir uma postura política harmoniosa com as premissas neoliberais, abandonou a centralidade reivindicativa da ação política do ME, colocando em questão a autonomia política do movimento em sua totalidade. Isso feria a luta dos/as estudantes, e ainda concorria para uma grande instabilidade de liderança.

Prova disso é que, ao convergir seus valores para um patamar conservador e se desviar de seu eixo central, a direção geral da UNE passa a ser disputada por grupos que integravam a própria entidade nacional<sup>30</sup>, mas que agrupava forças e correntes políticas diversas, concretizando a intensa fragmentação da ação política dos/as estudantes.

No entanto, a criação de uma nova entidade apartada da UNE não esgotaria os problemas, bem como se apresentava como uma proposta frágil, sabido que a crise do ME não estava condicionada, unilateralmente, as problemáticas de direção, mas estava centrada também na redução da participação de alguns grupos nos fóruns e espaços da UNE, que se desligavam, ou renunciavam em participar da dinâmica entre os demais grupos que atuavam em favor da entidade e articulavam mudanças no interior da mesma (GUIMARÃES, 2011).

---

<sup>30</sup> Como por exemplo, à Frente de Oposição de Esquerda (FOE), que conformava um corpo político participante da UNE (GUIMARÃES, 2011).



O que se torna preponderante, dentro dessa análise é que substituir a direção, disputar a hegemonia política de um movimento ou de uma entidade nacional não sana as dificuldades e os limites do processo de mobilização da sociedade brasileira. Nem muito menos, responde as inúmeras dificuldades e desafios no limiar da universidade, como no ME. Isso também, não significa dizer que os/as estudantes estavam fadados ao marasmo da resignação. A luta é constante e o coletivo estudantil aglutina forças e alianças que veem a contrapor os posicionamentos e processos da ordem instituída.

Contemporaneamente, ambientados por governos que também corroboram com planos, eminentemente, capitalistas e, por isso, neoliberais, inúmeras mobilizações são forjadas pelo ME, no cerne da defesa de uma expansão na área de assistência aos segmentos estudantis; pela construção de um projeto de universidade democrática, plural, gratuita, pública, laica e de qualidade; pela conclamação de um robustecimento de investimentos no setor educacional, dentre outras que se fazem presente até os dias correntes.

Outrossim,

*[...] participar do movimento estudantil implica em assumir uma certa autonomia, a tomar posição crítica com relação à instituição escolar e seus muitos mecanismos. A primeira fronteira que se rompe, portanto, é a da própria sala de aula [...]. E as fronteiras físicas da universidade em que estudamos também se rompem [...]. E as fronteiras que se acabam de romper são também ideológicas – rompe-se com a cerca de muitos preconceitos pequeno-burgueses – apreende-se assim, já em princípio, que as saídas individuais não são saídas, mas adequações e que elas, em definitivo, não resolvem nem os problemas individuais mais imediatos, dirá os problemas históricos e sociais mais graves. Por isso, rompe-se a fronteira do imediato (ARAÚJO; SOUSA NETO, 2007, p. 258, grifo nosso).*

Em consonância com o autor, a organização política possibilita um salto crítico e qualitativo ao indivíduo, no mesmo momento que o empodera de substratos analíticos, que rompe com os limites físicos do sistema de ensino que subjaz um processo de enquadramento das massas a ideologia da ordem vigente. Aqui se aponta não só as divergências e disputas ideopolíticas que perpassam o ME, mas refletem que a militância conforma o movimento relevante e fundamental para uma formação ideopolítica.

Entretanto, os reflexos e os reordenamentos neoliberais, não atingiram somente a organização política da sociedade civil brasileira, como também, a organização política dos/as estudantes em sua totalidade. Para além disso, esses reflexos, adentraram o espaço educacional, em especial a educação superior, que passou a ser reconfigurada segundo os ditames e premissas de enaltecimento do mercado, supervalorizando as possibilidades de expansão de espaços lucrativos para o capital.

A educação brasileira, desde o princípio, já assinalava sua tendenciosa inclinação elitista, voltada a atender as demandas da classe privilegiada economicamente, guiando seus valores democráticos segundo os limites burgueses.

Lima (2007) apregoa que a partir do advento da nova fase do capital – capitalismo monopolista<sup>31</sup> – e sob os marcos neoliberais, as estratégias e medidas de ampliação do acesso da população a uma qualificação profissional, passou a ser demanda prioritária do capital, para atender ao desenvolvimento das forças produtivas, enquanto que as políticas voltadas a “garantir” o acesso à educação estavam munidas de um sentido invertido, pois disseminavam uma nova visão de mundo burguês, mais romantizado, dispondo de lugar para as camadas desfavorecidas economicamente, mediante uma política inclusiva, o que nos legaria uma sistematização de “colonialismo educacional”<sup>32</sup>.

Essa política inclusiva nem sempre preconizava a ação do Estado para a gestão e implementação de políticas públicas, já que arraigado aos preceitos neoliberais, o Estado previa e institucionalizava uma recessão aflorada de seus compromissos sociais, marcando o intenso processo de contrarreforma.

---

<sup>31</sup> “Na tradição teórica que vem de Marx, está consensualmente aceito que o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicos, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o *estágio dos imperialista* [...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que conferem a ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...] com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tomam mais amplo e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica [...] o que importa observar e destacar com a máxima ênfase é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o *acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados* [...]” (NETTO, 2011, p. 19-20, grifos do autor).

<sup>32</sup> Esse conceito foi trazido ao nosso conhecimento por Florestan Fernandes (1975c), indicando o modelo padrão dependente de educação superior no qual o Brasil estava parametrada, seguindo sempre as indicações dos organismos internacionais

Não que este se aparte, totalmente, do trato das demandas advindas da sociedade, mas se exime, ao ponto de consentir a expansão de sucateamento, fragmentação e privatização das políticas sociais públicas ainda operantes no corpo estatal. Nesse ínterim, a contrarreforma (BEHRING, 2008), ou contrarrevolução (LIMA, 2007) neoliberal engendradas a partir de 1990, se expressou como uma “[...] contra-reforma [sic] que se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas” (BEHRING, 2008, p. 281).

Seguindo as diretivas de valoração do desenvolvimento econômico, os governos brasileiros de 1990, até os dias que transcorre, internalizaram as premissas educacionais estipuladas pelos organismos internacionais, em defesa das bandeiras neoliberais de governo, iniciando – tendo como o suporte ideológico o discurso de democratização e expansão do acesso à educação<sup>33</sup> - um roteiro de reformas e criação de projetos que revelam a face liberalizante da mercadorização da política de educação, em especial a educação superior.

A guisa de afirmação,

*Este discurso sobre a ampliação do acesso à educação foi apresentado como elemento significativo para criar o fetiche da democratização e do aumento do índice de escolarização, mascarando um fenômeno que vem ocorrendo nos países periféricos: o processo de focalização dos investimentos educacionais nos níveis mais baixos, especialmente no ensino fundamental; uma concepção etapista do processo educativo: primeiro a educação fundamental, depois a secundária e daí a expansão do nível superior; e uma concepção de que está expansão/democratização deverá ser efetivada por meio da ampliação da participação dos setores privados no financiamento e execução da política educacional, especialmente da educação superior (LIMA, 2007, p. 57, grifo nosso).*

Conforme a autora, a reordenação neoliberal para a educação superior teve seu início nos governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco

---

<sup>33</sup> Um discurso criado a partir do debate acerca da Educação, na Conferência Mundial de Educação para todos, realizada pela União da Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o BM. Nesse evento foram discutidas várias conceituações para a educação, que apesar das divergências de concepções os posicionamentos dos organismos seguiam sempre linhas de pensamentos semelhantes: a educação como via de inclusão dos povos à sociedade, uma educação formadora de valores e comportamentos e ensejavam a reformulação da educação mediante diversificação das fontes de financiamento (LIMA, 2007).

(1992-1994), este último sucedeu a Collor após o processo de impeachment. Porém, ambos, em seus governos elaboraram um plano político para educação partindo das noções de equidade, eficiência e competitividade da educação. No nível de educação superior, os programas de governo também estavam embebidos da perspectiva de modernização, no sentido de harmonizar este nível de ensino com os desafios da economia globalizada, tornando-se latente nesse período seis ações no cerne da reconfiguração da educação superior, sendo elas;

Uma primeira ação, [...] intitulada *Abertura da economia brasileira e modernização das universidades*, que propunha a destinação de um percentual fixo do orçamento geral da União para as universidades federais, para que estas assumissem o pagamento dos salários e das despesas de custeio e novos investimentos [...], implicando mudanças substantivas em relação à autonomia universitária [...]. Uma segunda proposta desse governo [...] tratava-se de um projeto de emenda constitucional que pretendia transformar as universidades públicas em uma categoria específica de organização, retirando a condição de servidor público dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. [...]. A desnacionalização de setores estratégicos do país, sob a aparência de maior integração com o mercado mundial, apresenta-se como o terceiro aspecto que denota a política privatista do governo Collor [...]. O quinto indicador [...] está diretamente relacionado com o financiamento público da educação superior. Apesar de a Constituição federal estabelecer um mínimo de 18% da receita anual [...] o governo de Collor de Melo não utilizava sequer este valor mínimo. O sexto aspecto que merece ser destacado está referenciado na relação estabelecida entre o governo Collor de Mello e o Conselho Federal de Educação (CFE). O favorecimento da expansão do ensino privado gerou uma série de divergências entre o governo e o CFE, órgão responsável pelo reconhecimento e credenciamento destes cursos privados (LIMA, 2007, p.131-132, grifo da autora).

Os conteúdos programáticos dessas ações não velam os conteúdos conservadores desses dois governos, sendo apregoados desde o princípio o recuo do Estado, quando passa as IFES as responsabilidades de gerenciamento administrativos e futuros investimentos.

As intenções de privatização e terceirização vão as mostras quando são defendidas a desconstrução de natureza pública das universidades e quando há um intento de desregulamentação dos/as servidores públicos, afora a denúncia explícita de que não vem sendo direcionados o percentual mínimo de 18%, em investimentos e iniciativas de otimização do sistema educacional brasileiro, em nenhum de seus níveis.

Dando continuidade ao processo de contrarreformas da educação superior, Fernando Henrique Cardoso assume o governo, cumprindo dois mandatos consecutivos, de 1995 a 1998, e de 1999 a 2002.

Dentro das ações de seu governo, uma em especial merece destaque, levando em consideração que fora a partir dessa que a reforma administrativo-gerencial do Estado foi concretizada. O documento, nominado “Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado”, implementado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) durante a gestão de Bresser Pereira<sup>34</sup>, foi aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, pelos ministros Paulo Paiva, José Serra e Pedro Malan, este último consultor do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e ex-diretor executivo do BM. O documento unia ações que discernia os caminhos da reforma administrativa e gerencial do Estado, destacando mudanças em pontos estratégicos<sup>35</sup> (LIMA, 2007).

As premissas elencadas no referido documento traduzem a primazia do espírito neoliberal, reforçando abertamente a ofensiva aos trabalhadores, a desregulamentação do trabalho, retração da regulamentação estatal no tocante a área social; a desinstitucionalização das organizações públicas, enaltecendo a livre iniciativa de mercado e a privatização da maior parte dos serviços do aparelho estatal, obstruindo os canais democráticos e fragilizando as políticas públicas.

Dentro da órbita da educação superior, o governo Cardoso agiu em dois pontos específicos, como nos indica Lima (2007, p. 135): “diversificação da IES e dos cursos e diversificação de suas fontes de financiamento”, ou como descreveu Lima e Pereira acerca da expansão do acesso à educação superior no governo Cardoso, que se deu na articulação de dois princípios básicos “a ‘explosão’ do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino superior (IES) públicas” (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 34).

Ambas, sinalizam a política de educação superior privilegiada aos investimentos do capital, com o sortimento dos cursos de graduação. Esse segundo

---

<sup>34</sup> Esse, por sua vez, foi representante do Brasil no Consenso de Washington.

<sup>35</sup> O documento prezava por intervenções no: [...] aumento dos gastos com os servidores públicos; a rigidez da estabilidade a eles assegurada, apresentando a proposta de contratação de celetistas; a necessidade de estimular o espírito empreendedor na política de recursos humanos, por meio do condicionamento da remuneração do servidor ao seu desempenho profissional; a transformação das autarquias em organizações públicas não-estatais, denominadas organizações sociais; e a importância da reforma da previdência e do fim da obrigatoriedade do Regime Jurídico Único como estratégias fundamentais para o enfrentamento tanto da crise fiscal como da inoperância e desqualificação do serviço público (LIMA, 2007, p. 97).

foi colocado em prática principalmente nas instituições privadas não universitárias, justamente por não precisarem se submeter a determinação legal, de, obrigatoriamente, desenvolver atividades para fins de pesquisa e extensão. Cumpre, ainda sinalizar que esse extenso acesso estava legado, prioritariamente, aos cursos de curta duração, demonstrando a intimidade desse governo com os processos de formação aligeirada e o estímulo à certificação em massa

No que tange a privatização interna das IES o:

[...] governo Cardoso realizou um profundo reordenamento interno das universidades públicas, particularmente as Instituições Federais de Ensino Superior/IFES, através de duas ações centrais: a venda de 'serviços educacionais' e a ênfase no ensino de graduação. A relação entre a venda de 'serviços educacionais' e a expansão do acesso à educação superior foi – e permanece - materializada através da oferta de cursos pagos, especialmente cursos de pós-graduação *lato sensu*; do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas para realização de consultorias e assessorias viabilizadas através das fundações de direito privado; da concepção de política de extensão universitária como venda de cursos de curta duração; da criação de mestrados profissionalizantes, em parcerias com empresas públicas e privadas, considerados cursos autofinanciáveis, isto é, cursos pagos, entre outros mecanismos internos de privatização [...] (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 35, grifos das autoras).

Outra medida que caminha no horizonte da diversificação das instituições e dos cursos, sobre a bandeira de democratização e acesso ao ensino superior que se condensou por meios estratégicos, foi a instauração das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), mediante educação à distância, tornando-se enfática nesse governo. Entretanto, essas medidas se travestiam de uma aparente adequação da educação às exigências da nova ordem mundial, profissionalizando contingente de pessoas para inclui-las no processo de reordenamento do capital e das políticas neoliberais.

O início do Governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) trouxe esperança de mudanças na política de estímulo às privatizações das IES. Ao invés disso, os processos de contrarreforma da educação superior preconizado no governo passado, tornou-se majestosamente tenaz. Nessa direção, os pressupostos da reforma no governo Lula teriam como eixo central o: “estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e execução da política de educação brasileira [...] e a abertura do setor educacional [...] estimulando a utilização da educação superior à

distância” (LIMA, 2007, p. 152-153). Medidas que alargavam a possibilidade de investimentos exteriores, tornando a educação, em especial a superior, um campo mercadejável.

O reforço do governo Lula aos planos de reformulação da educação superior, como uma relevante prioridade da ação governamental, se expressou num montante de Leis, Projetos, Medidas Provisórias e Decretos, que consolidou uma série de programas que diminuiu, substancialmente, a institucionalização estatal sobre as IES, bem como privatizou, em espécie, a educação do nível superior. Todas as ações estavam amparadas, falaciosamente, sobre o lema de democratização e expansão de acesso ao ensino superior. É de suma importância destacar tais medidas:

[...] a formação do GT Interministerial em 20 de outubro de 2003 que elaborou o documento *Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira*; a Medida Provisória 147/03 que institui o *Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior - SINAPES*; a instalação em 06 de fevereiro de 2004 do Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior que elaborou o documento *Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior*; a promulgação da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, instituindo o *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES*; a divulgação do *Decreto Presidencial 5.205* de 14 de setembro de 2004 que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado; a instituição do *Programa Universidade para Todos - ProUni*, através da Medida Provisória n. 213 de 10 de setembro de 2004; o *Projeto de Lei 3627/2004*, que trata do sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior; a divulgação da *Lei de Inovação Tecnológica - 10.973/04*; a profunda reformulação da educação profissional e tecnológica em curso; [...] a *Lei de Parceria Público-Privada Nº 11.079* de 30 de dezembro de 2004; [...] e, mais recentemente (2007) o Decreto Presidencial de criação do *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI* [...] (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 37, grifos das autoras).

Esse conjunto de ações dão corpo e forma ao novo “milagre educacional”<sup>36</sup>, que, verdadeiramente, configurava a mais profunda projeção da educação superior aos moldes imperialistas, sob comando dos valores neoliberais. Começando pela criação de dispositivos de avaliação da educação superior, que pode se somar ao SINAPES, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

<sup>36</sup>Esse termo foi criado por Florestan Fernandes em uma de suas obras que analisam a internacionalização dos reordenamentos educacionais em governos que atuam sob comando de governos neoliberais (LIMA; PEREIRA, 2009).

que conduz a política de educação do MEC; o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que sendo componente curricular obrigatório, é realizado pelo Instituto Nacional de Pedagogia (INEP), aos estudantes que ingressam, e aos que estão em situação de conclusão.

Todos esses dispositivos de avaliação não demonstram nenhum avanço democrático, na medida que corroboram com os pressupostos meritocráticos, produtivista e empresarial do trabalho; ranqueador e punitivo, visto que seus resultados são aplicados as IES e aos estudantes, se portando como um dispositivo de caráter excludente, pautados numa lógica seletista (LIMA, 2007).

Dentro da lógica de dissolução dos limites entre o público e privado, instaurasse o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pela Medida Provisória nº 213 de setembro de 2004, cuja principais ações rodeavam a expansão do acesso à educação superior, partindo de duas nucleações básicas: “1) os dados da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios [...] e o Censo da Educação Superior; e 2) a existência de um grande número de ‘vagas ociosas’ nas instituições privadas de ensino superior [...]” (LIMA, 2007, p. 172).

Essas vagas se efetivavam por meio de bolsas de estudos em IES privadas e seriam ocupadas por estudantes advindos de famílias com baixa renda financeira, que cursaram o ensino médio em escolas públicas, bem como, à professores da rede pública sem diplomação superior; e estudantes negros, pardos e oriundos de comunidades tradicionais, como indígenas (LIMA; PEREIRA 2009).

O PROUNI se consolida como um agente reducionista das grandes inadimplências no setor privado, o que expressa abertamente a parceria público-privada do governo. Para além disso, pode-se sinalizar o estímulo estatal à privatização, quando as negociações dessas bolsas são realizadas através da isenção fiscal do Estado para com as IES, consubstanciando as relações mercadológicas da educação superior.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) criado no governo Lula, através do Decreto nº 6.096, de 24 de setembro de 2007, objetivando “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p. 01).



As disposições do REUNI não deliberavam nenhum tipo de democratização do acesso à educação superior, já que o eixo central desse plano unia, a seu objetivo principal, a diversificação das modalidades de ensino de graduação mediante flexibilização de currículos, criação de cursos de curta duração, bacharelados interdisciplinares, instigava a flutuação dos/as estudantes pelas diversas IES, efetivando os descaminhos de uma democratização, invertendo os valores que deveriam caminhar para a universalização do ingresso dos/as alunos/as em universidades federais, gratuita, de qualidade e laica. Contrariamente, o que se percebe é, assim como analisa Lima e Pereira, o verdadeiro:

[...] aligeiramento da formação profissional (bacharelado interdisciplinar, cursos de curta duração, ciclos, exame de proficiência, cursos a distância); aprofundamento da precarização do trabalho docente (relação professor/aluno, ênfase das atividades acadêmicas no ensino de graduação) e pavimentação do caminho para transformação das universidades federais em 'escolões de terceiro grau', quebrando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e decretando, efetivamente, o fim da autonomia universitária, na medida em que a alocação das verbas públicas está condicionada à adesão ao REUNI (2009, p. 40).

A última medida esboçada, é a preferência do uso da TIC, pela via da Educação à Distância (EAD), sob o prisma da educação integradora, tecendo uma alusão às EAD's – expressão resumida da TIC nos países as margens do desenvolvimento –, como meio propício à passagem da educação para uma sociedade informatizada.

Esta medida, por sua vez estava inscrita na diversificação das IES, privilegiando cursos aligeirados, precarizando as relações de trabalho, estimulando uma formação acrítica e apartada da tríade: ensino, pesquisa e extensão. Cursos não presenciais que muito distante do que se defende, fornece uma formação fragmentada e precarizada, na qual o objetivo principal, é formar força de trabalho para o fomento da lucratividade do capital, ao invés de priorizar a formação de mentes pensantes.

Consonante a isso, os cursos aligeirados se revestiam como alívio da pobreza já que previa a capacitação do homem para o trabalho, e não para que esse desenvolvesse sua genericidade para emancipação humana, numa perspectiva crítica e progressista. Na perspectiva de Lima, a EAD se apresenta como o:

Passaporte da educação para a globalização econômica e a sociedade da informação; estratégia de ampliação do acesso à educação, a partir dos conceitos de espaço, técnica e tempo; estratégia do acesso dos setores mais empobrecidos da sociedade, especialmente para o ensino fundamental; internacionalização/comercialização da educação superior; massificação da educação ou industrialização do ensino, especialmente para a formação e capacitação de professores em serviço; e uma nova designação para o professor, que passa a ser um facilitador, animador, tutor ou monitor, reconfigurando as condições de trabalho docente (LIMA, 2007, p. 183).

Prosseguindo na análise do reordenamento da educação superior, Dilma Vana Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), que também fazia parte da coligação petista, assume o poder, e traz em sua agenda política todas as ações governamentais até então incorporadas por seu antecessor Lula; dando plena continuidade a ampliação do acesso ao ensino superior através da privatização interna das IES e alargamento dos estímulos governamentais para expansão dos investimentos de capital estrangeiros no âmbito superior. Para fins de afirmação:

[...] dando atenção para as políticas implementadas pelo governo Dilma Rousseff, damos ênfase ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) instituído pela Lei Nº 13.005 de 2014 [...] orientados pelo Documento Final da Conferência Nacional de Educação (2010). São traçadas 20 metas e uma série de estratégias para a educação brasileira nos próximos 10 anos. Uma análise metódica evidencia que este PNE busca sistematizar os principais projetos educacionais implementados desde 2004 pelo governo Lula da Silva (PAULA; AMÂNCIO; PONTES, 2015, p. 09).

O governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia<sup>37</sup> (2016 - até a atualidade), além de conduzir essas prerrogativas de política de educação superior, dá forte encaminhamento aos processos de empresariamento da educação, no nível superior, apregoando a dissolução das barreiras entre público e privado, intensificando as fragilizações do suporte e dos recursos financeiros para as IFES, internacionalizando a comercialização da educação superior, atendendo, veementemente, as premissas colocadas pelos organismos internacionais.

Isso fica nítido nos cortes e na aprovação de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) de controle de Regime Fiscal, mediante congelamento orçamentário por 20 anos, como foi o caso da PEC 55 (BRASIL, 2016), que prevê o

---

<sup>37</sup> Um governo ilegítimo, calcado sobre um golpe institucional, parlamentar, jurídico e midiático.

congelamento de aumento de investimentos em pontos específicos das ações governamentais. Entre elas, obviamente, políticas de inclinação social, como a educação. Uma medida que marca o regresso dos direitos sociais, tanto quanto intensifica e inflexiona retiradas de investimentos estruturais, de conjunto de profissionais e de qualquer tipo de suporte físico e intelectual no âmbito da educação, sejam elas, a educação básica, médio ou superior.

Outro agravante que se pode somar nessa análise, é o reordenamento que o governo Temer está desenvolvendo e já começa a ser aprovado, principalmente por seus aliados políticos, acerca da educação no nível médio, uma medida provisória que emoldura modificações na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, prevendo uma carga horária de no mínimo 800 horas anuais; a diversificação dos currículos, agora subdividida: uma primeira em disciplinas obrigatórias e outras em disciplinas optativas, que serão ministradas por professores contratados ou não, tendo em vista a flexibilização impelida a esses profissionais, já que para ministrar disciplinas não será exigido formação superior em licenciatura ou habilitação pedagógica. Sem falar das disciplinas estrangeiras que, compulsoriamente, deverá incluir a língua estrangeira mais falada, o inglês, e em segundo plano, o espanhol (ANDES, 2016).

Assim, como no período da ditadura empresarial militar no país, novamente, vemos a ameaça de tirar de forma antidemocrática algumas disciplinas do currículo escolar para dar espaço a uma educação unilateral, tecnicista e voltada para cumprir as exigências do mercado de trabalho. Não será essa contrarreforma do Ensino Médio e muito menos a BNCC que resolverá o problema do baixo desempenho dos estudantes em sala de aula. Temos sérios problemas estruturais na educação – sucateamento das salas de aula e prédios, falta de laboratórios e valorização da carreira docente, etc -, além dos problemas de democratização ao acesso à saúde, moradia, transporte, lazer, cultura', disse o docente. O diretor do Sindicato Nacional ressalta também que a MP aprofunda a lógica mercadológica do Plano Nacional de Educação (PNE), na qual as parcerias público-privadas são encaradas como sinônimos de educação pública e crítica, também, a desqualificação dos cursos de Licenciatura e a permissão de que sejam admitidas para ministrar aulas pessoas com notório saber, desconsiderando que professor é uma categoria profissional, que tem regulamentação e que deve ser exercida por quem tem formação específica, o que inclui domínio do conteúdo e formação pedagógica (ANDES, 2016, p. 1-2).

Esse conjunto de informações contemplam e revelam a inversão dos direitos sociais nos marcos de governos subsidiados por políticas de governo, eminentemente, neoliberais, voltadas a atender, de forma unilateral, as demandas do

mercado mundial, revelando a natureza mercadológico da condução da totalidade dos planos governamentais em todos os níveis de educação, deixando evidente a lealdade governamental aos organismos internacionais, em suma, a perpetua precarização das políticas sociais públicas em detrimento da integração do país na corrida do desenvolvimento econômico mundial.

Contempladas as discussões priorizadas no capítulo em tela, a seguir, foi perscrutado um breve histórico do MESS, particularizando o coletivo da UFCG/CCJS, bem como as alianças, estratégia de articulação e os desafios contemporâneos que este coletivo enfrenta, partindo da concepção dos/as militantes inseridos naquela instituição.

### 3.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA, BANDEIRAS DE LUTAS, ALIANÇAS E DESAFIOS DO MESS: tecendo análises a partir da concepção dos/as militantes do CCJS

Primariamente, cabe esclarecer que esse espaço, apesar de proporcionar um recorte histórico e documental do movimento em tela, as especificidades, como: bandeiras de luta, alianças e desafios, apontam, mais respectivamente, para a militância do ME do curso de Serviço Social da UFCG, campus Sousa. O que não nega a ligação dessa particularidade ao protagonismo do MESS em sua totalidade.

O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) tanto organiza quanto representa os/as estudantes de Serviço Social no Brasil. Segundo os fatos históricos, há indícios de que esse movimento teve suas primeiras sementes ainda durante os anos de 1961, nos Encontros Nacionais. Já durante a conjuntura dos anos de 1978, a entidade que representa o movimento estudantil do curso de Serviço Social, conjuntamente com a categoria profissional, desperta para fazer urgir com maior efervescência os movimentos sociais. Vale ressaltar ainda que o MESS é um movimento autônomo onde todos os seus encontros são organizados pelos próprios militantes (ENESSO, 2014). Conforme depoimento de um dos sujeitos entrevistados em nossa pesquisa de campo:

O MESS, que é o Movimento Estudantil do Serviço Social *pra mim significa, um espaço importante na formação política profissional do graduando em Serviço Social, sobretudo, quando a gente compreende o que Marilda lamamoto já colocava que o nosso processo formativo deve estar pautado na dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa*, então a gente compreende o movimento estudantil de Serviço Social também como elemento primordial nesse processo de aprofundamento político dentro do Serviço Social, dentro da perspectiva da militância mesmo (MILITANTE 01, grifo nosso).

Para o segmento estudantil, prioritariamente, aqueles que conformam o MESS/UFCG, esse movimento é um espaço propício de formação política, principalmente, no marco de uma formação que pressupõe a unidade entre a dimensão teórico-metodológica que denota uma formação de envergadura reflexiva, crítica e analítica, que se propõe romper com a pseudoconcreticidade e desvelar a verdade dos fatos que subjaz a realidade fenomênica.

A dimensão ético-política que designa um movimento que detém caráter e posicionamento politicamente ético, correto e coeso, comprometido com os/as estudantes, em defesa tanto do Projeto Ético-Político da profissão, como dos direitos sociais e políticos pertinentes à classe trabalhadora; e técnico-operativa que incute na articulação com os demais movimentos sociais, como também na atuação política organizativa da sociedade civil que se compromete com a promoção das liberdades democráticas, e demais derivados dessa perspectiva.

lamamoto (2014) já nos afirmava que a ação profissional de Serviço Social era contraditória, sobretudo, se partimos da compreensão de que essa profissão participa historicamente da produção e reprodução das relações sociais, numa sociedade, indubitavelmente, capitalista. Atuando, ora em defesa e mediação dos direitos e interesses da classe trabalhadora, ora atendendo aos anseios da classe burguesa, o que implica dizer que essa profissão opera no cerne das lutas de classe.

Então, pensar a relação Serviço Social e MS, trata-se de vislumbrar a “inserção do Serviço Social no movimento da realidade” (LOPES, 1999, p. 9), de compreender os processos sociais, bem como os complexos estruturais e superestruturais que configuram um modo particular de sociedade.

Nesse interim, depreende-se que a organização política dos/as estudantes de Serviço Social não tem suas bandeiras de luta apartada do contexto do ME, dada a relação de interdependência entre ambos. Entretanto, um elemento – não implica dizer o único – se torna fundamental para a organização política tanto dos/as

estudantes, quantos dos/as profissionais de Serviço Social. Primariamente, podemos sinalizar o significado social da profissão no limiar do processo de reprodução das relações sociais, tendo em vista as demandas sociais – expressões da questão social – que são colocadas para a profissão, que por serem demandas que se desenvolvem no cerne de interesses de classes antagônicas, impele a profissão a uma análise política mais aprofundada acerca de sua prática.

O MESS, partindo dessa concepção, é a experiência primária do grande compromisso social atribuída a profissão de Serviço Social, atuando a favor da classe economicamente desfavorecida, no anseio de diminuir as mazelas legadas a essa parcela da sociedade, tendenciosamente ultrajadas pelas engrenagens do modo de produção capitalista.

Seguindo essa perspectiva, a organização política desse segmento, como exprime o trecho do/a militante seguinte, é uma aproximação de seu fazer profissional, porque gesta uma prática operativa para além do processo ensino-aprendizagem, e explora o exercício diário do profissional de Serviço Social, em luta pela defesa e alargamento dos direitos sociais.

[...] o Movimento Estudantil pra [sic] mim tem essa importância de ser aquele *campo de atuação pra [sic] além do estudante*, [...] pra [sic] *além da nossa graduação, principalmente enquanto profissionais de Serviço Social* [...] já é, acho que, os fundamentos pra [sic] nossa luta, é a nossa primeira aproximação enquanto profissionais de luta, enquanto profissionais viabilizadores de direitos [...] (MILITANTE 02, grifo nosso).

Observado a concepção dos/as militantes acerca do MESS, foi indagado quais os motivos específicos, que levaram os sujeitos da pesquisa a se inserirem no MESS. Conquanto, a partir da análise dos discursos, houve uma tendência que se tornou emblemática e suscita não só uma motivação, mas caminha na direção de uma denúncia, como estão explícitos nas falas:

Foi a visualização da necessidade de luta pela precarização mesmo da assistência [...] a gente ver que há uma precarização muito grande, principalmente, que incide nos estudantes de Serviço Social, que é deixado meio de lado, nossas pautas nem sempre são atendidas pelas direções [...] (MILITANTE 05).

[...] o que me instigou mesmo [...] foi tentar garantir esses direitos que não estavam sendo respeitados né, como a garantia de ônibus, que a gente sabe que é muito difícil conseguir ônibus aqui na universidade para ir para um evento de Serviço Social, pela questão da falta de incentivo, que a gente sabe que não tem para os eventos que a gente faz aqui dentro, quando é um evento de Direito, você vê nitidamente todo mundo participando, a direção dando incentivo, ajudando, ou financeiramente, ou minimamente, no que diz respeito, a ajudar mesmo a organização do evento, na estruturação do evento. E quando é no Serviço Social não tem isso, não tem nada, é a gente por si só [...] (MILITANTE 03).

De forma muito contundente alguns dos/as militantes afirmaram que os estímulos para inserção no MESS partiram do vislumbre da necessidade de formar uma oposição aos processos de precarização dos programas de assistência estudantil na realidade da UFCG, campus Sousa. Bem como, observou-se a necessidade de uma composição política organizativa na qual os/as estudantes, e os/as militantes de Serviço Social pudessem formar uma força que questionasse e colocasse em cheque os processos de supervalorização e apadrinhamento de cursos, como no caso, o curso de Direito.

A cultura elitista e de valorização de uma formação centrada num viés prático-profissionalizante que historicamente ganharam uma posição de destaque no meio social e foram levados, dentro das instituições de ensino superior brasileiras, como formações que merecem maior visibilidade, advém das formas como o ensino superior se originou no país, num passo que atendia aos filhos da aristocracia burguesa, se condensavam em institutos isolados e fadados a um ensino profissionalizante, apartados de qualquer natureza integradora das parcelas carentes e desprovidos de qualquer conteúdo crítico-analítico.

A guisa de afirmação:

[...] o ensino superior se firmou com um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. Além de elitista, já que só atendia aos filhos da aristocracia colonial, que não podiam mais estudar na Europa, devido ao bloqueio de Napoleão. O fato dos cursos que surgiram terem se voltado ao ensino prático [...] e serem ministrados em faculdades isoladas, marcou de forma contundente o ensino superior no Brasil e explica muitas distorções que até hoje estão presentes em nosso sistema (VASCONCELOS, 2010, p. 401).

É desse contexto que se segue a supervalorização e predominância cultural dos cursos de advocacia, engenharia e medicina, que se estenderam pela elite daquela época e se perpetuaram num caldo rançoso aos demais cursos. Como resultado dessas características agravantes são as distorções e disparidades hoje configuradas no campo da educação superior, que devido aos resquícios da formação colonial, os/as estudantes tem seus direitos de apoio institucional limitados e/ou condicionados a este contexto.

Afora, que a própria instituição está em descumprimento com as finalidades da UFCG, que estão previstos no Estatuto – Resolução 05/2002 – e incitam a assistência aos estudantes em atividades de fins acadêmicos para um melhor aproveitamento e qualificação da formação profissional, bem como uma formação que proporcione a superação das desigualdades sociais, como por exemplo: o inciso I do art.º 11, que determina a UFCG, “promover a educação continuada, crítica e profissional do Homem [...]” e inciso X, “[...] envidar esforços para que o conhecimento produzido na Instituição seja capaz de se transformar em políticas públicas de superação das desigualdades” (UFCG, 2004, p.16), assim, essa instituição deveria gestar mecanismos que viesse a conformação dessas deliberações.

Paradoxalmente, o que a entrevista conseguiu revelar foi a existência, entre os/as militantes, de apadrinhamento de cursos, visto que a instituição faz diferenciações na viabilidade dos serviços que fornece apoio à formação contínua, sendo ela mesma uma grade reprodutora de valores excludentes, elitista, mantenedora da cultura do favor e dos velhos rumores da desigualdade social, visto a notória assepsia que faz entre os/as estudantes de Serviço Social e os/as discentes do curso de Direito.

Observado esse ranço cultural, evidenciou-se a significância de especular se o campus onde esses militantes atuam, dispõe de possibilidades de estratégias entre o MESS e os movimentos dos outros cursos que compõe o centro de formação. As respostas tiveram o mesmo direcionamento:

[...] a gente trabalha na elaboração de estratégias, especialmente porque a gente sabe que para as conquistas institucionais, indo ao encontro dos interesses da parcela estudantil é necessário que haja de fato um engajamento coletivo para além do curso de Serviço Social, então, a gente sempre procura estar estabelecendo um diálogo com os outros cursos,



inclusive estar se inserindo em alguns espaços que são promovidos também pelo Diretório Acadêmico [...] de Direito (MILITANTE 01).

[...] a partir dessa gestão atual [...] do DA, a gente consegue ter mais essa articulação pela questão ideológico, porque a gente sempre tem pensamentos muito parecidos, a gente tem lutas que estão sempre se encruzilhando [...] (MILITANTE 04).

Os/as militantes trabalham na perspectiva de construção de estratégias, até porque, os interesses dessa parcela social seguem um mesmo direcionamento, ligados à educação, mas não se esgotando nela. E a força de luta, como a possibilidade de ganhos efetivos aumentam, consideravelmente, quando a união dessa parcela também ganha maiores proporções.

Contudo, foi pontuado também, em alguns momentos que essa estratégia surgiu com a nova gestão do DA, já que esses compartilham de inclinações ideológicas e interesses comuns à luta do MESS, o que indica que nas gestões passadas, o DA contemplava interesses e perspectivas díspares, que não condiziam com o posicionamento político do MESS.

Para evitar delongas, ainda que o passado desdenhe alguma controvérsia quanto a concretização de estratégias entre o MESS e os movimentos estudantis dos outros cursos, é importante enfatizar que essa construção, ainda que principiante, demarca um momento ímpar, se for levado em conta o espaço institucional imbuído de valores excludentes e que reforça a cultura do favor, como fora analisado noutrora. A consumação dessas estratégias demonstra o amadurecimento político e a renovação da consciência dos/as militantes dos outros cursos da UFCG, campus Sousa.

Dando continuidade aos lapsos históricos da formação política dos/as estudantes de Serviço Social, os primeiros Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social (ENESS), aconteceram na década de 1960, que naquele momento era chamada de ENESS, uma entidade ativa até o ano de 1968 quando foi desarticulado pelo Congresso de Ibiúna. Durante a década de 1960, o MESS sofreu muita influência do ME que até então era monopolizado pela esquerda católica – inicialmente representada pela Juventude Universitária Católica (JUC) e, logo após, pela Ação Popular (AP) – pelo quantitativo de escolas à frente da formação do curso de Serviço Social.

Nessa direção, Vasconcelos *apud* Guimarães (2013) faz uma relevante observação, que a aglutinação política dos/as estudantes de Serviço Social nos anos

de 1960, contribuiu profundamente na formação de sujeitos políticos no momento da terceira vertente renovadora, a “intenção de ruptura” com as inflexões conservadoras ainda resistentes na profissão. A isso também pode ser adicionado, o I ENESS, realizado após o regime militar, em Londrina e o III CBAS, conhecido como Congresso da Virada em 1979, em virtude de seu significado ideopolítico.

Os primeiros dez encontros estavam centrados em questões que rodeavam a formação e a organização política dos/as estudantes brasileiros/as (RODRIGUES, 2008). Somente a partir do IX ENESS (1986) é que os eventos se tornaram maiores e mais dinâmicos, bem como tiveram suas pautas de discussões ampliadas, que agora se estendem pela conjuntura, formação, universidade, movimento estudantil, cultura e valores.

A substituição da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE) para a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) imprime o posicionamento político ao MESS em ganhar maior visibilidade e autonomia frente a UNE. Essa decisão, no entanto, se constituiu como “uma estratégia de organização política dos/as estudantes das diversas áreas, que defendiam as executivas de curso como uma alternativa viável no processo de organização política” (GUIMARÃES, 2011, p. 43).

A ENESSO é uma entidade formada a partir dos/as estudantes de Serviço Social, que detém em sua organização um direcionamento social em sintonia com as lutas da classe trabalhadora, orientando suas estratégias no anseio por uma sociedade justa e igualitária. Nacionalmente, a ENESSO se estrutura e é representada pela Coordenação Nacional (CN)<sup>38</sup>, entidade formada por, no mínimo 8 e no máximo 16 pessoas, que tem competência para executar as estratégias sancionadas nos ENESS.

Vale salientar que essa Executiva se divide em sete regiões, justamente para arrefecer a construção política dos/as estudantes de Serviço Social de cada região específica. Ademais, em cada região, a ENESSO organiza e representa o MESS através das Coordenações Regionais (CRs)<sup>39</sup>, estas, por sua vez, atua como uma

---

<sup>38</sup> A admissão para os cargos da específica coordenação é realizada por meio de eleições, que ocorrem anualmente no ENESS.

<sup>39</sup> A admissão para os cargos da específica coordenação é realizada por meio de eleições, que ocorrem anualmente no ERESS.

ponte de ligação para aproximar os/as militantes das discussões locais, regionais e nacionais (ENESSO, 2014).

O estatuto da ENESSO prescreve os elementos estruturais e organizativos da executiva, desde as suas competências, atribuições diretivas, bem como as divisões por região das escolas e instâncias de deliberação. Por conseguinte, é válido salientar que a cada três anos são realizados encontros nacionais para uma revisão estatutária acerca de todos os estatutos da ENESSO. No entanto, apesar da construção estatutária ser uma tarefa árdua, esse documento expressa a forma mais adequada de organizar o movimento estudantil.

Tanto a diretoria, quanto a coordenação são formadas por ao menos, dois estudantes que contemplam as coordenações regionais da ENESSO. Ademais, a Executiva se articula em diversos fóruns, ansiando fortalecer politicamente e organizacionalmente o MESS, sendo eles, o Encontro Nacional de estudantes de Serviço Social (ENESS); Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS); Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS); Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS) e Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SRFPMESS) (ENESSO, 2013, p. 7-8).

O estatuto da ENESSO, nesse sentido estabelece as organizações, competências e organizações de cada um dos fóruns citados anteriormente, bem como exprime as finalidades dessa Executiva, como:

- a) Fomentar e potencializar a formação político-profissional das/os estudantes de Serviço Social, bem como suas entidades representativas, através da realização de seminários, oficinas, participação nos pré-encontros, material informativo, construção de campanhas relativas às lutas estudantis, da categoria e da classe trabalhadora;
- b) Promover e apoiar a construção e organização, onde não existem, das entidades de base, Centros Acadêmicos – CA's, Diretórios Acadêmicos – DA's e Diretórios Centrais dos Estudantes – DCEs e fortalecer politicamente as já existentes;
- c) Promover e participar do debate acerca das demandas das/os estudantes de Serviço Social;
- d) Promover e participar do debate acerca das demandas da classe trabalhadora;
- e) Compromisso com a busca permanente de contato e articulação dos/as estudantes de Serviço Social com a categoria das/os Assistentes Sociais, suas entidades nacionais e latino-americanas;
- f) Viabilizar a integração com movimentos populares, sociais e classistas, mantendo autonomia política e financeira em relação a esses, como forma de

crescimento político das/os estudantes e de reforço a ampliação das lutas desses movimentos;

g) Consolidar o contato e articulação com as demais executivas de curso, a fim de fortalecer o Movimento Estudantil com a participação efetiva da ENESSO na Federação Nacional de Executiva de Cursos-FENEX discutindo, formulando e construindo novas alternativas de luta para o Movimento Estudantil;

h) Compor a comissão organizadora dos encontros locais, estaduais, regionais, nacionais de Serviço Social junto com as escolas sede dos eventos, assim como também, participar dos encontros internacionais de Serviço Social, buscando a articulação com as demais entidades da categoria para a realização dos mesmos. (ENESSO, 2013, p. 5-6).

Já o caderno de deliberações da ENESSO, traz específicos apontamentos no tocante às bandeiras de lutas empunhadas pelo MESS. Esse documento aglutina todo o conjunto de debates em torno de questões políticas, e aos entraves inerentes à formação profissional em Serviço Social, discussões pautadas no ENESS. Dessa forma, o acúmulo de determinações que contemplam o caderno está circunscrito em torno de seis núcleos básicos e que juntos denotam as estratégias de luta e defesa do MESS, sendo eles: Conjuntura, Universidade/Educação, Movimento Estudantil, Formação Profissional, Cultura e Combate as diversas formas de opressões (ENESSO, 2014).

Entretanto, não se pode perder a compreensão de que o ENESS acontece periodicamente, o que significa dizer que os temas tratados no caderno de deliberações, bem como as especificidades levadas a cabo em cada núcleo podem vir a serem alterados ou suprimidos, sendo sua nova versão sujeita à aprovação por meio de plenária do ENESS.

Atentando-se às finalidades dessa entidade representativa, depreende-se que a ENESSO expressa como uma das principais pautas a formação profissional – dado sua relação estratégica com o ME – pleiteando a defesa por uma formação de cunho crítico, o que reflete no planejamento e realização de Seminários Regionais e Nacionais de Formação Profissional e tecendo seus esforços práticos, na direção do estímulo ao desenvolvimento da potencialidade política organizativa dos/as estudantes de Serviço Social, observando sempre os direitos sociais em total comunhão com a defesa dos interesses das classes subjacentes e subalternas as demasiadas ordens capitalistas.

Segundo Guimarães (2011, p. 46),

A direção política que a entidade representativa dos(as) estudantes de Serviço Social vem imprimindo, ao longo de sua trajetória histórica, é sintomática da opção por um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, bem como da sua participação efetiva nas lutas em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Acreditamos, assim, que o MESS configura-se também como espaço potencial de luta que privilegia a compreensão da dinâmica da sociedade e, nesse sentido, a defesa das liberdades democráticas.

As bandeiras de luta de um movimento social, particularizam as suas frentes de ação, que acabam por orientar os trajetos políticos para a atuação dos movimentos. Nessa direção, as bandeiras de luta do MESS decorrem de uma estreita intimidade com as necessidades e anseios dos sujeitos coletivos que compõe esse movimento, a universidade, e os mesmos “dão sustentação prática ao movimento, alimentando a sua ação política e aglutinando novos sujeitos a partir disso” (GUIMARÃES, 2013, p. 95).

Assim, uma das primeiras lutas do MESS está em torno da educação, sabendo que na sociedade de classes a educação é um cenário perpassado por contradição, pois também se expressa como um campo onde são travados embates de projetos antagônicos. Nessa direção é notório a centralidade do MESS em torno da educação:

[...] as bandeiras de lutas do Movimento Estudantil de Serviço Social elas se dão *justamente na perspectiva da conquista de uma educação verdadeiramente pública, laica e de qualidade* [...]. Nesse sentido, agente assume uma postura de defesa dos direitos sociais, de defesa da educação, se colocando, veementemente, contra todas as formas de preconceito e discriminação, então, [...] (MILITANTE 01, grifo nosso).

Porém, discutir uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade de forma mais ampla, rompe com as fronteiras do espaço imediato, ou da própria universidade em que estão inseridos/as na condição de militante, fazendo com que a força política do MESS se direcione ao embate do projeto político de universidade. Ainda mais, em tempos em que a educação passou a revestir-se de estratégia de enquadramento social aos planos de desenvolvimento econômico, que para alcançar seus interesses adotou um sistema de educação forjada pelos organismos internacionais. Prevendo a conformação das universidades em modelos operacionais, estimulando a certificação

em massa de profissionais técnico-instrumentais, apartados de qualquer conteúdo que propicie ao sujeito uma reflexão crítica da realidade social e dos processos que a tramitam.

A necessidade da formação profissional, na sociedade capitalista, é vista numa perspectiva de estimular a adesão dos indivíduos às metas e objetivos do sistema e, nessa direção, a formação vai se constituindo de forma, cada vez mais, estritamente técnico-instrumental, esvaziando o seu sentido crítico (GUIMARÃES, 2013, p. 96).

A crítica em torno desse projeto político de universidade é intensa, principalmente, entendendo a relação precípua do Serviço Social e a militância nessa esfera, seja ela de profissionais da área ou dos/as estudantes do curso, tem com o processo de transformação societária.

As entidades de representação não se posicionam de maneira asséptica a esses processos de discussão da educação e de modelo de universidade no capitalismo, de modo que, o conjunto CFESS/CRESS também são bastantes contundentes nos questionamentos e embates a essa modalidade de formação no âmbito de Serviço Social, buscando sempre reunir análises e dados que retratam os efeitos perniciosos dessa formação no âmbito dessa profissão.

Nesse limiar, em 2014, o conjunto CFESS/CRESS, juntamente com a ABEPSS e a ENESSO, produziram um documento intitulado “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social”, centralizando o debate acerca dos processos de precarização da educação superior brasileira, dando ênfase a educação à distância, denunciando:

[...] a mercantilização da educação e desmascarando a falácia do discurso da ‘democratização do ensino’ que conduz a uma política que reforça as desigualdades sociais e regionais do país; que assegura aos/às ricos/as o ensino de qualidade e, aos/às que não possuem condições para acessar as poucas Instituições de graduação públicas presenciais ou de custear a sua própria formação de qualidade, são ofertados os cursos de ensino à distância (EaD) [sic] – expressão máxima da precarização e da mercantilização da educação (CFESS, 2014, p. 08).

Assim, em torno da perspectiva mercadológica agora impelida à educação, como a expansão do ensino à distância (EAD's), que surgiu a partir da contrarreforma universitária, e estão fomentando, em consonância com a ideologia do capital, uma formação em massa acrítica, destituída de conteúdo democrático e de embasamento, que aguce o reconhecimento de pertença a uma classe, que obscurece os processos sociais desiguais, alienantes, ou seja, uma formação que cria mentes sob as sombras da dominação do capital é, veementemente, um tema assíduo nas discussões do MESS e da categoria profissional de Serviço Social.

Outro embate que se tornou preponderante nessa esfera, foi a oposição ao Reuni, uma das pautas muito debatidas nos encontros dos seguimentos estudantis de Serviço Social, trazendo em tela os processos de retrocessos da educação enquanto direito assegurado constitucionalmente, como o desenvolvimento em gênero das iniciativas de privatização do ensino superior, transvestindo as inúmeras tentativas de conglomerar e fomentar a lógica de acumulação capitalista que faz da educação mais um ramo mercadológico.

A esse respeito, uma das deliberações da ENESSO para o MESS, no tocante as bandeiras em debates acerca da universidade são claras:

*8. Que a ENESSO não dispute o anteprojeto no Congresso se posicionando contrariamente à Reforma Universitária, que expressa a mercantilização do ensino. Combatendo por meio do trabalho de base, da Formação Política e do fortalecimento dos CAs, DAs e DCEs e incentivando alianças com CAs de outros cursos nas universidades, nos municípios, etc. E com as entidades combativas que também se colocam efetivamente contra a Reforma Neoliberal do Ensino Superior. Que os estudantes estejam articulados encampando os debates puxados pelos CA's e DA's nas universidades e fóruns do ME (ENESSO, 2014, p. 11, grifo nosso).*

Outra luta do MESS/CCJS, se refere ao cotidiano do/a estudante na universidade, mais especificamente, ao que diz respeito à democratização do acesso e da permanência do sujeito na universidade, englobando embates pela garantia da residência universitária, restaurante universitário, apoio psicossocial, apoio didático e concessão de bolsas de auxílio. Nessa direção, o Movimento Estudantil de Serviço Social, também polemiza ações e discussões em torno da Política de Assistência Estudantil, que hoje é preconizada no Programa Nacional de Assistência Estudantil

(PNAES) – categoria discutida posteriormente no presente trabalho. Como exemplifica o trecho a seguir:

Enquanto movimento estudantil nós lutamos pra [sic] [...] os *direitos estudantis de permanência na universidade, de assistência estudantil em relação a bolsas, em relação à residência*, em relação a tudo isso [...] (MILITANTE 02, grifo nosso).

No trato da educação, o MESS não limita suas lutas e discussões em torno da inserção dos/as estudantes na universidade, mas abarca as condições de permanência dos/as mesmos/as neste cenário, buscando evitar ao máximo o percentual de evasão, causados, tendenciosamente, pelas carências de condições financeiras de prover subsídios necessários aos estudos na universidade. Nessa direção, assim como afirma Guimarães (2013, p. 96), “[...] a atuação do MESS [...] politiza por meio de sua ação política as razões estruturais e conjunturais que dificultam o acesso e a permanência no ensino superior público”. O coletivo do MESS, então, angaria as justificativas da redução de acesso aos programas de assistência, bem como reivindicam as problemáticas a esse respeito.

Em torno das bandeiras de lutas do MESS, ainda podemos sinalizar mais duas frentes de ações: as intensas discussões em torno da ausência de recursos com fins de manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – devido as inflexões e cortes orçamentários elegidos na ótica da ofensiva neoliberal que concretiza as precarizações dos espaços físicos de formação – e as fragilidades do ensino – devido à falta de realizações de concursos para contratação de professores, e a inexistência de oportunidades e investimentos em políticas de capacitação docente, garantindo-lhes uma formação contínua, o que gera um déficit no corpo docente nos cursos de Serviço Social das IFES, debilitando a qualidade de ensino prestada nas poucas instituições federais que dispõem do curso.

O robusto debate do MESS em torno da educação, e as circunstâncias que a influenciam, não implica afirmar que o coletivo MESS não tem em suas bandeiras de luta um horizonte abrangente, para além das questões que os interferem diretamente. De modo que, os fatores que direcionam a ação política desse movimento também perpassam a defesa dos direitos fundamentais do homem, e as lutas levantadas pelos



movimentos de segmentos sociais específicos, como aponta as falas do/as entrevistados/as.

*As bandeiras de lutas são as minorias né. Claro a parcela estudantil em primeiro lugar, porque é a ideia central do MESS, [...] só que as bandeiras de lutas são várias, o Feminismo, a bandeira LGBT, é o Negro, são todas as minorias né, inclusive também o MST [...] (MILITANTE 03, grifo nosso).*

*[...]pra [sic] além dos direitos estudantis, nós lutamos também pelas bandeiras de luta da classe trabalhadora, e nós também enquanto seres humanos, combatendo o racismo, a luta dos LGBT's também é uma bandeira de luta nossa; da pessoa com deficiência, das pessoas com transtorno mental, todas as bandeiras de luta que o curso assume em si, nós também trabalhamos no MESS, as bandeiras de luta de combate as opressões [...] (MILITANTE 02, grifos nosso).*

Depreende-se então que a ação política desse coletivo também adentra o apoio e a defesa dos direitos da classe trabalhadora, os direitos de liberdade de expressão, respeito as diversidades, se posicionando a favor de um debate plural e diversificado. Enfrentando, categoricamente, todas as formas de preconceito, humilhação, dominação, e comportamentos que violem os direitos humanos, independentemente de sua cultura, orientação sexual, identidade de gênero, etnia ou posição social. Às vistas do coletivo MESS todos são iguais, o que está previsto por força de lei.

É interessante demarcar as frentes de ações que compõe o MESS, para compreendermos, sobretudo, a direção política desse movimento. No entanto, sinalizar as bandeiras de luta nos impeli uma outra especulação, identificar quais as alianças que o MESS, dentro da realidade da UFCG, campus Sousa, dispõe para concretizar suas lutas, bem como, se dentro dessas alianças ou dentro da sua atuação nesse campus eles contabilizam algum desafio que problematize e dificulte seu protagonismo político.

No que toca as alianças:

*[...] a principal aliança que a gente tem aqui é a própria Coordenação, porque é a única que motiva a gente a fazer as coisas, quando a gente precisa ela sempre tá [sic] orientando [...] (MILITANTE 04).*

*[...] a única aliança que a gente tinha, de fato, era com a coordenação do curso e entre os próprios estudantes, e como eu já tinha falado anteriormente,*

agora com a abertura do DA, a gente tá [sic] conseguindo várias alianças com eles [...] (MILITANTE 05)

[...] aqui a gente trabalha com muita articulação com o Diretório Acadêmico, sobretudo a partir dessa última gestão, que foi quando conseguimos de fato ter um vínculo maior, uma aliança maior [...] (MILITANTE 01).

Como se pode vislumbrar, os/as militantes, em sua maioria apontaram para a aliança com o movimento do corpo docente e a coordenação do curso de Serviço Social, que se relacionam de forma articulada nos movimentos e lutas, tanto que os/as entrevistados/as chegam a fortalecer esse vínculo quando relatam que é essa aliança que os mantém firmes no protagonismo estudantil. Entretanto, outros apontamentos deram conta de que atualmente, mediante abertura da nova gestão, o MESS está conseguindo iniciar uma aliança com o Diretório Acadêmico de Direito.

Todavia, diante dessa realidade, parece-nos importante destacar que um movimento para manter a longevidade de sua ação, como também uma maior apreciação social de seu protagonismo, precisa de uma composição de alianças muito arrefecida, principalmente, se essa aliança se der em conformidade de interesses, direcionamento político similar e uma proposta de direção de ações que se entrecruzem. Uma articulação que possibilite a expansão de luta no correr de toda a sociedade, ou, ao menos o máximo que conseguirem alcançar. Não podendo perder de vista também, que fixar alianças é um desafio constante.

Ao se tratar de desafios dentro dessa específica militância, por intermédio de entrevista, foi possível observar que o MESS se depara com inúmeros desafios de naturezas muito diferenciadas, como: barreira institucional, burocrática e problemas com a formação de militância.

No que diz respeito as nuances institucionais e burocráticas, o discurso dos/as militantes é preciso:

*[...] nós vivemos num campus em que a gente não pode colocar um cartaz, nós vivemos num campus que a gente não pode se expressar, não pode ter voz ativa [...] a diretora do campus disse que não conhecia, não sabia que existia o MESS no campus, isso nos entristeceu muito, porque tem um tempo já que o MESS está instalado dentro do campus e ela disse que não nos reconhece. Muitas vezes já fomos até ela enquanto CASS, a gente já foi até ela enquanto Movimento Estudantil, e ela disse que não nos conhece, isso nos entristece e é um desafio que nós enfrentamos, nem o campus quer dizer que nos conhece (MILITANTE 02, grifo nosso).*

Os desafios, eu acho que são muitos, [...] ter uma falta de interesses dos alunos [...] e aqui a gente [...] tá [sic] *preso a uma burocracia*, então, eu acho que um dos principais desafios é o apoio dos estudantes em alguns momentos e a questão da própria burocracia da instituição (MILITANTE 04, grifo nosso).

Quanto aos desafios, o primeiro trecho revela o posicionamento de negação institucional que cerca o MESS, o que se traduz um distanciamento demasiado por parte da direção, que deveria defender e até fomentar a construção política de representatividade estudantil dentro dessa instituição, inclusive um posicionamento que deveria ser adotado no trato de toda a sociedade. Paradoxalmente, a instituição se põe em situação de negação, revelando e imprimindo uma cultura de privação da organização política dos/as estudantes.

Essa realidade de negação institucional se torna ainda mais gritante quando o segundo trecho revela as barreiras burocráticas, com o/a qual os/as militantes se deparam dentro da instituição, tendo em vista que de acordo com Sposati (2010, p. 91-92):

[...] a burocracia [...] estabelece limites reais à criatividade e elasticidade no uso de recursos, processos e instrumentos de ação [...] a inércia ao nível dessa ação prende-se também a cristalização do isolamento e individualismo presentes no desempenho dos serviços [...]. O aparato burocrático [...] é marcado pelo autoritarismo próprio à administração pública brasileira.

Essa burocracia<sup>40</sup> instiga a criação de meios legais que possam entravar e até abolir a possibilidade de cumprimento de responsabilidades sociais, um mecanismo legal que as instituições brasileiras federais, como no caso, a UFCG, dispõe para corroborar com os anseios neoliberais de cercear o atendimento de necessidades mínimas da comunidade acadêmica, restringindo e limitando os direitos dos/as estudante dentro desse cenário.

---

<sup>40</sup> A fim de esclarecimento, é relevante assinalar que a fomentação estatal por meios burocráticos que dificultam e entram os cumprimentos das responsabilidades sociais é uma cultura historicamente aportada no Brasil, principalmente a partir da Ditadura Militar. Isso fica cristalino quando analisamos de forma mais ampla os processos desencadeados no cerne da educação superior, mais respectivamente, nas considerações das reformas educacionais e as modalidades de acesso e democratização do ensino superior.

Ademais, essa estratégia é seguida de ações de individualismo dos serviços, já que, como fora exposto noutrora, na concepção dos/as entrevistados/as, a instituição nega e burocratiza os serviços para o curso de Serviço Social, quando, simultaneamente, são disponibilizados com maior facilidade a outros cursos, como fora revelado pelos/as militantes:

[...] nítida injustiça que acontece com o curso, no que diz respeito a garantia de ônibus para viagens, entendeu, o que diz respeito a incentivo da direção com o curso, que a gente sabe *que não é a mesma, que o curso de direito tem muito mais autonomia dentro do campus* [...] (MILITANTE 03, grifo nosso).

Tem vários exemplos, um deles é que quando a gente tem os movimentos e os eventos deliberativos da ENESSO, quando a gente vai solicitar transporte, quase nunca a gente consegue, quando consegue é com muita luta. E *alguns estudantes de direito solicitam ônibus pra [sic] tirar foto pra [sic] formatura e consegue com muita facilidade, a gente percebe isso claramente* [...] (MILITANTE 05, grifo nosso).

Ainda no desenvolvimento das análises sobre as dificuldades enfrentadas pelo coletivo dos/as estudantes de Serviço Social, foi identificada uma problematização, relacionada a formação de militância, mais precisamente, quanto ao desencantamento pela construção política de novos/as estudantes para expansão desse coletivo. A esse respeito, os militantes asseveram que:

[...] a gente encontra uma grande problemática que é *a assiduidade dos alunos* [...] a gente não consegue um número expressivo de estudantes [...] nas intervenções que a gente promove, isso é um fator muito preocupante pra [sic] gente do MESS [...] (MILITANTE 05, grifo nosso).

[...] o maior desafio aqui, para além das barreiras institucionais [...] é justamente a ausência de *encantamento por parte dos discentes do curso*, [...] (MILITANTE 01, grifo nosso).

Vislumbrando os trechos, depreendemos que outro desafio está centrado na organização política do MESS, no seu campo de atuação. Sendo justamente a falta de interesse dos/as estudantes de Serviço Social em se engajarem na luta política, fenômeno não difícil de se compreender, tendo em vista a lógica que demarca a sociabilidade vigente.

Assim como fala um dos/as militantes, a inexistência de “encantamento” dos discentes dificulta também a construção de atos do próprio MESS, já que essa, por não contar com adeptos de sua própria natureza, ou seja, estudantes do curso, expressa a fragilidade da representatividade e a falta de expressividade legada ao MESS.

De fato, para que seu caráter de movimento social não seja colocado em cheque, se faz, indispensável, a formação política de seus militantes, partindo da ótica de que a formação política é imprescindível ao exercício da militância. O problema da formação de militância pode estar vinculado, muitas vezes, a falta de articulação das entidades de base, no caso o CA e o DA, bem como pode estar relacionada as disparidades de sentimento de coletividade dentre os militantes; ao baixo índice de renovação dos/as dirigentes e a supressão de uma discussão mais assídua na sistematização política das entidades de representação estudantil com os/as estudantes (GUIMARÃES, 2011).

Outra questão que subjaz a dificuldade de formação de militância é a transitoriedade que está condicionado aos estudantes, tendo em vista que há uma grande mobilidade nessa condição, já que a passagem pela universidade é muito rápida, o que pode ocasionar uma certa imaturidade nos líderes do MESS. Notoriamente isso “é um aspecto que reforça a necessidade da formação, entendendo-a como de suma importância para a construção da consciência política” (GUIMARÃES, 2011, p. 69).

Decorridos os caminhos de construção do MESS, como de suas alianças, bandeiras de lutas e desafios, cabe-nos situar a atuação política e a combatividade do MESS dentro de seu *lócus*. Para tanto, é preciso sinalizar não só seu protagonismo, mas tecer um histórico e análise do contexto em que estão inseridos, um caminho que será trilhado no capítulo seguinte.

#### **4. PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) SOB A MILITÂNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS) DA UFCG/CCJS: o combate a precarização a partir da ação política estudantil**

##### **4.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: das protoformas ao PNAES**

Vasconcelos (2010) nos coloca que a trajetória da Assistência Estudantil e a trajetória da Assistência Social são conexas, já que ambas nasceram a partir da articulação dos movimentos sociais, mediante redemocratização da sociedade brasileira. Enquanto que Silveira (2012), sinaliza, que apesar da Assistência Estudantil e a Assistência Social se assimilarem em precisos pontos, como por exemplo, nos seus aspectos seletivos, essas são compostas por instrumentos legais bem distintos<sup>41</sup>.

O que se expressa, nesse momento, é que compreendida enquanto política pública, construída a partir de um conjunto de diretrizes definidas por lei que dispõe de condições necessárias às garantias dos direitos dos cidadãos, a assistência estudantil deve ser prestada partindo da perspectiva de direito, não podendo ser confundida com uma iniciativa assistencialista numa vinculação caritativa. Nesse entendimento,

[...] a assistência estudantil deve ser compreendida como um direito e seus recursos aplicados como investimentos, pois suas consequências são a formação de jovens capacitados para desenvolverem-se e ocuparem papéis estratégicos na sociedade, efetivando a mobilidade social enquanto sujeitos emancipados (SILVEIRA, 2012, p. 49).

As primeiras práticas de assistência estudantil colocadas em curso no Brasil datam dos anos de 1928, no governo de Washington Luís, com a implementação da

---

<sup>41</sup> É, contudo, inegável que a origem das políticas públicas seja perpassada por uma natureza dual. Por um lado, foram criadas como respostas às inquietações e pressões populares, por outro lado, essas nasceram enquanto demanda do capital para apaziguar as nuanças no campo social devido as insatisfações frente as condições de vida paupérrima.

Casa do Estudante Brasileiro em Paris<sup>42</sup>. Essas primeiras ações expressavam o privilégio social imbuído na assistência estudantil, visto que as ações estavam presentes unicamente para os filhos de famílias bem-sucedidas.

No ano de 1930, no Rio de Janeiro, também foi edificada uma residência universitária, batizada como a casa do Estudante do Brasil. Constituía um grande casarão com restaurante popular, frequentada geralmente por pessoas mais pobres, que se passavam por estudantes para terem acesso às refeições. Durante o governo de Vargas essa casa recebeu investimentos federais. No entanto, esta não ultrapassou os limites da solidariedade aos estudantes, totalmente desprovida da perspectiva de direito (ARAÚJO, 2007).

Vargas, em seu governo privilegia uma atenção ímpar à educação, tanto que ao lançar a primeira reforma do ensino superior, tenta legitimar uma regulamentação da assistência para os/as estudantes universitários/as. Essa foi uma das iniciativas estatais de reconhecer a assistência estudantil, que teve como ponto de partida a Reforma Francisco Campos<sup>43</sup>.

Pioneira na concessão de bolsas para o ensino superior a Constituição de 1934 regulamenta a assistência estudantil, respectivamente, em seu artigo nº 157, inciso § 2º, onde: “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934, p. 20), através de recursos, esses auxílios seriam ofertados aos necessitados.

Destacam-se, também, três importantes decretos promulgados que tiveram influência na educação superior no Brasil, nessa época, sendo os seguintes: a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19850/31); o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19851/31) e o decreto referente à organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 19852/31) (SILVEIRA, 2012, p. 52).

---

<sup>42</sup> Uma espécie de residência estudantil, lograda na capital parisiense, atendia os filhos da elite que se dirigiam à Europa para obterem formação superior. Assim era responsabilidade do governo construir e manter essas casas (ARAÚJO, 2007).

<sup>43</sup> Essa foi a primeira reforma educacional no âmbito nacional, conduzida pelo ministro da educação e saúde, Francisco Campos, uma reforma travestida do caráter dos ideários autoritário do governo Vargas. Entre as inúmeras medidas tomadas, podemos assinalar a criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial, na qual o ensino comercial estava destinado à profissionalização dos homens para o ingresso nos setores de desenvolvimento nacional, ditando um sistema arquitetado de hábitos, atitudes e comportamentos. Francisco Campos dividiu o curso secundário em dois ciclos: o primeiro fundamental de cinco anos, e o segundo complementar de dois anos, um ensino orientado para as carreiras universitárias (MENEZES, 2001).

A constituição de 1946 se tornou referência no processo de consolidação da assistência estudantil, já que a mesma instituiu a assistência para todos os níveis de ensino. Dessa forma, o artigo nº 172 instituiu que: “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, p 37). Entretanto, todas as modalidades de assistência aos segmentos estudantis eram orientadas pelo viés caritativo, somente em 1961, com a promulgação da primeira LDB é que a assistência estudantil passa a ser consagrada como uma política de educação e “[...] como um direito que deverá ser garantido de forma igual a todos os estudantes” (KOWALSKI, 2012, p. 89).

A constituição de 1967 também registrou, ao menos teoricamente, um momento ímpar na educação e assistência aos estudantes, observado que o art. nº 168 apregoa que: “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio de liberdade e de solidariedade humana” (BRASIL, 1967, p. 415) e o inciso § 2º do mesmo artigo ainda apregoa que “respeitada as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo” (BRASIL, 1967, p. 415). É notório que esses princípios só ficaram nas normativas, sabido que a conjuntura política daquela época era demarcada pelo autoritarismo militar, que impelia uma grande repressão principalmente aos estudantes que se opunham ao estado reacionário.

Segundo Silveira (2012), a década de 1970 foi marcada pela criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que tendo uma relação direta com o Ministério da Educação (MEC), objetivava fixar uma política de assistência aos estudantes em todo o território nacional, elegendo como prioridade serviços destinados à alimentação, moradia, assistência médica e odontológica.

Já em 1972, mediante Decreto nº 69.927/72, foi criado bolsas, como o Programa Bolsa de Trabalho, uma cobertura para os/as estudantes em nível nacional. Essa, por sua vez, priorizava atender os/as alunos/as que certificassem carência, e se efetivava na perspectiva de inclusão da sociedade no desenvolvimento econômico do Brasil. Não obstante,



[...] somente após a reativação da União Nacional Estudantil – UNE, e o fim do Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, que proibia a existência da UNE, a luta pela assistência estudantil, principalmente marcada pela luta pela Pró-Moradia Estudantil, foi retomada, tendo como marco representativo a realização do 1º Encontro de Casas de Estudante, em 1976, no Rio de Janeiro (SILVEIRA, 2012, p. 55).

As ações e os benefícios desenvolvidos na assistência estudantil, entre as décadas de 1930 a 1980 consistiu a primeira fase da assistência ao segmento social em questão. As ações, que atuavam numa perspectiva específica, tiveram sua instauração forçada pelo protagonismo das parcelas estudantis. Todavia, essas ações e benefícios pouco repercutiram na permanência dos/as estudantes. Sem contar que não havia, naquela época, de forma expressiva e clara, um projeto na esfera nacional que se atentasse a assistência estudantil, que estivesse preocupado com a manutenção dos/as jovens no cenário universitário.

Em meados da década de 1980, num cenário de redefinição política, econômica e social, marcada pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira, os debates políticos convergiram para as questões educacionais, bem como sobre a assistência estudantil (VASCONCELOS, 2010). As questões de permanência dos universitários nos centros de formação passaram a ser uma celeuma nessa mesma época, as questões faziam parte da agenda do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)<sup>44</sup> e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)<sup>45</sup>.

O Fórum promoveu debates, juntamente com as IES, na tentativa de estabelecer uma política de ordem nacional que centrasse esforços para garantir

---

<sup>44</sup> Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace, foi criado em outubro de 1987, congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil. Tem por objetivos:

- formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível e nacional;
- assessorar permanentemente a Andifes;
- participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém;
- promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados (FONAPRACE, 2015, p. 01).

<sup>45</sup> A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, foi criada nos anos de 1989, é conhecida como a representante oficial das universidades federais na relação com o governo federal, com as associações de docentes, associações de técnico-administrativos, de estudantes e com toda a população (ANDIFES, online).

acesso, permanência e a conclusão de cursos, em especial, àqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, tanto o FONAPRACE como a ANDIFES, defendiam a junção das IES nacionais e regionais com o propósito de garantir oportunidades iguais aos estudantes das IES, propiciando o acesso e a permanência desses alunos até a conclusão dos cursos, evitando e suprimindo a evasão, principalmente dos/as alunos/as oriundos de famílias economicamente instáveis.

Nas discussões do FONAPRACE, era consenso as dificuldades que as instituições ensino superior – IES [sic] estavam encontrando para manter os alunos matriculados, por essa razão salientavam a importância da política de assistência estudantil. Argumentavam, ainda, que para ser efetivada a redemocratização da universidade era imprescindível garantir a permanência dos estudantes de baixa renda (SILVEIRA, 2012, p. 59).

Na urgência de uma política que amparasse de forma mais contundente os estudantes universitários, a Carta Magna de 1988 expressou um momento ímpar no cerne da democratização da sociedade brasileira, “embora esse documento não abordasse especificamente a educação superior é a partir dela que se começa a aprofundar as discussões referentes ao acesso e a permanência nas universidades” (KOWALSKI, 2012, p. 93). Noutro, a LDB de 1996 reafirmava o que já estava estabelecido na CF-1988, que o ensino deveria ser ministrado observando o princípio da igualdade de acesso e permanência na escola, o que de certa forma, consistiria num amparo à assistência estudantil (BRASIL, 1996).

Atentando-se ao fato de que o processo de redemocratização do sistema de educação brasileira começava a abrir espaço em seu meio, para alunos/as procedentes de famílias de baixa renda, foi realizada uma primeira pesquisa para levantar dados acerca das condições sociais, econômicas e culturais dos/as estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Porém, esta amostra não obteve o êxito esperado pelo FONAPRACE, mas cooperou para que essa entidade chegasse à conclusão de que:

Não basta, entretanto, assegurar-lhes o acesso: é preciso considerar que o compromisso efetivo do estado com a democratização do ensino superior

pressupõe a criação de condições concretas de permanência de todos os estudantes na universidade, até a conclusão do curso escolhido através da formulação de programas que busquem atenuar os efeitos das desigualdades existentes provocadas pelas condições da estrutura social e econômica (FONAPRACE, 2004, p. 01).

A autora Silveira (2012) aponta que os resultados expressos no relatório da primeira pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes das IFES, elaborada pelo FONAPRACE, fazia referência de como a assistência estudantil era tratada no decorrer da década de 1990. Esta, estava reduzida à moradia e a criação de restaurantes para os/as universitários/as, o que denunciava a falta de compromisso, por parte do governo, em gastar recursos específicos para essa modalidade de política de assistência.

Em 2003 observou-se a urgência de uma nova pesquisa. Essa, por sua vez, se desenvolveu entre novembro de 2003 a março de 2004, contando com a participação de 47 IFES, conhecida como “Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES”. Entre os inúmeros elementos elencados na pesquisa, os dados que se sobrepôs a primeira pesquisa foi que, 42,8% dos estudantes eram oriundos da classe C, D, E, e dispunham de uma renda de R\$ 927,00, o que ao final de todo processo, os resultados apontavam para a mesma necessidade, o governo deveria repensar e reordenar um específico fundo recursal para assistência estudantil nas IFES (MARQUES, 2014).

Após a realização da segunda pesquisa, o FONAPRACE juntamente com a ANDIFES, apresentou um novo Plano Nacional de Assistência Estudantil incutindo em seus objetivos algumas indicações norteadoras para se definir programas e projetos no âmbito da assistência estudantil. Neste documento, é retificado que para além de estratégias de acesso, os/as estudantes precisam de uma consolidada política de assistência que crie mecanismos de permanência e possibilidade de conclusão dos cursos, reduzindo ao máximo as desigualdades em volta dos setores mais pauperizados que encontram objetivadas, dificuldades de progresso acadêmico.

Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar à qualidade do ensino ministrado uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de

inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições. (FONAPRACE, 2007, p. 04)

Nesse limiar, o Plano Nacional de Assistência Estudantil elencou como objetivos gerais: garantir acesso permanência e conclusão de cursos aos estudantes das IFES, como meio viável a se alçar a inclusão social, a formação ampliada, a produção de conhecimento para um melhor desempenho acadêmico e melhor qualidade de vida; e garantir a criação de recursos extra orçamentário anual, advindas do MEC, para as IFES, usadas exclusivamente para a assistência estudantil.

Esse documento ainda prestava considerações acerca dos princípios, diretrizes, áreas estratégicas e acompanhamento da assistência estudantil (FONAPRACE, 2007). Tais indicações imprimiam mais uma vez as cobranças de criação de um Fundo exclusivo para Assistência Estudantil.

Conforme a “Revista Comemorativa 25 anos: Histórias, memórias e múltiplos olhares” do FONAPRACE (2012), ainda foi realizada uma terceira Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, executada entre outubro e dezembro de 2010, teve participação de 56 IFES. Essa pesquisa averiguou que os/as estudantes que participaram do pleito procedem de família das classes C, D, E, quase metade desses estudantes dispões de uma renda média de R\$ 1.459,00, havendo uma alteração significativa nas apurações referentes aos aspectos cor, raça e etnia negra, que em 2004 era de 5,9 % e subiu, em 2010, para 8,7%, um aumento justificado pelas crescentes políticas de inclusão.

Inúmeros documentos subsidiaram a Política Nacional de Assistência Estudantil. Primeiramente a CF-1988, como já fora retratada, alguns de seus artigos sinalizavam as responsabilidades em matéria de educação, legando esta a família e ao Estado; e de igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Em segundo lugar, a LDB que, em seus altos legais, matizava questões referentes a assistência ao estudante. Em terceiro, o Plano Nacional de Assistência Estudantil de 2007, que determinava a criação de bolsas trabalho para assistir os/as alunos/as, oriundos de famílias carentes que detivessem bom desempenho escolar (FONAPRACE, 2012).

Em quarto lugar, a criação do SINAES em 2004, através da Lei nº 10.861/04, cuja entidade asseverava que a avaliação acadêmica, tinha como objetivo identificar

o perfil e o significado da sua atuação, mediante seus projetos, atividades, programas e setores, “considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, e em caráter obrigatório, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento a estudantes e egressos” (FONAPRACE, 2012, p. 66). E por último, mais não menos importante, a criação do REUNI, que em seu 1º artigo aponta como um de seus escopos ampliar as condições de acesso e permanências dos/as estudantes no ensino superior, e no art. nº 3 inclusive, ressalta a expansão de políticas de inclusão e assistência estudantil (BRASIL, 2007).

Cotando com esse extenso aparato legal, através da Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, o Governo Federal institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), vinculada à Secretaria de Educação Superior (SESU) do MEC. A mesma, trata do apoio a permanência aos estudantes de baixa renda, que estão matriculados em cursos de graduação das IFES, articulando o conjunto de suas ações ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As questões de fornecimento de meios viáveis à igualdade de oportunidade aos estudantes, contribuindo assim, para o melhor desempenho acadêmico e almejando diminuir ao máximo situações de evasão ou repetência, em decorrência da carência financeira, são observações preponderantes nesse documento.

Vale salientar que o fator de carência financeira é um grande determinante no referido programa, visto que sua seleção é efetivada via critério socioeconômico. A Portaria ainda define que só os/as estudantes que estiverem matriculados em cursos de graduação presencial é que poderão pleitear os serviços do PNAES, e que os orçamentos específicos para os seus custeios [...] correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes [...] (BRASIL, 2007, p. 02).

Através do Decreto nº 7.234 de julho de 2010, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, aprova o PNAES, cuja finalidade consiste em ampliar as condições de acesso e permanência aos jovens na educação superior pública, já seus objetivos ficam em torno de:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II -minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as

taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, p. 01)

De acordo com o PNAES as ações de assistência devem se desenvolver, respectivamente, nas áreas de:

I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – atenção à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX – apoio pedagógico; e X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, p. 01).

É de suma relevância atentar-se ao fato de que o PNAES tem sua originalidade subjacente a Portaria Normativa do MEC de nº 39 de 2007, na qual só é implementada a partir de 2008, sendo esse programa criado em detrimento dos programas de expansão da rede de Universidades Federais, que englobam os Programas de Expansão e REUNI, que ampliou significativamente a presença de estudantes de baixa renda nas IFES (MARQUES, 2014).

O Decreto 7.234/10, em seu artigo 5º, define que parcela social ficará à disposição dos programas e serviços do PNAES. Assim encontra-se estabelecido que serão atendidos pelo PNAES: “[...] prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010, p. 02).

E ainda no artigo 8º, a respeito do custeio do Programa, o Decreto assevera:

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010, p. 02).

As despesas ainda que sob responsabilidade do MEC, são repassadas diretamente para as IFES, o que lhes confere maior autonomia no quesito

aplicabilidade dos recursos. Essa particularidade, no entanto, não imuniza as ações dessa política de uma análise inscrita numa perspectiva mais crítica.

Observando o artigo 8º, é possível identificar uma problemática orçamentária, já que não existe um recurso próprio para essa política, ficando esse à mercê das diretivas de seus gestores, visto que essa autonomia, de fato, poderia entonar as investidas na assistência, no intuito de ampliar os mecanismos de acesso e permanência dos/as estudantes nas IFES, um ideário lúdico e incapaz de realizar-se.

Durante a realização da pesquisa e percorrendo as análises sobre a interlocução dos/as entrevistados/as, um/a dos sujeitos da pesquisa matizou uma reflexão em torno da PNAES, apregoando o/a militante, que não se poderia visualizar esses serviços de modo já acabados e perfeitos, podendo sim ser acentuado o progresso dessa política, mas que, definitivamente, era preciso procurar um aperfeiçoamento da mesma, não enxergando-a como uma ação milagrosa que detém possibilidades de sanar as dificuldades que acometem os/as estudantes, mas de se investir nessa política, partindo da ótica de amadurecimento que se faz necessário a ela. Deste modo, assim como expressa o/a militante:

Não dá pra [sic] dizer que nós temos um Programa Nacional de Assistência Estudantil perfeito, porque isso seria romantizar a política pública, seria inclusive trabalhar na perspectiva de messianização dessa política, de fato não é isso. Eu acredito que a gente conseguiu avançar muito dentro dessa construção de Política Nacional de Assistência Estudantil, porém nós precisamos que, de fato, se invista ainda no fortalecimento dessa política [...] é necessário que invista no robustecimento dessa política, robustecimento no sentido de que é necessário atender as necessidades dos estudantes, não só de inserção, mas também de permanência dentro do ambiente universitário como forma de garantir um processo de formação pautado numa qualidade efetiva (MILITANTE 01).

Contrariamente à isso, Cislighi e Silva (2012) apontam em suas análises que as instituições fomentam investimentos em auxílios, como: bolsas para alimentação, para moradia, transporte e de permanência, sinalizando a perpetuação da “bolsificação” na esfera da assistência estudantil.

Isso demonstra um grande indicativo de um programa, eminentemente paliativo, tendo em vista que sairá menos oneroso a concessão de bolsas, em vez de investir recursos em construção de apoio à moradia, à alimentação, dentre outros. Sem contar que a predominância de concessão de auxílios, segundo Cislighi e Silva (2012),

ordena e descaracteriza a luta pela universalidade da política de assistência estudantil, o que acaba por impregnar nessa política, uma envergadura que tem se tornado um ranço sobre a assistência social, uma política que intercorre sempre como assistencialista e focalizada, efetivada sobre a taxaço de diminuio de pobreza e não como uma política de reduo da evasão das IFES e, principalmente, atuante na reduo das desigualdades sociais.

Outra fragilidade a ser sinalizada é a inexistência de uma política de assistência aos estudantes legitimada, há apenas um programa (PNAES) através de decreto que orienta a construção de serviços no âmbito da assistência estudantil a partir das IFES, assim a política referente a essa assistência refere-se ao conjunto de regulamentações, diretrizes, etc.; que orientam as IFES em suas ações, revelando, nesse sentido a instabilidade da existência desse aparato legal de apoio aos segmentos estudantis (MARQUES, 2014).

Percorrendo a expansão desses serviços de assistência, o que se identifica a partir de Silveira<sup>46</sup> (2012), é a falta de conformidade nessa política, onde as inúmeras modalidades de serviços dentro do PNAES, como: restaurantes universitários, residências universitárias e, sobretudo, as inúmeras bolsas, não tem na materialidade dessa política uma regulamentação assídua, sabido que nem todas as instituições dispõe suas ações de assistência estudantil organizadas por uma Pró-Reitoria, que é legalmente o ente responsável pela realização dos programas em suas diversas modalidades.

Outra intercorrência, segundo Marques (2014) recai sobre o corte de renda do Programa que preconiza atender os/as estudantes que tiverem uma *per capita* de até um salário mínimo e meio. Como dispor de um corte de renda tão alto, quando o valor de corte detém valores superiores aos valores dos repasses da pecúnia, da moradia e da alimentação.

É certo que o PNAES se materializa num caráter mais abrangente, mas para que isso se concretize, faz-se necessário que seus orçamentos contemplassem uma cobertura condizente com seu índice de corte de renda, e se investisse em infraestrutura capaz de amparar todo o contingente dentro dessa *per capita*.

Caminhado os rumos históricos da Política de Assistência Estudantil, observando que apesar de seu progresso teórico, a realidade que nos incute é

---

<sup>46</sup> Essa autora realizou uma pesquisa nas 14 Instituições Federais, criadas, instaladas e em execução durante o governo Lula (SILVEIRA, 2012).



enviesada, numa assistência relegada as IFES, como forma do aparato estatal se desviar de mais uma responsabilidade social. O que se pode, de fato, identificar é uma construção de política de assistência fragmentada, sem centralidade nos valores democráticos, direcionadas as privatizações, questões que reiteram e preconizam os anseios governamentais contemporâneos.

Contudo, resta-nos caracterizar a instituição onde se originou a celeuma dessa produção teórica, resgatando os aspectos da assistência estudantil no âmbito da UFCG/SOUSA, e os processos de precarização dessa política na concepção dos/as militantes do MESS, categoria importante na consolidação de uma política atenuante aos interesses dos segmentos estudantis.

#### 4.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFCG/CAMPUS SOUSA: identificação, análise dos serviços e as contribuições do MESS frente a precarização dos programas ativos no CCJS

Nesse ponto do trabalho serão tecidos alguns aspectos históricos acerca da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), unidade sede do campus Sousa, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), onde foram traçados, mediante pesquisa, a identificação dos serviços e programas da assistência estudantil, juntamente com as análises construídas pela pesquisadora. Todas as análises tiveram por base as falas dos/as entrevistados/as, que estará, intercaladamente, dissolvidos/as junto as apresentações dos serviços e programas ativos no CCJS. Logo após, serão apontadas as contribuições do MESS para o combate à precarização dos programas do PNAES no CCJS.

A UFCG foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sendo formalmente legitimada através da Lei nº 10.419 de 09 de abril de 2002. Esta, por sua vez, dispendo de natureza jurídica autárquica, mantém vínculo direto com o MEC e está sediada na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, tendo seu Estatuto consolidado mediante Resolução nº 05/2002.

Dessa forma, a UFCG goza de uma estrutura *multicampi*, sendo considerados campus universitários as unidades físicas com estruturas administrativas, onde são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os campis, por sua vez,

compreendem centros de formações que estão condensadas em sete cidades paraibanas, como: Campina Grande (Sede), Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras.

A administração dos diversos campus é descentralizada, gerida por prefeituras universitárias, estando estas sujeitas à Reitoria. No entanto, foram criados órgãos auxiliares para a Administração-Superior, as chamadas Pró-Reitorias, que se responsabilizam por coordenar e supervisionar as áreas que lhes foram confiadas, atentando-se que o Reitor tem total autonomia quanto a nomeação dos Pró-Reitores (UFCG, 2002).

Dentre os órgãos que auxiliam a administração será esboçado a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), bem como os serviços peculiares que são geridos no interior do mesmo<sup>47</sup>. O objetivo maior do órgão é o apoio direto ao estudante, mediante cooperação em participação de eventos científicos, e principalmente, no que concerne à assistência por meio de serviços ou pecúnia, que serão concedidos aos estudantes em situação de carência financeira.

Nesses termos é competência da PRAC: planejar e coordenar a política de assistência aos discentes da UFCG, como: Restaurante Universitário (RU), Residência Universitária (RUN) e as bolsas pecuniárias; afora, promover a assistência médico-odontológica e psicológica a toda comunidade da UFCG, e fiscalizar as decisões administrativas referente à vida dos/as estudantes dentro da universidade.

Para a PRAC gerir todas as minúcias da assistência aos estudantes dos centros de formação na extensão da UFCG, foi criada a Coordenação de Apoio Estudantil (CAE), que está a cargo para administrar os serviços e conduzir os processos de seleção da RU, RUM, bem como estar à frente da promoção estudantil e do Setor de Esporte Acadêmico, todos no âmbito da UFCG. Os campus da UFCG, quase que em sua totalidade, dispõe de uma CAE, ou Setor de Serviço Social, que é coordenado, na maior parte das vezes, por um/a profissional de Serviço Social.

Vale ratificar que a manutenção e a promoção dessas políticas visam criar meios de permanência dos/as estudantes de baixa renda no cenário universitário, buscando a redução da evasão escolar causada, quase sempre, pelas ínfimas condições financeiras.

---

<sup>47</sup> Vale salientar que esses serviços congregam a assistência aos estudantes no centro de formação onde foi realizada a pesquisa.

O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), campus Sousa, condensa mais um centro do corpo formativo da UFCG. Dentro dessa unidade, a CAE disponibiliza serviços de assistência estudantil, como: RU, RUM, o Bolsa Auxílio ao Ensino de Graduação, conhecida popularmente como bolsa REUNI; e o Programa Bolsa Permanência – assistência especial a estudantes carentes e estudantes de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas. Todos esses serviços e bolsas são destinados aos discentes que estiverem acordados com o perfil socioeconômico de até um salário mínimo e meio *per capita*, assim como está validado no art. 5º do PNAES:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010, p. 02).

O programa RU, enquanto um dos serviços de assistência estudantil, está regulamentado pelo decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, e pela portaria nº 04 de 2003 da UFCG. Esse programa presta assistência estudantil no tocante ao suporte alimentício, dispondo refeições tanto no almoço, quanto no jantar, de modo a atender aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tornando viável a permanência desses estudantes na universidade.

O processo seletivo do RU é realizado no início de cada semestre, sob a responsabilidade administrativa da PRAC, da CAE e do Setor de Serviço Social. O processo de seleção dá-se por meio de publicação de Edital, onde é estipulado um cronograma, estabelecendo os dias para captação de documentação para inscrição no processo seletivo; divulgação de resultado provisório e divulgação do resultado final. Após a divulgação do resultado final, são organizados numa escala os dias e os horários das alimentações fornecidas a cada comensal.

Dentre os critérios para seleção do RU, além do perfil socioeconômico fixado no PNAES, onde a renda *per capita* familiar não pode ser superior a um salário mínimo e meio, estar que é obrigatório que, o candidato a comensal esteja regularmente matriculado em curso de graduação presencial na UFCG/CCJS, ter concluído o ensino

médio em escola pública ou em regime de bolsa, e, preferencialmente, residir fora da cidade em que estuda, no caso fora de Sousa. A seleção dos/as estudantes se dão através da análise documental do formulário composto pelos dados pessoais, familiares e acadêmicos, bem como dos documentos exigidos em edital.

A documentação exigida para seleção do RU observa a identificação do/a estudante e de todos os familiares que residem no mesmo domicílio, inclusive os menores de dezoito anos; comprovantes de despesas mensais fixas, da cidade de origem e/ou da cidade em que reside como estudante; comprovante de toda a renda familiar, como: pró-labore, cópia de contracheque, cópia do comprovante de recibos de benefícios sociais, etc.; documentação comprobatória de situações familiares específicas, como: guarda, tutela, declaração de separação, atestado de óbito, declaração de união estável, atestado médico em caso de doenças congênitas, crônica ou incapacitante, dentre outras.

No desenvolver das entrevistas, indagando os/as militantes sobre sua concepção referente aos serviços do PNAES ativos no CCJS, uma das respostas foi enfática, no que diz respeito a prestação do serviço do RU:

[...] a gente tem um RU relativamente bom [...] a gente não pode dizer que tem uma alimentação de qualidade porque não tem, *não é só porque a gente tem almoço ou uma janta [que] a gente tem uma alimentação de qualidade* [...] (MILITANTE 04, grifo nosso).

A fala do/a militante, revela que apesar de ser disponibilizado as alimentações, assim como é exigido para a devida efetivação do serviço, o almoço e o jantar, as refeições nem sempre, de fato, apresentam uma boa qualidade, deixando o/a estudante, na qualidade de usuário/a do serviço, parcialmente satisfeito/a.

Está prescrito que o programa RU, segundo a página da Pró- Reitoria de Assuntos Comunitários no portal da UFCG (UFCG, 2017), prima servir refeições balanceadas e higienicamente seguras, tanto no almoço, quanto no jantar, para assim promover condições básicas aos discentes, para que os/as mesmos/as estejam em plenas condições participativas no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a fala do/a entrevistado/a não condiz com essa informação.

Angariando pesquisas realizadas em períodos anteriores, foi constatado dados que revelam a insatisfação por parte dos/as discentes, no tocante a qualidade das alimentações manipuladas no RU do CCJS. Insatisfações, quase sempre, ligadas a fatores que questionam o elemento “refeições balanceadas”, visto que nos resultados da pesquisa foram relatados excessos de óleo, sal e açúcar, que consumidos em quantidades demasiadas, podem causar sérios danos à saúde dos/as usuários/as do serviço mencionado. Para fins de confirmação:

*As informações demonstram que os/as discentes se sentem satisfeitos com as refeições fornecidas pelo RU. Contudo, 21% destacaram alguns aspectos que incomodam nas refeições, quais sejam: excesso de sal, de óleo e de açúcar nos alimentos, sendo assim propuseram que seria interessante o acompanhamento por um profissional de nutrição para oferecer comidas balanceadas (SILVA, 2016, p. 59, grifo nosso).*

Essa problemática podia estar atrelada ao fato de que, até a realização das entrevistas, o Campus não contemplava no seu quadro profissional, de um/a nutricionista, que é a pessoa habilitada para realizar as ponderações alimentícias necessárias para qualquer ser humano ter condições saudáveis de realizar todas as atividades cotidianas.

Todavia, em julho, mais respectivamente, no dia onze de julho de 2017, alguns dias após a realização das entrevistas, mediante aprovação em concurso público da UFCG (Edital de nº 02/2016), o quadro profissional dos servidores que estão lotados nos serviços do RU, passou a contar com um/a nutricionista, o que implica que os serviços referentes ao apoio alimentício aos estudantes dessa instituição, possivelmente, a partir dessa admissão, poderão dispor de condições de refeições mais condizentes com as necessidades para uma vida mais saudável, simultaneamente, isso poderá refletir diretamente com o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

A afirmação de uma possibilidade quanto à eficácia do serviço RU, se concretizam em detrimento dos cortes orçamentários, que fragilizam e dificultam a operacionalização dos serviços prestados no restaurante. O que é fácil de se compreender, levando em consideração a retração dos direitos sociais no cenário de aprofundamento das estratégias neoliberais. De modo que, sem um apoio recursal,

ainda que exista no quadro profissional dessa instituição, um/a profissional devidamente capacitado para o monitoramento alimentício dos/as estudantes, a qualidade dos serviços pode não ser efetivado da maneira que está previsto na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitário, e nem como é almejado pelo público usuário.

O programa RUN encontra-se respaldado legalmente pelo decreto 7.234/2010, como também recebe suporte pela portaria da PRAC nº 01/2007, tendo sido alterado através da Resolução nº. 07/2015. Este programa tem como objetivo assegurar moradia aos estudantes universitários oriundos de famílias de baixa renda enquadrados numa situação de vulnerabilidade socioeconômica, que não estejam domiciliados em Sousa, e tiverem concluído o ensino médio, preferencialmente, em escolas públicas ou em escolas privadas sob condição de bolsista, além de estarem em conformidade com a *per capita* exigida pelo PNAES, limitado a um salário mínimo e meio.

A RUN, como qualquer outro programa de assistência à comunidade acadêmica, é regida por edital no início de cada semestre letivo, sendo estipuladas documentações similares aos do processo seletivo do RU, como: documentação de identificação de todos os membros da família domiciliados na mesma residência, incluindo os menores de dezoito anos, sob condições específicas; documentação comprobatória de despesas fixas; comprovantes de toda a renda mensal familiar; documentação de situações familiares específicas, fixadas em edital de seleção, dentre outros. O CCJS dispõe de duas estruturas físicas separadas, sendo uma masculina e uma feminina, onde cada casa tem capacidade estrutural para acolher 64 (sessenta e quatro) alunos/as.

A RUN engloba a prestação de serviços alimentícios, ofertando o café-da-manhã na residência, quanto ao almoço e a janta são oferecidos no RU, com exceção dos fins de semana, onde os alimentos são mandados para a residência, sendo as refeições preparadas pelos/as próprios/as estudantes moradores.

A seleção do programa fica sob responsabilidade da CAE e/ou Setor de Serviço Social do campus. O processo seletivo é organizado em duas etapas: análise documental e entrevista, esta última marcada previamente pelo/a assistente social com os/as estudantes. Após resultado final, o/a profissional de Serviço Social marca uma reunião com os/as respectivos/as residentes para apresentação do Regimento Geral das Residências (Resolução nº. 07/2015), na qual constam os direitos e deveres dos/as estudantes usuários/as, seguido da assinatura do Termo de Responsabilidade.

O não comparecimento sem aviso prévio, ou justificativa plausível acarretam a auto exclusão do/a estudante do programa.

A avaliação do programa RUN, deferida pelos/as militantes do MESS colhido/a mediante conversação foi um tanto contraditória, considerando que as concepções acerca do serviço, deteve determinadas flutuações, já que os/as sujeitos/as da pesquisa esboçaram ora uma satisfação, ora uma insatisfação quanto ao desfrute do serviço em questão, visto que apesar de ser considerado bom ou relativamente bom, algumas falhas foram sinalizadas, como mostra a seguir:

*[...] sobre a residência, eu daria nota oito pra [sic] residência [...] existem alguns problemas ainda [...] muita coisa que tem que melhorar, mas a residência aqui em Sousa [...] é uma mãe. Porque a residência, ela estrutura, ela dá de conta, né, estrutura física e estrutura pessoal, quando eu digo de funcionários [...] que as meninas vão fazer a limpeza, então eu daria uma nota oito pra [sic] residência. Precisa melhorar, precisa; algumas qualidades de alimento que vão pra [sic] lá [...]. Então são essas pequenas coisas pelas quais eu não daria nota dez, mas eu daria nota oito porque a residência é um local de moradia muito boa, pelo menos por enquanto, enquanto só tem os quatro cursos, tá [sic] dando pra suprir todas as necessidades (MILITANTE 03, grifo nosso).*

Na primeira fala, apesar de não estabelecer diretamente uma qualificação entre ruim, regular, bom ou ótimo quanto ao serviço em que está inserido/a, a conotação do/a usuário/a fica visível quando o/a mesmo/a expressa certa valoração sentimental, que nos remete a pensar que esse/a usuário/a está satisfeito com a resolutividade do serviço.

Contudo, o/a mesmo/a pontua algumas fragilidades no tocante à qualidade da alimentação que são destinadas ao local, fazendo com que esse aspecto o/a impeça de qualificar melhor o serviço. No tocante ao aspecto pessoal, no qual o/a entrevistado/a caracteriza como sendo o quadro profissional de servidores que prestam os serviços de manutenção – como a limpeza –, o/a mesmo/a demonstra uma grande satisfação no desenvolvimento dessas atividades.

O/a usuário/a ainda conota uma boa satisfação quanto aos aspectos físicos da residência, argumentando que a mesma comporta as demandas dos/as usuários/as. Se bem que as duas casas dispõem de banheiros, quartos, cozinha, sala para estudo, área de serviço e sala coletiva para TV (SILVA, 2016). Entretanto, essa estrutura partiu da demanda de 64 (sessenta e quatro) alunos/as por casa, não sendo considerado a

possibilidade de extrapolar esse limite, conforme as entradas semestrais. Isso fica expresso quando o/a pesquisado/a afirma que as necessidades são atendidas, ao menos enquanto forem só quatro cursos, estando esse quadro propenso à mudança, como podemos verificar a partir dessa outra fala:

*A questão da estrutura da casa, assim, a casa realmente é estruturada [...], mas a longo prazo eu acho que vai ficar uma estrutura muito pequena pra [sic] quantidade de pessoas que vai morar lá porque os quartos são pequenos [...] eu acho que isso vai ser muito precário. E também a questão do isolamento porque a gente é muito isolado aqui, a gente tipo, final de semana, se tipo, a gente quiser fazer alguma coisa de lazer a gente não tem, tem gente que fica aqui um ano na residência, porque tem pessoas que são de outro país aí fica aqui um ano [...] isso tá incluso na política de assistência, essa questão [...] do lazer do residente sabe, porque a gente tá ali estudando, mas a gente não vive só de estudo, eu acho que falta alguma coisa assim [...] a gente sempre fala, corre atrás das coisas, mas eles sempre falam que é falta de recurso [...] (MILITANTE 04, grifo nosso).*

Nesse trecho, o/a militante enfatiza as boas condições estruturais da residência. Mas, não desconsidera as fragilidades pertinentes ao serviço, mencionando questões específicas. Primeiramente, o/a entrevistado/a argumenta que passados os anos os quartos se tornarão pequenos, precarizando as condições de instalações dos/as futuros/as residentes.

No trecho precedente, podemos identificar também a expectativa que os/as militantes exprimem sobre a possibilidade desse espaço da RUN, vir a se tornar pequeno com relação ao quantitativo da demanda com o passar dos anos, e principalmente, com o aumento do público usuário. Não podemos previamente estabelecer nenhuma dessas possibilidades, sabido que qualquer uma dessas decorreriam em especulações.

Todavia, partindo de uma perspectiva crítica e calcados na reflexão da conjuntura que perpassa a atualidade, nossa análise não está centralizada, unicamente, na possibilidade de a estrutura física desse serviço, vir a se tornar pequena mediante aumento do público usuário. O que de fato se coloca em questão, é que o aumento da demanda de usuários para esse serviço, tende a fomentar a criação de meios mais restritivos de seleção, e conseqüentemente, as fragmentações em escala dos/as necessitados/as, se tornando cada vez mais evidentes e excludentes, de modo que, a segregação da pobreza estará cada vez mais acentuada.



Face a isto, o processo de exclusão e focalização, são reafirmados na aplicação das políticas públicas operantes no aparato estatal, que através de seu caráter “compensatório de ‘carências’” (SPOSATI, 2010, p. 30), o Estado ratifica sua função de eleger dentro das camadas sociais carentes, os mais carentes, ou seja, ele seleciona o grau de carência da demanda. Conquanto, os serviços que ainda estão sendo operacionalizados, são serviços com baixa qualidade, nessa perspectiva, “os serviços públicos se destinam a uma população dita ‘carente e minoritária’. Nesse sentido são prestados em condições precárias, quantitativa e qualitativamente, e estabelecem clientelas elegíveis dentre os seus mandatários” (SPOSATI, 2010, p. 30-31).

Para além do aspecto estrutural, são revelados dois outros fatores que requerem atenção. O primeiro, é o isolamento sofrido por todos/as os/as residentes, sabido que devido à enorme distância entre a universidade e a cidade os/as estudantes são, praticamente, impossibilitados de se locomoverem até o centro da cidade, ainda que para resolverem questões de pequena e alta complexidade.

Essa condição é preocupante, tendo em vista os imprevistos que podem vir a acontecer, como por exemplo, complicações da saúde, e os/as estudantes não terem possibilidades de qualquer tipo de atendimento imediato, para que a situação seja sanada. Afora outros sinistros que podem acometer qualquer usuário/a, pondo em risco suas condições de vida.

É significativo ressaltar que essa problemática é corriqueira e caduca, já tendo sido revelada anteriormente, tornando-se uma demanda reprimida. Isso é validado a partir de uma pesquisa realizada no ano de 2016, que revelava a insatisfação dos/as estudantes residentes quanto a localização da estrutura física da RUN. Assim,

*No que tange a localização, vinte e nove por cento (29%) classificaram como ruim, trinta e seis por cento (36%) disseram ser regular, vinte um por cento (21%), afirmaram ser péssima e os/as que classificaram como boa equivalem a catorze por cento (14%). Ótima, não obteve classificação pelos/as entrevistados/as. Os fatores que fazem com que os/as discentes não avaliem de forma unanimemente [sic] satisfatória a localização da RUN, se dá pelo fato das dificuldades encontradas para se deslocarem até o centro, seja para fins culturais, compras em farmácias e/ou supermercados, bem como, pelo transporte ser em horários restritos, e ainda pelo fato da residência se encontrar em meio ao mato, sendo alvo de insetos, bichos peçonhentos, e presa fácil a qualquer tipo de violência (SILVA, 2016, p. 68, grifo nosso).*

Dessa forma, faz-se necessária sinalizar, que os serviços de assistência estudantil que devem ser prestados à comunidade acadêmica e que estão previstas no PNAES (2010), também apontam para o suporte de transporte aos discentes, que é um elemento imprescindível, para que estes possam dispor de condições concretas para o deslocamento dos centros das cidades até as instituições de ensino, o que implica dizer que o quesito transporte, que é uma necessidade cotidiana dos/as estudantes, é uma estratégia de democratização do ensino superior e instrumento de permanência do/a aluno/a no centro de formação, e é um serviço que deveria ser prestado com frequência e grande eficácia no cenário universitário.

Como meio de afirmação:

*O transporte também se constitui em uma área estratégica para garantir a permanência, sendo os auxílios de apoio a pagamento dos gastos com deslocamento aliados para subsidiar os custos e garantir que o aluno consiga assistir às aulas e participar das atividades de ensino, pesquisa e extensão propostos na sua universidade. Como a grande maioria dos campi universitários é afastado do centro da cidade, originando gastos maiores ainda, o auxílio transporte é fundamental nesse sentido (SILVEIRA, 2012, p. 99, grifo nosso).*

O segundo aspecto trazido pelo/a entrevistado/a, se dá ao fato da inexistência de qualquer espécie de lazer para os/as residentes, que por muitas vezes, precisam passar longos períodos na residência, sendo que esta não dispõe de qualquer condição física que proporcione um lazer, e o distanciamento até a cidade acaba por corroborar com esse aspecto.

É inegável que qualquer ser humano, em condição de estudante ou não, necessite de suspender seu cotidiano, com a realização de qualquer atividade que o/a deixe prazeroso e descansado/a. O que, no caso, resultaria aos estudantes melhores condições, físicas e psíquicas, para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Como forma de suspender o cotidiano, os/as estudantes, bem como o coletivo político dos/as discentes de Serviço Social podiam, mediante parceria com, por exemplo, o Centro Cultura de Banco do Nordeste, construir atividades, como: apresentações culturais, projeções de filmes aportando temas relevantes etc.; podendo ser desenvolvidos na sede do Centro Cultura do BNB, como no próprio

auditório ou ginásio da UFCG. Iniciativas que podem trazer maiores oportunidades de gestarem meios de suspensão da realidade vivida pelos/as estudantes, através de atividades que proporcionarão maior qualidade de aprendizagem aos discentes.

O Programa Auxílio ao Ensino de Graduação, conhecido popularmente como bolsa REUNI, foi criado pela PRAC e implantado em 2009, através da adesão da UFCG ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Esse programa tem amparo legal pelo decreto 7.234/2010 e pela portaria 80/2008, tendo como finalidade prestar assistência pecuniária aos discentes, para que os/as mesmos/as tenham maior aproveitamento e concluam os cursos no tempo regular.

À princípio, o programa dispunha de 600 bolsas, passando para 1200, e hoje dispõe de cerca de 2000 mil bolsas. O valor pecuniário pago aos estudantes era de 250,00 reais, atualmente, é pago sobre o valor de 300,00 reais, destacando que esse fora o único aumento dentro de quase oito anos, uma marca expressiva do descaso e precarização dos serviços pecuniários no marco da assistência estudantil.

A seleção desse programa ocorre, unicamente, no primeiro semestre letivo do ano, respaldado por edital, não sendo estabelecidos quantitativos de vagas por campus, sendo as inscrições efetuadas em cada campus, na CAE ou no Setor de Serviço Social. O processo é realizado por um conjunto de assistentes sociais da UFCG que após análise documental definem os selecionados de acordo com a disponibilidade de vagas.

Para se inscrever no programa, o/a estudante precisa estar regularmente matriculado em cinco disciplina no caso de cursos diurnos, e quatro disciplinas em casos de cursos noturnos; ter renda *per capita* inferior à estabelecida no PNAES, de um salário mínimo e meio; documentação comprobatória de identificação de toda a família, e os demais exigidos, os quais são semelhantes aos dos processos seletivos da RUN e do RU. Salientando que uma das prerrogativas desse programa é a proibição do acúmulo com outros serviços da assistência estudantil, bem como não pode ter vínculo com qualquer outra atividade acadêmica da UFCG, a não ser na condição de voluntário.

Como condição de permanência nesse programa, o/a estudante precisa ser aprovado/a em, no mínimo, cinco disciplinas por semestre. Em caso de reprovação, o/a bolsista precisa apresentar justificativa admissível e assinar perante o/a profissional de Serviço Social um termo de compromisso, garantindo a aprovação das

cinco disciplinas necessária para permanência no programa. Caso esse compromisso não se efetive, o/a bolsista perde seus direitos assistenciais, sendo excluído/a do programa.

Sondada a concepção dos/as militantes acerca dos serviços do PNAES no CCJS, algumas respostas seguiram na direção desse programa, e revelavam inúmeras falhas, bem como a insatisfação expressa na indignação dos/as entrevistados/as:

Eu acho um pouco falho. Porque nós temos uma peculiaridade, enquanto UFCG, enquanto campus de Sousa, que é não poder acumular bolsas, um bolsista REUNI não pode acumular monitoria, um bolsista REUNI não pode acumular RU [...] uma pessoa que [...] passa num processo de monitoria, [...] não poder acumular a bolsa [...] a gente vê também a redução do número desse auxílio [...] (MILITANTE 02).

[...] seria muito importante que se repensasse essa estrutura de assistência, porque, principalmente no que diz respeito aos auxílios de direito e aos auxílios de mérito. Que são os de direito [...] o REUNI e as monitorias e as extensões, que essas bolsas são de mérito e no CCJS não se acumulam, na UFCG por inteiro, não se acumula esses auxílios, os de mérito com os de direito [...] (MILITANTE 05).

Os dois fragmentos externam a proibição do programa bolsa REUNI de estar atrelado, ou vinculado a qualquer outro programa da assistência estudantil, bem como estar agrupada a qualquer modalidade de atividade de fins acadêmicos remunerados, como: bolsa de monitoria, pesquisa ou extensão, dentre outros, com exceção da situação de voluntário. Atentando-se que essa situação é recorrente somente dentro da instituição UFCG, já que nas falas, os/as entrevistados/as afirmam que essa é uma peculiaridade da instituição no/a qual se encontra inserido/a.

A portaria que regulamenta o programa é precisa, quando define em seu art. 2º que: “Poderão requerer inscrição no Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação, estudantes não beneficiados em outros programas de bolsas de assistência estudantil” (UFCG, 2014). É verídico a impossibilidade de acúmulo dessa bolsa e qualquer espécie de serviço, pecuniário ou não, no âmbito da assistência estudantil, compreendendo que há um respaldo legal, o que pode ser considerado uma incoerência, visto que, a priori, o propósito dessa bolsa é dispor aos estudantes melhores condições de aproveitamento e conclusão dos cursos nos seus respectivos

prazos (UFCG, 2014). Afora, que os objetivos dos programas assistenciais é possibilitar aos estudantes suporte, ainda que minimamente básicas, reduzindo a evasão escolar.

Analisando o objetivo do programa, bem como da assistência estudantil, como um todo, apreendemos que o referido programa é inconcluso e totalmente transvestido de um suporte financeiro falacioso, onde seu valor, irrisório, não contempla as necessidades dos/as usuários/as, sabido que as condições de moradia, alimentação, transporte e custos referentes aos estudos não são sanadas por uma importância de 300,00 reais. Esse fator ainda revela a dupla face das políticas de atendimento social, pela qual, de forma velada o Estado garante a tutela da sociedade mediante ações compensatórias de carência, mitificando o lado bom do capitalismo. Nesse sentido,

*A dupla face da política social diferencia-se nas diversas conjunturas e momentos históricos e em suas particularizações, enquanto prevalência de uma ou outra característica. Para o Estado, a ação compensatória tem um uso político que se expressa na viabilidade de tutela e na demonstração da face humanitária do capitalismo (SPOSATI, 2010, p. 32, grifo da autora).*

Acerca desse programa, ainda foi esboçado a incompreensão, por parte dos/as militantes, que não encontram qualquer tipo de fundamentação na proibição do acumulo dessa bolsa com as bolsas de mérito, aquelas adquiridas mediante processo de avaliação dos conhecimentos dos/as estudantes. Realmente, legalmente não existe corpo legal que sustente essa prerrogativa, pois a portaria nº 144/2014 só se referiu a restrição dos serviços assistenciais, não se estendendo aos pecúlios por mérito.

Entretanto, diante das afirmações dos/as entrevistados/as é possível perceber que isso é um fato corriqueiro dentro da instituição, deixando nítido o caráter restritivo, excludente e fragmentado da política de assistência estudantil, voltada, inexoravelmente às premissas neoliberais que advogam a precarização e retração dos direitos sociais.

Partindo dessa lógica, a assistência estudantil é reorientada por um mecanismo assistencial, que se efetiva, distanciada da perspectiva do direito, distorcendo as demandas dos/as estudantes às suas necessidades de sobrevivência, restringindo e

focalizando os/as usuários das políticas, assegurando um atendimento aos estudantes, parametrada na devida divisão, dentre os pobres os mais pobres.

Ademais, para compreender a assistência estudantil, enquanto um programa criado pela política educacional brasileira, é preciso, primordialmente vislumbrar a característica contraditória que essa política adota, entendendo que ela “[...] *revela-se, ao mesmo tempo, como uma exclusão e inclusão aos bens e serviços prestados direta ou indiretamente pelo Estado*” (SPOSATI, 2010, p. 30, grifo da autora).

A inclusão das políticas sociais se dá por, de fato, atenderem às necessidades concretas dos segmentos sociais. No entanto, por se configurar como uma política munida de critérios de elegibilidade e reiterar a posição do demandatária na “[...] condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito” (SPOSATI, 2010, p. 29), legitima o caráter excludente das políticas sociais, no qual a dimensão assistencial sobrepõe a dimensão do direito. Face ao exposto:

[...] as políticas sociais se prestam a reduzir agudizações e se constituem em espaço para que o grupo no poder possa, de um lado, conter conflitos e, de outro, responder ‘humanitariamente’ a situações de agravamento da miséria e espoliação de grupos sociais (SPOSATI, 2010, p. 31).

Seguindo essa análise, compreendemos que, o conjunto de políticas sociais estão limitadas aos interesses do capital, na tentativa de apaziguar os descontentamentos sociais, ensejando uma coesão social através da aparência humanitária do capitalismo, mediante a disposição de serviços de baixa qualidade, sucateados e parcos, que não centralizam valores humanísticos, mas que se firmam na ilusão da boa ação do Estado.

Uma outra intercorrência, no tocante a bolsa REUNI, ainda é sinalizada, quando um/a militante apresenta a ausência da pontualidade de pagamento do pecúlio.

[...] o REUNI [...] *é uma bolsa que deveria ser paga em dia e não é. Porque pessoas precisam dela pra [sic] se manter na cidade, se você paga aluguel, se você precisa desse dinheiro pra [sic] pagar seu aluguel e suas contas, então ele não pode atrasar, e ele atrasa. Então, eu já avalio isso aí muito mal, porque é um programa que existe que tem que sair em dia, mas não sai, e o*

*MEC repassa a verba, só que o que acontece com essa verba dentro da universidade, onde ela chega ninguém sabe [...]* (MILITANTE 03, grifo nosso).

O/a militante assinala o não cumprimento dos prazos de pagamentos da referida bolsa, bem como afirma, que os/as alunos/as que dispõe desse benefício dependem do mesmo para se manterem na instituição, o que impõe uma certa regularidade no repasse dos valores.

A UFCG disponibiliza em seu portal de comunicações um cronograma, especificando os procedimentos necessários para a realização do pagamento da bolsa, onde estão fixadas as datas dos repasses financeiros do MEC, até as datas em que os benefícios estarão disponíveis aos usuários (UFCG, 2017). Porém, uma contrariedade nos deixa inquietos. Se é uma condicionalidade do programa, que o/a aluno/a não tenha qualquer vínculo com a assistência estudantil ou atividade acadêmica remunerada, porquê que todos os meses é necessário fazer uma busca de existência de vínculo entre o/a usuário/a e o cadastro na bolsa REUNI?

O que parece realmente existir, é uma falta de conformidade entre os recursos, que são depositados pontualmente, e o repasse da administração financeira da UFCG para com os beneficiários/as. Agravando-se ainda, pelo fato de não haver nenhuma forma de comunicação que traga aos usuários a procedência dos atrasos, o que denuncia a falta de compromisso e o descaso da gestão para com uma boa resolutividade da política em tela.

O último programa da assistência estudantil no CCJS é o Programa Bolsa Permanência, que foi criado pelo governo federal e está vinculado ao MEC. Este, por sua vez, é um auxílio financeiro para os/as estudantes das IFES que se encontram numa situação de vulnerabilidade socioeconômica. O programa, assim como os outros programas assistenciais prima reduzir as desigualdades, contribuir para a permanência de alunos/as nos cursos de graduação, tentando assegurar-lhes a diplomação.

Os critérios para inscrição são: estar matriculado em cursos cuja carga horária média seja superior ou igual a cinco horas diárias; que o tempo regular do curso não ultrapasse o limite de dois semestres, e que a renda *per capita* do/a candidato/a seja inferior a um salário mínimo e meio, como estabelecido no PNAES. Nos casos de estudantes procedentes de comunidade tradicional, como: indígenas e quilombolas, não são estipuladas carga horária de curso para a concessão do benefício.

Esse benefício pode ser acumulado tanto como outros programas da assistência estudantil, quanto com bolsas de mérito, oriundas de atividades acadêmica de vícios financeiros. Os valores pagos variam entre 400,00 reais e 900,00 reais, sendo este último valor pago aos descendentes de comunidades tradicionais. Para a inscrição são exigidas documentações similares aos processos da RUN, RU e bolsa REUNI.

No decorrer das entrevistas não foram identificadas nenhum aspecto quanto ao Programa Bolsa Permanência. Isso se deriva ao fato de todos/as os/as entrevistados/as estarem inseridos em outros programas analisados anteriormente, como nos mostra a própria fala dos/as sujeitos/as da pesquisa.

Eu moro na Residência Universitária [...] (MILITANTE 03).

Eu to [sic] na Residência Universitária e de certa forma no Restaurante Universitário também né. Quem tem a residência consequentemente tem o RU também (MILITANTE 04).

Sim, eu recebo a chamada bolsa REUNI [...] (MILITANTE 05).

Esgotando as concepções dos/as militantes do MESS, quanto a avaliação dos serviços do PNAES ativos no CCJS, todos/as foram submetidos a perguntas que estão diretamente ligadas as funções organizativas desses sujeitos políticos, que enquanto símbolo de representatividade do segmento estudantil, e, portanto, dos interesses dessa parcela, podem esses contribuir, substancialmente, na alteração desse quadro de precarização, descaso e sucateamento da política de assistência estudantil.

Nesse limiar, foram perquiridas indagações quanto à existência de pauta de discussão do MESS/CCJS acerca dos programas de assistência estudantil ativos no CCJS; de que forma o MESS/CCJS poderia contribuir na luta contra a precarização desses programas; foi sondado se na história do MESS/CCJS houve atos de mobilização e contraposição aos processos de sucateamentos e precarização dos serviços de assistência estudantil, sendo pedido a descrição dos atos, em casos afirmativos. E por último, foram indagados sobre a eficácia dos atos de mobilização, angariando se houve êxito ou se as situações de precarização reincidiram.



Sobre a existência de pautas de discussão acerca dos programas de assistência estudantil ativos no CCJS, as respostas foram precisas e afirmativas:

[...] a gente sempre procura estar proporcionando rodas de conversas que tragam essas questões a serem refletidas pelos discentes que participam [...] a gente marca pra [sic] discutir coisas importantes, a exemplo de conjuntura, a exemplo de política de assistência estudantil [...] (MILITANTE 01).

A gente tem feito algumas rodas de conversas, a fim de esclarecer [...] os estudantes acerca do que acontece, do porquê acontece, a gente procura debater conjuntura, conjuntura a nível nacional, conjuntura a nível municipal, a nível de CCJS, a nível de UFCG, pra [sic] buscar o esclarecimento mesmo do que realmente acontece e do porquê acontece essa precarização dos serviços que são prestados aqui dentro [...] (MILITANTE 05).

Como se pode perceber, a representatividade estudantil de Serviço Social fornece e abre espaço para toda comunidade acadêmica, em especial, os/as estudantes, possibilitando um espaço de discussão que não está fadado a interesses próprios, estendendo essas rodas de conversas a discutir problemas a nível de conjuntura.

O que implica dizer que os/as militantes do MESS/CCJS têm explícito esclarecimento de que as problemáticas pertinentes à política de atendimentos ao público estudantil é um resultado da forma como o Estado tem administrado o trato das políticas sociais brasileiras, estando essas sempre as vistas de uma coesão social, impregnadas de sentidos assistencialista. Característica de um Estado que sempre interviu na lógica do apaziguamento das contradições, produzidas e reproduzidas, na relação capital-trabalho.

*Não se nega que a política social é um mecanismo que o Estado utiliza para intervir no controle das contradições que a relação capital-trabalho gera no campo da reprodução e reposição da força de trabalho, ou, ainda, que cumpre uma função ideológica na busca do consenso a fim de garantir a relação dominação-subalternidade e, intrinsecamente a esta, a função política de alívio, neutralização das tensões existentes nessa relação (SPOSATI, 2010, p. 35, grifo nosso).*

No que concerne à contribuição da militância do MESS contra os processos de sucateamento da assistência estudantil, as respostas foram unânimes, todos/as

concordaram que o MESS reserva espaço, impreterivelmente, especial, de elementos contributivos quanto ao enfrentamento da precarização da política apreciada, assim como está exposto no trecho a seguir:

O MESS é a voz, o MESS á a voz dos estudantes da universidade, então, quando eu estou na luta, quando eu estou no movimento nós temos uma voz instituída. Eu fui eleito, perante a universidade, nesse tempo de burocracia, nós somos eleitos e estamos aqui pra [sic] lutar pela voz do estudante, como eu disse, as demandas pontuais que nos aparece nós vamos viabilizando, nós vamos tentado resolver e com isso nós vamos dando entrada nesse processo de discussão [...] (MILITANTE 02).

Nesse trecho o/a militante deixa nítido que o espaço do MESS é a voz do estudante, a voz legítima, “instituída” como o/a mesmo/a declara. É essa voz que detém força e respaldo político capaz de lutar, ultrapassando os caminhos da burocracia que dificulta e impede a expansão dos direitos sociais, e estudantis, como nesse caso. É a partir da luta do MESS, que as necessidades vão sendo atendidas, o que abre possibilidade para discussões de maior legado.

A partir da articulação, a partir do debate contínuo a respeito da Política Nacional de Assistência Estudantil, buscando compreender como se deu a construção da PNAES, procurando entender como de fato acontece o repasse de recursos para a instituição, de que forma esses recursos estão sendo aplicados, se atendem ou não, de fato, as demandas da universidade, até que ponto é um direito e um dever do estudante ter acesso, ou saber como se constrói ou como se efetiva essa política dentro da universidade. [...] então o Movimento Estudantil de Serviço Social tem como dever mesmo, estar levando essas discussões para o estudantes, procurando levar informações a respeito dos direitos enquanto estudante, do que seria, portanto, a Política de Assistência Estudantil, como ele deve fazer para ter acesso e também apresentar propostas de aperfeiçoamento dessa política, e eu estou falando, obviamente, compreendendo as particularidades institucionais [...] e a partir disso propor sugestões que se deem ao ponto desse aperfeiçoamento (MILITANTE 01).

Nessa outra declaração, o/a militante do MESS ressalta a relevância do movimento quanto aos esclarecimentos e investidas no sentido de aperfeiçoamento dessa política, mas que para isso é preciso conhecer a história, os aspectos que percorreu a construção da política de assistência estudantil. Enfatizando a

necessidade de conhecer como se desenvolve o processo de gestão e repasses recursal dentro da referida política. Não esquecendo, que também é, imprescindível, o/a usuário/a ter discernimento de seus direitos e deveres.

Uma questão, que nesse momento falta aos olhos, é a repercussão dessa política dentro da totalidade, ou seja, essa política não pode ser analisada apartada de seu conjunto maior. É fundamental e faz-se urgente ter clareza da totalidade dos processos sociais dentro da particularidade da questão analisada, é preciso fazer uma minuciosa investigação da gênese das políticas públicas, das influências ideológicas, políticas e econômicas que essas receberam, bem como da realidade socioeconômica e política do espaço em que elas se encontram operantes.

No que se refere à construção de atos públicos na história do MESS/CCJS, todas as respostas foram expressas em uma mesma direção, indicando que várias ações já foram colocadas em prática, como se pode constatar a seguir:

Sim, sem dúvida alguma. Na verdade, essa é uma luta constante, e recentemente houve um ato aqui no CCJS, [...] e aí compreendendo toda a parcela discente do curso aliado aos estudantes de outras áreas do CCJS se reuniram. Diante da proposta de fechamento do Restaurante Universitário, resolvemos ir para fora da universidade, fechar os portões e impedir a entrada [...] de todos os servidores, exceto os terceirizados [...] foi algo que representou, primeiramente, uma luta contra o desmonte dos direitos dos discentes, mas que direta e indiretamente está relacionada ao processo de luta contra essa precarização, contra essa fragmentação da estrutura universitária e obviamente da própria Política de Assistência Estudantil, porque querendo ou não o Restaurante Universitário integra a Política de Assistência Estudantil, [...] então isso representa de fato uma mobilização das muitas outras que a gente já fez aqui no campus, como por exemplo, paralisar as aulas e fazer mobilizações dentro do campus, inclusive fazendo convite a pessoas de outros cursos contra o processo de aprovação da PEC 241, que por sinal virou a PEC 55 e assim sucessivamente (MILITANTE 01).

[...] a gente fez algumas mobilizações, a respeito [...] do RU que a gente conseguiu que o Reitor viesse aqui no campus pra ter uma discussão a respeito do fechamento do RU e também da questão das bolsas do Reuni que estavam atrasadas [...] teve também a questão dos movimentos de greve, porque mais uma vez o Reitor dizia que a UFCG só tinha recursos pra funcionar até a metade do ano, aí como é que ia funcionar o resto do ano, aí foi quando teve o movimento de greve e pelo menos assim, a maior parte dos membros, a maior parte não, todos os membros do CA de Serviço Social e os alunos estiveram muito ativos nessa questão do movimento de greve por reconhecer que a greve era legítima e de que era uma luta não apenas dos professores, não apenas por questões salariais, [...] na questão da defesa da educação [...] (MILITANTE 04).

Em comum acordo, todos/as responderam que existiram na história do MESS atos de mobilizações por diferentes questões, como: os processos de aprovação das Propostas de Emendas Constitucionais, os processos de precarização da assistência estudantil no campus, quando esses estiveram a ponto de terem sua efetivação interrompida; em detrimento de atrasos dos repasses federais, atos que reivindicavam por melhores condições de educação etc.

A construção dos atos se desenvolveu sempre com o apoio direto dos/as estudantes do curso de Serviço Social, como de outros alunos que aderiram a causa; também se fizeram presente a representação do Diretório Acadêmico de Direito e os trabalhadores da instituição.

Todavia, o maior suporte vem do corpo docente, ou do movimento docente, no caso, de Serviço Social que sempre se encontra sensibilizado com causas que rogam visibilidade pública, principalmente, as nuances no campo político que travam discussões acerca dos direitos sociais como um todo, principalmente, quando se é levado em conta o viés ideológico e o posicionamento político desse curso.

Todos os instrumentos utilizados foram criados a punho, pelos simpatizantes e membros do MESS, que estavam unidos por força maior à procura de espaço propício a serem ouvidos e terem suas demandas acolhidas.

A luta, a resistência incorpora grande poder de barganha e pode suscitar ganhos que muitas vezes não são vistos de forma imediata. Dentro desse intenso processo de precarização das políticas sociais, é imprescindível termos consciência de que os atos públicos são agentes primordiais no processo de ampliação dos direitos sociais e da fomentação das políticas de cunho social, pois contrariamente ao que se apregoa, “[...] o avanço das políticas sociais terminam por ser menos a ação do Estado em prover a justiça social e mais o resultado de lutas concretas da população” (SPOSATI, 2010, p. 34).

Dessa forma, apesar dos desdobramentos neoliberais marcharem na contramão dos segmentos sociais politicamente organizados – que reivindicam melhores condições de vida e alargamento de direitos –, e estes serem, demasiadamente, desprestigiados pelos meios midiáticos, que sob o comando do capital faz um levante a ofensiva a organização da classe trabalhadora, é inegável que as conquistas sociais só se constituíram, e só se constituíram por meio do levante da voz da sociedade, que não pode calar e nem se prostrar diante dos ditames capitalistas.

Concluindo o processo de entrevistas com os/as militantes, estes foram questionados quanto ao sucesso das mobilizações ou a reincidência dos processos que serviram de dispositivos para os atos públicos construídos pelo MESS. Nesses atos, todas as respostas convergiram entre, terem ocorrido mudanças e terem situações recorrentes.

[...] em relação ao Restaurante Universitário, obtivemos êxito sim, tanto que o restaurante continua funcionando, isso para gente representou um ganho de suma relevância, inclusive nos incute o desejo de permanecer lutando [...] infelizmente, em alguns momentos a gente não consegue de fato avançar porque os desafios são enormes, os problemas institucionais são imensos, mas a gente está sempre procurando trazer essas discussões [...] (MILITANTE 01).

Tiveram êxito, isso até certo ponto né [...] tenho pra [sic] mim, que toda vida que a gente se mexe, toda vida que a gente luta por algo, toda vida que a gente grita, inquieta alguém [...] Se a gente não conseguir afetar diretamente [...] em relação a todos os atos de mobilização que a gente fez, mas nós inquietamos algum estudante, [...] então, é um tipo de êxito, não de êxito de vitória, porque nós vemos que a classe trabalhadora nunca parou, nós vemos que enquanto Movimento Estudantil né, nós nunca paramos, nós nunca chegamos ainda onde a gente quer, mas que dá caminho, da força pra inserção de novas pessoas pra que a luta nunca acabe, por que nosso papel é esse, é lutar, é resistir, é ir atrás, mesmo nas quedas, mesmo não tendo êxito nós permanecemos de pé, então eu acho que isso é que é importante, se a gente não consegue ter êxito [...] nós levamos essas pessoas a se instigarem a verem a importância da luta, a se inserirem na luta contra esse processo de sucateamento, contra toda essa barbárie que está acontecendo né [...] (MILITANTE 02).

Os/as militantes argumentaram que alguns ganhos foram notórios, e impediram o fechamento de alguns dos serviços do PNAES que estavam em pleno funcionamento da UFCG, mas que corriam grande risco. No entanto, nem sempre o êxito era cristalino, e os atos que não se reverteram em atendimento de demanda reivindicada em atos públicos, acabou inquietando e impetrando nos/as estudantes a papel relevante da luta coletiva, dando fôlego e maior possibilidade de robustecimento da formação de militantes, que por muitas vezes se constitui como um grande desafio dentro do MESS, tanto na realidade do CCJS, quanto na totalidade desse movimento.

Vale enfatizar ainda um elemento quanto a essa problemática, identificar êxito ou não quanto as mobilizações ou as reincidências, não é o elemento essencial da questão. O que de fato se torna valoroso e relevante, é a contestação e a não

resignação às premissas que corroboram com o sucateamento dos direitos sociais, bem como dos direitos estudantis.

É precípuo as lutas pela ampliação e reforço das políticas sociais ainda operantes no aparato estatal, trilhando um caminho inverso a desconstrução do legado social instituído, mas tendo a clareza de que os atos de contestação crítica serão sempre estigmatizados, taxados, rotulados e retaliados com jargões que se historicizaram no decorrer dos tempos, principalmente, em tempos neoliberais, onde o encolhimento dos ganhos sociais é bandeira à ponta do mastro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento desse trabalho, evidenciamos a nossa compreensão acerca dos movimentos sociais, que apesar de constituírem um potencial de articulação e mobilização da classe trabalhadora, não estão isentos de dificuldades de mobilização. Entretanto, os MS compreendem organizações políticas que sob um viés crítico, podem vir a se configurar como um elemento mediador, no qual os indivíduos podem desenvolver condições necessárias para superarem os complexos sociais subjacentes à sociedade capitalista, dando-lhes subsídios fundamentais para a contestação da ordem social vigente.

Ao demarcarmos o movimento estudantil no contexto dos movimentos sociais, situamos que apesar do ME não está centralizado diretamente na grande contradição da sociedade, parametrada na relação capital-trabalho, as lutas e bandeiras políticas do ME, não estão apartadas do conjunto de lutas dos movimentos sociais.

Nessa direção, ao percorrermos os caminhos da pesquisa, verificamos que a trajetória histórica e a organização política dos/as estudantes englobam pautas que se articulam com outros movimentos sociais, principalmente quando o coletivo político dos/as estudantes, encabeçam princípios e bandeiras em defesa da classe trabalhadora, contestando a contradição inerente ao projeto societário hegemônico em busca de um projeto alternativo, ancorado em valores humanísticos a luz da justiça social.

Tecendo um recorte histórico, a partir da criação da entidade de representação estudantil, de atuação de caráter permanente, a UNE, nos anos de 1937, não desconsideramos a reconfiguração conjuntural de crises e desafios que sob o fio condutor das políticas neoliberais impetrou redefinições contundentes à arena política, econômica e social, que legou a organização política da sociedade brasileira um leque de efeitos que desprestigiava e desmobilizava a combatividade da pluralidade da organização política da sociedade civil.

Principalmente, em momentos políticos em que a nação suspirava esperança de renovação, as controvérsias governamentais desestabilizaram o cenário das relações partidárias e gestaram uma grande dificuldade de formação política e uma ausência de conformidade para a articulação e desenvolvimento prático das bandeiras de luta dos coletivos políticos organizados.

O coletivo político dos/as estudantes, como o MESS, não ficou isento desses subterfúgios, sobretudo, quando compreendemos que este coletivo também está inserido e recebe influência das forças de relações que perpassam o meio social em sua totalidade. Apesar de que, as crises dos MS, que incidiram na organização política dos/as estudantes, não extinguiram as lutas e combatividade, que detiveram continuidade e desenvolvimento mesmo em tempos concentrados de contradições.

A política de educação superior não passou isenta das premissas capitalistas, que sob o comando de governos, eminentemente, neoliberais passou a se reconfigurar como meio privilegiado de investimentos capitalistas numa dimensão demasiadamente mercadológica, centrando a formação profissional a partir da lógica da economia mundial.

Nesse patamar, foi privilegiado através da estruturação de contrarreformas educacionais, instrumentos legais que garantissem uma formação acadêmica voltada para o enquadramento de profissionais ao mercado, desprovido de qualquer instrumento de criticidade.

Ademais, foi possível observar que os governos ampliaram e reforçaram a criação de estratégias de parcerias público-privado, incentivando a criação de cursos aligeirados, não presenciais, como as EAD's, que prima por uma formação apartada do tripé: pesquisa, ensino e extensão. Afora que, dando prioridades as parcerias público-privado, a educação, no nível superior perde suas características e valores fundamentais, já que deixam de ser disponibilizadas sob os aspectos de gratuidade, de ser pública, laica e de qualidade.

Partindo desse conjunto de reflexões, a pesquisa nos permitiu vislumbrar a centralidade que o MESS/CCJS, detém em torno da Educação, que atualmente atua como uma estratégia de "alívio da pobreza". No cerne dessa discussão, o coletivo dos/as estudantes de Serviço Social, vem projetando lutas e debates que pleiteiam uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, alicerçadas em valores sociais, demarcados por conteúdos críticos que proponham a superação da condição de subalternidade crítica/reflexiva velados pelos meios de manipulação da ordem social vigente.

Para além da educação, esse coletivo político exerce sua militância a favor da extinção da desigualdade social, ensejando a construção de uma sociedade onde as diferenças de etnias, classe, raça, de identidade de gênero, sexo e orientação sexual não sejam elementos de segregação, expressando que a preocupação desse sujeito



coletivo não está centrada em convenções sociais, ou vinculados a ditaduras dogmáticas, estão, sobretudo, a observar as necessidades reais de igualdade e de liberdade. O que nos leva a apreender que, a contestação e negação de manifestações preconceituosas, de opressões, de racismo, de liberdade de expressão, de debate de conjuntura, numa arena nacional e internacional, também concernem em bandeiras de luta do MESS/CCJS.

A política de assistência estudantil que, de certa forma, conseguiu uma legalidade, mas tem sua legitimidade questionada dentro da lógica de governos que criam políticas públicas no intuito de incrementar sua economia e fomentar a abertura de espaços para as investidas de organismos internacionais, como parcerias com o capital estrangeiro, que são ocasionadas em defesa dos discursos geracionais de que é imprescindível criar mecanismos de acesso e permanência dos/as estudantes nas instituições federais de ensino. Uma assistência de caráter seletivista e excludente, que atende aos indivíduos advindos de famílias de baixa renda, sob o prisma de escoar da pobreza a parcela mais necessitada.

Nesse limiar o PNAES, também congrega uma das bandeiras de luta do MESS/CCJS, particularmente, nos instrumentos de permanência dos/as alunos/as no cenário acadêmico, que envolvem os serviços de apoio a moradia, apoio alimentício, bem como bolsas pecuniárias que auxiliam os/as discentes com os recursos necessários aos gastos dos estudos e estadia dos/as usuários/as na cidade de estudo.

Essas discussões entoam ainda dois núcleos precisos dentro do campus Sousa, as irregularidades no tocante ao pagamento de uma das bolsas de assistência, o REUNI, e a impossibilidade de acúmulo entre essa bolsa, que é assistencial e os emolumentos de méritos, tendo em vista que mediante a pesquisa foi revelada que essa é uma peculiaridade da instituição UFCG.

Quanto as alianças do MESS do CCJS, foram identificadas uma fragilidade, visto que o movimento do corpo docente de Serviço Social foi a opção mais situada, enquanto a principal parceira de luta do coletivo político. Vale salientar, que também foi sinalizado a nova direção do diretório acadêmico do curso de Direito, o que nos remete a compreender que o leque de articulação, que é algo imprescindível para a contemplação e o êxito da luta desses sujeitos é muito delimitado, o que pode comprometer seu papel social de luta, que é a defesa dos direitos da classe trabalhadora na perspicácia da construção de um projeto societário alternativo ao

hegemônico. Para alinhamento com essa perspectiva política, o MESS precisa ir a campo e angariar estratégias de articulação para ampliar seu leque de alianças, já que seu exercício e suas lutas não estão limitados aos muros da academia.

No que concerne aos desafios, conseguimos identificar a dificuldade de formação política dos/as estudantes para fomentar a luta política desse segmento, bem como os processos de burocratização que cerceia e fragiliza a efetivação dos direitos dos/as estudantes dentro dessa instituição de ensino. Uma prática que partindo da assistência social, tem se tornado corriqueira no âmbito da assistência estudantil, como um meio legal viável que demarca a retração do Estado para o trato com as demandas sociais.

Um dos pontos mais altos da pesquisa pretendia analisar como o MESS do CCJS contribui para o combate dos processos de precarização dos serviços do PNAES e como essa contribuição era realizada.

A esse respeito conseguimos identificar que em vários momentos os/as militantes do MESS/CCJS, conclamando e articulando junto à comunidade acadêmica, professores e os/as discentes do curso de Serviço Social, por vezes construíram com grande voz, levantes políticos que marchou na contramão da corrente governamental de cortes orçamentários e fechamento de serviços da assistência estudantil, impedindo a entrada no campus dos funcionários, enquanto empunhavam cartazes e protelavam verbalmente os absurdos flexionados a educação em sua totalidade, e as condições de democratização do acesso ao ensino superior.

Com a pesquisa ainda conseguimos situar a abertura para discussões, por meio de rodas de conversas que o MESS realiza, convidando a comunidade acadêmica em geral para discutirem assuntos que congrega interesses do segmento estudantil, como anseios sociais dentro das novas configurações conjunturais, ultrajados por governos, eminentemente, neoliberais.

Destarte, concluímos com relação ao coletivo político dos/as estudantes de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, que esse coletivo apesar de não ter uma extensa experiência, observando seu aspecto recente, são sujeitos propositivos e aguerridos na luta, que se colocam no enfrentamento das barreiras institucionais e se projetam numa linha de defesa dos direitos estudantis, não estando assépticos às demais demandas sociais que emanam das relações de poder dentro da sociedade civil como um todo.

A concretude dessa produção teórica nos traz um sentimento de dever cumprido, na medida que esse trabalho se tornou um valioso aporte teórico-metodológico, no tocante a força de barganha que o segmento estudantil detém para a conformação de ideais apartados de uma ideologia impregnada de valores individualistas, a luz de um projeto prioritariamente econômico.

Nesses termos, a juventude, unida politicamente com a classe trabalhadora, pode conformar um elemento crucial para a mudança do sistema em sua raiz, é desse segmento que urge o anseio de uma nova realidade que pode de vir, a árduas penas, se tornar um concreto pensado.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos social e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

ANDIFES. **Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior**, online. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/institucional/a-andifes/> >. Acessado em: 14 jul. 2017.

ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Sem diálogo, governo Temer envia ao Congresso MP da contrarreforma do Ensino Médio**. 2016. Disponível em: < <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8381> >. Acessado em: 20 jul. 2017.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ARAÚJO, R. D.; SOUSA NETO, M. F. Movimento estudantil e universidade pública em meios às contradições capital/trabalho. In: JIMENEZ, Suzana; SOARES, Rômulo et al. (Org.). **Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas**. Fortaleza: Eduece, 2007.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf) >. Acesso em: 08 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> >. Acessado em 07 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1946**. Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm) >. Acessado em: 10 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República do Brasil**, 1967. Disponível em: < <http://www.inap.mx/portal/images/pdf/lat/brasil/constitucion%20de%20brasil%201967.pdf> >. Acessado em: 14 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) >. Acessado em 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 29 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação, 1996. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf) >. Acessado em: 11 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. 2007. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm) >. Acessado em: 15 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 2016 – PEC DO TETOS DOS GASTOS PÚBLICOS, 2016**. Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> >. Acessado em: 21 de jul. 2017.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A CRISE DA AMÉRICA LATINA: Consenso de Washington ou crise fiscal?**. In Pesquisa e planejamento econômico (Ipea). Vol. 21, nº 0. 1991, p. 3-23.

BRETATS, Tatiana; CISNE, Mirla; RUSSO, Gláucia. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na assistência social. In: **Revista Ser Social**. v. 10. nº 22. P. 129-159, 2008. Disponível em: < [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/20](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/20) >. Acessado em: 08 ago. 2017.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta - Dia Internacional do Orgulho LGBT**. Brasília, 2010. Disponível em: < [www.cfess.org.br/publicacoes\\_manifesta](http://www.cfess.org.br/publicacoes_manifesta) >. Acessado em ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. v. 2. Brasília-DF, 2014. Disponível em: < [http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS\\_incompatibilidadevolume2\\_2014.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf) >. Acessado em: 16 ago. 2017.

CISLAGHI, Juliana Fiúza; SILVA, Matheus Thomaz da. Plano Nacional de Assistência Estudantil e a Expansão de vagas nas universidades federais: abrindo o debate. In: **V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA 11, 12, 13 E 14 de abril de 2012**. Florianópolis: UFSC, 2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

ENESSO, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. **Deliberações da ENESSO**. Florianópolis, 2014.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da ENESSO**. Cuiabá, 2013

\_\_\_\_\_. **Cartilha ENESSO Que bicho é esse?**. 2014. Disponível em: < <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/enesso-que-bicho-c3a9-esse.jpg> >. Acessado em 10 maio 2017.

FERNADES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975c.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**, 2015. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/forum-nacional-de-pro-reitores-de-assuntos-comunitarios-e-estudantis-fonaprace/#> >. Acessado em: 14 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, 2007. Disponível em: < [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Biblioteca\\_071\\_Plano\\_Nacional\\_de\\_Assistencia\\_Estudantil\\_da\\_Andifes\\_completo.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf) >. Acessado em: 18 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS IFES**. 2004. Disponível em: < <http://www.fonaprace.andifes.org.br> >. Acessado em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Revista Comemorativa 25 anos: Histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. UFU, PROEX: 2012. Disponível em: < [http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf) >. Acessado em: 17 jul. 2017.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **NOSSO SONHO NÃO FAZ SILÊNCIO: os desafios do movimento estudantil de serviço social**. Mossoró: UERN, 2011. 110 f. Monografia – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Curitiba, 2011.

\_\_\_\_\_, Maria Clariça Ribeiro. A construção sócio-histórica dos movimentos sociais: notas sobre o movimento estudantil. In: **Revista Universidade e Serviço Social**. nº 48. Distrito Federal, 2011. p. 131-140.

\_\_\_\_\_, Maria Clariça Ribeiro. Movimento Estudantil de Serviço Social: lutas, alianças e organização. In: **Revista Universidade e Serviço Social**. nº 51. Distrito Federal, 2013. p. 92-103.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HARVEY, David. **Neoliberalismo como Destruição Criativa**. In: **INTHERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v. 2, nº 4, Tradução, 2007.

IASI, Mauro Luís. O conceito e o não conceito de classes em Marx. **In: Ensaios sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórica-metodológica. – 39. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf> >. Acessado em: 08 ago. 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Ser-Tão, dezembro 2012. Disponível em: <<http://www.sertao.ufg.br/pages/42117>>. Acesso em: 09 set. 2017.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Porto Alegre: UCRS, 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ Faculdade de Serviço/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2012.

LIMA, Rafael Lucas de. **Sobre o conceito de pseudoconcreticidade em Karel Kosik**. 2011. 104 f. Dissertação de Mestrado do curso de (Filosofia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2011.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na Educação Superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, Larissa Dahmer. **CONTRA-REFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**: impactos na formação profissional em Serviço Social. IN: **Revista Sociedade em Debate**. V. 15. n° 1, Pelotas: UCPEL, 2009. Disponível em: < <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/358/315> >. Acessado em 18 jul. 2017.

LOPES, Josefa Batista. **A Relação Serviço Social – Movimento Social**: indicações para um estudo. In: UFMA (Universidade Federal do Maranhão) **Revista Serviço Social e Movimentos Sociais**. V. 1. n° 1. São Luís: EDUFMA, 1999. p. 07-21.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. **O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL/PNAES**: uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa: UFPB, 2014. 268 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, 2014.

MBL, Movimento Brasil Livre. **Propostas aprovadas no primeiro congresso nacional do Movimento Brasil Livre**. 2015. Disponível em: < <https://mbl.org.br/propostas/> >. Acessado em 30 abr. 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno. **Reforma Francisco Campos**. 2001. Disponível em: < <http://www.educabrasil.com.br/reforma-francisco-campos/> >. Acessado em: 07 jul. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de S, DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. – 16. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. Biblioteca básica de serviço social; v. 1.; 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método na teoria social. In: **CFESS/ ABEPSS. (Org). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

PAULA, A. S. N.; AMANCIO, N. M.; PONTES, A. P. A CRISE DA UNIVERSIDADE: uma análise da política de educação superior. IN: **VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/a-crise-da-universidade-uma-analise-da-politica-de-educacao-superior.pdf> >. Acessado em 21 jul. 2017.

PRADO JR., Caio; FERNADES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **PESQUISA SOCIAL: métodos e técnicas**. 3 ed. 15 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2014.

RODRIGUES, Larissa de Oliveira. **O Movimento Estudantil e a formação política do(a) estudante de Serviço Social: contribuições e desafios**. Natal-RN, 2008.

SCHEREN-WARREN, Ilse. Componentes dos Movimentos Sociais. In: **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.



SILVA, Francisca Daniele da. **A PRECARIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFCG, CAMPUS SOUSA/PB, NA PERCEPÇÃO DOS/AS DISCENTES INSERIDOS/AS NA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA**. 2016. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2016.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras: UCPEL**, 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, 2012.

SOARES, Guilherme de Almeida. **O que se esconde por trás do Movimento Brasil Livre (MBL)**. Esquerda diário, São Paulo, 2016. Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/O-que-se-esconde-por-tras-do-Movimento-Brasil-Livre-MBL>>. Acessado em: 30 abr. 2017.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

UFCG, Universidade Federal de Campina Grande. **Programas da Assistência Estudantil**. Portal da UFCG. Disponível em: <<http://www.prac.ufcg.edu.br/>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Universidade Federal de Campina Grande**. 2004. Disponível em: < [http://www.dca.ufcg.edu.br/admin/normas/estatuto\\_ufcg.pdf](http://www.dca.ufcg.edu.br/admin/normas/estatuto_ufcg.pdf) >. Acessado em: 26 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Mem 019/2014 – Assunto: Encaminhamento das informações, programas e projetos da política de Assistência Social no âmbito do CCJS**. 2014. Disponível em: < <http://www.ccjs.ufcg.edu.br/Documentos//Doc146assistencia%20estudantil.pdf> >. Acessado em: 27 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **PORTARIA Nº 144, DE 06 DE AGOSTO DE 2014**. Disponível em: < <http://www.ufcg.edu.br:8080/chamadas/downloads/147687.pdf> >. Acessado em 28 jul. 2017.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional De Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. In: **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

WEFFORT, Francisco C. Marx: política e revolução. In: WEFFORT, Francisco C (org.). **Os clássicos da política**. v.1. 14. ed. – São Paulo: Ática, 2006.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. IN: **Revista Brasileira de Educação**. V.11, nº 32, Rio de Janeiro: ANPEd, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf> >. Acessado em: 08 ago. 2017.

## APÊNDICES

**APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF \_\_\_\_\_, fui devidamente esclarecido/a, antecipadamente, que a pesquisa intitulada **“A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS/AS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL, CAMPUS SOUSA/PB, CONTRA A PRECARIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL”**, que tem por objetivo avaliar a atual situação do Movimento Estudantil do Serviço Social do CCJS/Sousa, bem como analisar como este corpo organizativo se contrapõe aos processos de precarização dos programas de assistência estudantil existentes na instituição, a ser desenvolvido à luz dos pressupostos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, a ser realizada sob responsabilidade da **pesquisador/a Mirtes Nyanne Freitas Costa**, e com **orientação da Profa. Ma. Maria Clariça Ribeiro Guimarães**.

Face ao exposto, concordo em participar da mesma, tendo como garantia o anonimato e sigilo com relação a todo o conteúdo, e que as informações coletadas sejam utilizadas para análise e divulgação de trabalho científico, tendo pleno direito ao acesso dos resultados da pesquisa. Ademais, estou ciente de que posso revogar o meu consentimento a qualquer tempo, informando minha decisão, previamente ao/a pesquisador/a, sem que isso suscite qualquer tipo de prejuízo à minha vida pessoal.

Sousa-PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, 2017

---

**Mirtes Nyanne Freitas Costa**  
E-mail: [nayanneufcg@hotmail.com](mailto:nayanneufcg@hotmail.com)  
Celular: (83) 9 – 99063442  
Matrícula: 313130097

---

Sujeito da pesquisa

**APÊNCE II – QUESTIONÁRIO DO PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPG, CAMPUS  
SOUSA/PB: uma análise acerca das lutas, alianças, desafios e o combate à  
precarização da assistência estudantil  
Pesquisador/a: Mirtes Nayanne Freitas Costa**

**QUESTIONÁRIO DO PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA****01 – DO PERFIL DO/A ENTREVISTADO/A**

1.1 – Turno de estudo:

a) Matutino ( ) b) Vespertino ( ) c) Diurno ( ) d) Noturno ( )

1.2 – Período de estudo: \_\_\_\_\_

1.3 – Idade:

a) 15-20 ( ) b) 21-25 ( ) c) 26-30 ( ) d) Mais de 30 anos ( )

1.4 – Cidade/Estado de Origem: \_\_\_\_\_

1.5 – Sexo:

a) Masculino ( ) b) Feminino ( )

1.6 – Identidade de Gênero:

a) Cisgênero ( ) b) Transexual e/ou transgênero ( )

1.7 Orientação Sexual:

a) Heterossexual ( ) b) Homossexual ( ) c) Bissexual ( )

1.8 – Há quanto tempo é militante? \_\_\_\_\_

1.9 – Especificidade sobre militância:

a) do MESS/CCJS ( ) b) Membro da Direção do MESS/CCJS ( )

1.10 – Você é inserido em algum grupo ou campo político no MESS?

a) Sim ( ) b) Não ( )

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

1.11 – Participa de algum partido político?

a) Sim ( ) b) Não ( )

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

1.12 – Participa em outros movimentos sociais.

a) Sim ( ) b) Não ( )

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

1.13 – O MESS é a primeira experiência de militância.

a) Sim ( ) b) Não ( )

## APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPG, CAMPUS  
SOUSA/PB: uma análise acerca das lutas, alianças, desafios e o combate à  
precarização da assistência estudantil  
Pesquisador/a: Mirtes Nayanne Freitas Costa**

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### 01 - DO OBJETO DE PESQUISA

#### EIXO 1: MOVIMENTO ESTUDANTIL DO SERVIÇO SOCIAL (MESS)

01 – Para você o que significa o MESS?

02 – Quais os motivos específicos que o/a instigou para a inserção no MESS?

03 – Na UFPG/Sousa é possível identificar estratégia de mobilização do MESS junto ao Movimento Estudantil dos outros cursos que compõe o campus de Sousa? Por quê.

04 – Quais as bandeiras de luta do MESS/CCJS e estes/as estão em consonância com os documentos deliberativos que regem e orientam o MESS?

05 – Quais as principais alianças e os principais desafios do MESS dentro do CCJS?

## **EIXO 2: PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CCJS**

06 – Você está inserido/a em que Programa de Assistência Estudantil?

07 – Como você avalia os serviços do Programa Nacional de Assistência Estudantil ativos no CCJS? Por quê. (A partir da resposta poderá se desenvolver outras relacionadas as problemáticas).

08 – Existe alguma pauta de discussão do MESS/CCJS acerca dos programas de assistência estudantil ativos no CCJS/Sousa?

09 – De que forma o MESS/CCJS pode contribuir na luta contra a precarização dos programas de assistência estudantil?

10 – Há na história do MESS/CCJS atos de mobilização e contraposição aos processos de sucateamentos e precarização dos serviços de assistência estudantil? Se sim, descreva como se deu essa construção.

11 – Essas mobilizações tiveram êxito, ou as situações que deram início as contraposições reincidiram?